

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

BECCA DA SILVA CARNAVALE

A FACE DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: um olhar sobre a experiência das
travestis niteroienses

NITERÓI, RJ
2024

BECCA DA SILVA CARNAVALE

A FACE DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: um olhar sobre a experiência das travestis
niteroienses

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Estudos Pós-Graduados em Política
Social da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal Fluminense para a obtenção
do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e
Proteção Social.

Orientador: Prof. Dr. João Boscô Hora Gois

NITERÓI, RJ
2024

BECCA DA SILVA CARNAVALE

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C288f Carnavale, BECCA DA SILVA
 A face da violência transfóbica: um olhar sobre a
 experiência das travestis niteroienses / BECCA DA SILVA
 Carnavale. - 2024.
 115 f.

 Orientador: João Boscô Hora Gois.
 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
 Escola de Serviço Social, Niterói, 2024.

 1. VIOLÊNCIA: O QUE É, COMO SE MANIFESTA, QUAIS AS REAÇÕES A
 ELA. 2. AS CONDIÇÕES DE VIDA E A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS
 TRAVESTIS- TENDÊNCIAS NACIONAIS. 3. REFLETINDO SOBRE A
 VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NA PRIMEIRA PESSOA. 4. ANEXO COM
 ENTREVISTAS TRANSCRITAS. 5. Produção intelectual. I. Gois,
 João Boscô Hora, orientador. II. Universidade Federal
 Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

BECCA DA SILVA CARNAVALE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bosco Hora Gois (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Ângela Ernestina Cardoso Brito-
Examinadora
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. João Luís Pinheiro - Examinador
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Niterói, RJ

2024

À memória de Carolina Pires Serrazine de Assis, cuja presença brilhante e apoio inabalável iluminaram meus dias e inspiraram este trabalho. Sua amizade foi um presente inestimável em minha vida, e mesmo ausente, sua influência e bondade continuam a guiar meu caminho. Que este trabalho seja uma humilde homenagem à pessoa maravilhosa que você foi, e que seu espírito perdure em nossas memórias e corações para sempre.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense pela oportunidade de realizar o curso de mestrado em Política Social.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/ UFF e aos seus professores que tiveram enorme contribuição na construção do conhecimento.

À minha avó Rita e à minha mãe Renata pelo amor, apoio e compreensão em todos os momentos, especialmente durante os desafios deste processo. A presença delas foi essencial para minha motivação e bem-estar.

À minha amiga Maria Eduarda, companheira amorosa e presente que dividiu comigo os desafios e os momentos difíceis para a conclusão deste trabalho. Agradeço pelo amor, compreensão e paciência no período em que escrevia a dissertação.

Minha gratidão à minha família as tias, os tios e primos, em especial ao meu primo e amigo Rafael. Impossível esquecer todo o apoio que me deu no caminhar da vida.

Ao Professor João Bosco, meu orientador, que, com sua sabedoria e clareza, conduziu o processo de pesquisa e elaboração deste estudo sempre de maneira ética e respeitosa. Ao longo desse processo, seu olhar crítico, comprometido e cuidadoso foi essencial para a conclusão da dissertação.

Aos professores Ângela Ernestino e João Luís Pinheiro, pela honra de tê-los em minha banca.

As amigas da UFF Carolina, Victória e Ana Paula que tornaram a minha vida mais vibrante e alegre.

Minhas queridas amigas Cindy, Clara, Eduarda, Ana Flávia e Maria Eduarda por serem tanto na minha vida e me apoiarem nos momentos difíceis.

Aos professores e colegas que contribuíram de alguma forma para este trabalho, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Esta dissertação visa analisar as manifestações e impactos da violência transfóbica contra as travestis na conjuntura atual. A pesquisa busca compreender os diversos aspectos dessa violência, incluindo suas manifestações, impactos na vida das sujeitas vitimizadas e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas travestis. A violência contra as travestis é uma realidade persistente e complexa que demanda maior compreensão e ação. A pesquisa será conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com as travestis residentes em Niterói, Rio de Janeiro. A metodologia empregada incluirá a realização de entrevistas em profundidade, visando capturar as experiências e percepções das participantes de forma detalhada e contextualizada. Além disso, serão utilizados dados extraídos de relatórios da Associação Nacional de Travestis e Transexuais de forma secundária para complementar as informações coletadas. A análise dos dados será feita de forma qualitativa, buscando identificar padrões, temas recorrentes e nuances nas narrativas das entrevistadas. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para uma maior compreensão da violência transfóbica enfrentada pelas travestis em Niterói, permitindo a elaboração de políticas públicas e ações afirmativas mais eficazes para a proteção e promoção dos direitos de cidadania dessas sujeitas.

Palavras-chave: Travestis. Violência. Violência Transfóbica. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the manifestations and impacts of transphobic violence against transvestites in the current situation. The research seeks to understand the different aspects of this violence, including its manifestations, impacts on the lives of the victimized subjects and the coping strategies used by transvestites. Violence against transvestites is a persistent and complex reality that demands greater understanding and action. The research will be conducted through semi-structured interviews with transvestites living in Niterói, Rio de Janeiro. The methodology used will include in-depth interviews, aiming to capture the experiences and perceptions of the participants in a detailed and contextualized way. In addition, data extracted from reports from the National Association of Transvestites and Transsexuals will be used to complement the information collected. Data analysis will be carried out qualitatively, seeking to identify patterns, recurring themes and nuances in the interviewees' narratives. It is hoped that the results of this research will contribute to a greater understanding of the transphobic violence faced by transvestites in Niterói, allowing the development of more effective public policies and affirmative actions to protect and promote the citizenship rights of these subjects.

Keywords: Transvestites. Violence. Transphobic Violence. Public policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 VIOLÊNCIA: O QUE É, COMO SE MANIFESTA, QUAIS AS REAÇÕES A ELA	15
1.1 Refletindo sobre a violência: conceitos, teorias e tipologias	16
1.2 Manifestações da violência: formas, contextos e impactos.....	22
2 AS CONDIÇÕES DE VIDA E A VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRAVESTIS - TENDÊNCIAS NACIONAIS	28
2.1 Identificando os fatores de risco: uma análise da prevalência e contexto da violência Transfóbica.....	29
2.2 Impactos na saúde e bem-estar: explorando as ramificações físicas e psicológicas da violência transfóbica	35
2.3 Barreiras ao acesso a serviços essenciais: desafios enfrentados pela comunidade travesti na busca por ajuda	38
2.4 Reações e estratégias de enfrentamento à violência: abordagens e perspectivas	39
3 REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NA PRIMEIRA PESSOA	43
3.1 Experiências de violência física	45
3.2 Experiências de violência psicológica.....	48
3.3 Experiências de violência institucional	51
3.4 Experiências de violência econômica.....	54
3.5 Intervenções necessárias para a proteção das travestis	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado está vinculada à área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social e à linha de pesquisa: Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS-UFF). O objetivo central deste estudo é identificar as formas como a violência contra as travestis¹ niteroienses se expressa na conjuntura atual.

A violência contra as travestis é um fenômeno amplamente documentado e que representa uma das mais graves formas de violação de direitos humanos enfrentadas por essa comunidade. A transfobia, manifestada em atos de discriminação, agressão física, psicológica e institucional, além de homicídios e suicídios, permeia a vida dessas sujeitas, impactando diretamente sua saúde física e mental, sua integridade emocional e seu direito fundamental de existir e se expressar conforme sua identidade de gênero.

A escolha do tema de pesquisa sobre a violência contra as travestis decorre da minha identificação pessoal enquanto uma travesti e da vivência das diversas formas de violência que permeiam a realidade desse grupo identitário na conjuntura social atual. Ao longo da minha trajetória, tenho sido testemunha e vítima dessas violências, que vão desde agressões verbais e físicas até a exclusão e marginalização em diferentes esferas da sociedade. Essa experiência pessoal motiva-me a aprofundar o estudo sobre o tema, buscando não apenas compreender suas causas e manifestações, mas também contribuir para a construção de estratégias eficazes de enfrentamento e transformação dessa realidade tão adversa.

Durante minha graduação em Direito na Universidade Geraldo Di Biase, desenvolvi uma visão crítica sobre as questões sociais e jurídicas, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e às questões de gênero. Essa formação acadêmica proporcionou-me conhecimentos teóricos e a oportunidade de refletir sobre as desigualdades e injustiças presentes em nossa sociedade, alimentando minha inquietação enquanto pesquisadora e levando-me a buscar um entendimento mais profundo sobre a violência transfóbica no cenário nacional.

A violência transfóbica, entendida como uma aversão ou discriminação contra pessoas trans e travestis (Jesus, 2019), constitui um fenômeno social de grave impacto na vida dessas populações, revelando-se de múltiplas formas e em variados contextos. No Brasil, país reconhecido

¹ O termo "travesti" refere-se a pessoas que possuem uma identidade de gênero que pode não se alinhar estritamente com o gênero atribuído ao nascimento. As travestis frequentemente adotam uma expressão de gênero que mistura características masculinas e femininas, e podem ou não realizar intervenções médicas para modificar seus corpos. A ancestralidade do conceito de "travesti" no Brasil remonta a períodos históricos e culturais em que figuras com identidades de gênero diversas eram reconhecidas e respeitadas dentro de contextos indígenas e africanos, antes da colonização europeia. Estudos históricos e antropológicos mostram que, em várias culturas indígenas brasileiras, existiam pessoas com papéis de gênero que se assemelhavam às travestis contemporâneas (Pereira, 2005; Silva, 2019). A travestilidade, portanto, não é uma invenção moderna, mas uma expressão cultural e histórica de diversidade de gênero que tem raízes profundas nas tradições e práticas culturais brasileiras.

mundialmente pelos altos índices de violência contra pessoas LGBTQIAPN+² (Antra, 2023), as travestis emergem como um dos grupos mais vulneráveis e marginalizados. Neste cenário, a cidade de Niterói, localizada no estado do Rio de Janeiro, não é exceção. Apesar de ser frequentemente lembrada por suas belezas naturais e qualidade de vida relativamente alta, Niterói também carrega em suas ruas e instituições as marcas profundas da violência transfóbica.

A violência contra as travestis em Niterói se desdobra em diversas modalidades, incluindo violência psicológica, simbólica, institucional e estrutural. A violência psicológica abrange insultos, ameaças e a desumanização cotidiana. Já a violência simbólica se refere às práticas discursivas e culturais que reforçam estereótipos negativos e a marginalização. A violência institucional manifesta-se através da exclusão e discriminação em serviços públicos e privados, como saúde, educação e segurança. Por fim, a violência estrutural refere-se a práticas e normas sociais que perpetuam a desigualdade e a marginalização das travestis.

Apesar da rica diversidade cultural e social de Niterói, as experiências das travestis na cidade ainda são pouco exploradas na literatura acadêmica, o que torna esta pesquisa relevante e urgente. Identificar as percepções das sujeitas vitimizadas sobre a violência transfóbica é crucial para construir um entendimento profundo das realidades subjetivas vividas por essas pessoas. Por meio de entrevistas e relatos pessoais, esta pesquisa buscou dar voz às travestis, permitindo que suas experiências e visões sobre a violência que enfrentam sejam ouvidas e reconhecidas.

Além de identificar as formas de violência, este estudo se aprofundou em destacar como a violência transfóbica se manifesta no cotidiano das travestis em Niterói. As ruas, os espaços públicos, os locais de trabalho e até mesmo os ambientes familiares podem se tornar palcos de agressão e discriminação. Compreender essas manifestações no dia a dia é essencial para delinear o panorama da transfobia na cidade e, conseqüentemente, para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas no enfrentamento à violência. Tendo isto em mente, esta dissertação também examinou os mecanismos utilizados pelas travestis para enfrentar as violências perpetradas contra elas.

A resistência e a resiliência dessas pessoas são expressões fundamentais de sua luta por dignidade e reconhecimento. Desde a criação de redes de apoio comunitário até a busca por assistência jurídica e psicológica, as estratégias de enfrentamento são diversas e reveladoras da agência das travestis em contextos adversos.

Com base nesses objetivos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2016), possibilita uma interação essencial entre o pesquisador e os sujeitos da

² O termo LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange uma ampla gama de identidades de gênero e orientações sexuais. A sigla é composta pelas seguintes letras: L para Lésbicas, G para Gays, B para Bissexuais, T para pessoas Trans e Travestis, Q para Queer (ou Questionando), I para Intersexuais, A para Assexuais (ou Aliados), P para Pansexuais e N para Não-Binários. O símbolo "+" é utilizado para incluir todas as outras identidades que não estão explicitamente representadas nas letras da sigla, refletindo a diversidade e a complexidade das identidades de gênero e orientações sexuais. Esta terminologia busca reconhecer e respeitar a multiplicidade de experiências e identidades dentro do espectro LGBTQIAPN+ (Serrano, 2013; Meyer, 2015).

investigação. De acordo com Moré (2015), a pesquisa qualitativa se legitima pela qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização de seus relatos, permitindo captar as nuances e especificidades das vivências dos sujeitos.

Segundo Deslandes e Assis (2020), mesmo diante da existência de diversas abordagens qualitativas, a análise do significado atribuído aos sujeitos, aos fatos, relações e práticas, de forma a avaliar tanto as interpretações quanto às práticas do sujeito, são eixos comuns entre essas abordagens.

As entrevistas semiestruturadas com cinco travestis residentes em Niterói proporcionaram uma exploração profunda das experiências individuais e subjetivas em relação às violências que enfrentam. A análise temática dos dados coletados permitirá identificar padrões e nuances que enriquecerão a compreensão da violência transfóbica no contexto estudado. A caracterização das participantes, incluindo idade, escolaridade e ocupação, fornecerá um contexto essencial para entender suas experiências e desafios cotidianos.

Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com um total de 05 travestis residentes em Niterói. Os critérios de seleção incluíram idade mínima de 18 anos, identificação como travesti, e residência na cidade mencionada. As participantes foram recrutadas através de organizações comunitárias e redes de apoio locais que trabalham com a população trans e travesti, incluindo coletivos organizados pelos movimentos sociais. As entrevistas ocorreram em contextos variados, incluindo a residência da pesquisadora, residências das participantes e espaços públicos seguros, sempre com a garantia de privacidade e confidencialidade.

Cada entrevista durou entre 45 minutos e uma hora, permitindo uma exploração das experiências individuais e subjetivas das travestis em relação às violências que enfrentam. A análise temática feita a partir das entrevistas semiestruturadas nos permitiu uma flexibilidade que favoreceu a expressão das narrativas pessoais, proporcionando dados ricos e detalhados para a construção desta pesquisa.

O instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro de perguntas semiestruturadas cuidadosamente elaboradas para capturar as diversas dimensões da violência transfóbica vivenciada pelas travestis em Niterói. As perguntas principais incluíam: "Você já foi vítima de algum tipo de violência devido à sua identidade de gênero? Se sim, poderia descrever a situação?", "Como você percebe a reação das pessoas ao seu redor em relação à sua identidade de gênero?", "Quais são as formas de violência que você mais enfrenta no seu cotidiano?", "Como essas experiências de violência impactam sua vida diária e seu bem-estar?", e "Que estratégias ou mecanismos você utiliza para lidar com a violência e buscar apoio?".

Essas perguntas foram projetadas para incentivar as participantes a compartilhar suas experiências subjetivas de maneira aberta e detalhada, proporcionando *insights* valiosos e significativos sobre as nuances da violência transfóbica e suas consequências.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de Análise Temática apoiada pela Interseccionalidade³ como ferramenta analítica. Esta abordagem nos possibilitou captar a complexidade das vivências, identificando padrões e nuances que seriam perdidos em abordagens menos sensíveis às interseções de raça, gênero, sexualidade, classe e outros marcadores sociais. A interseccionalidade, assim, não só enriqueceu a análise temática ao fornecer um quadro para compreender essas interações múltiplas e simultâneas, mas também garantiu que as vozes das participantes fossem representadas de maneira mais fiel e completa, refletindo a diversidade e a profundidade de suas experiências.

Todas as entrevistas foram transcritas para garantir a precisão das informações. Em seguida, as transcrições foram lidas várias vezes para uma familiarização profunda com o conteúdo obtido. Este processo de imersão nos dados é crucial para assegurar que todas as nuances e detalhes das narrativas das participantes sejam plenamente compreendidos e integrados à análise. O processo de codificação foi conduzido de maneira sistemática, atribuindo códigos a segmentos de texto que capturavam aspectos relevantes das experiências das participantes em relação à violência que enfrentam.

Para garantir a confidencialidade e anonimato, foram adotados códigos de nominação específicos para identificar as participantes, utilizando uma combinação de letras e números. Por exemplo, "Entrevistada 1" para a primeira participante, "Entrevistada 2" para a segunda, e assim por diante. Esses códigos permitiram organizar e categorizar os dados de maneira eficiente, facilitando a identificação de padrões e temas recorrentes nas narrativas das travestis entrevistadas.

Posteriormente, esses códigos foram agrupados em temas principais e subtemas, refletindo as formas de violência descritas, suas manifestações cotidianas, e as estratégias de resistência adotadas. A Análise Temática juntamente com a Interseccionalidade por sua vez, nos permitiu uma organização coerente e interpretativa dos dados coletados, facilitando a identificação de padrões e insights que são fundamentais para a compreensão da violência transfóbica no contexto estudado.

As participantes desta pesquisa foram 05 travestis residentes na cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, com idades variando entre 18 e 29 anos. A Entrevistada 01 com 21 anos, Entrevistada 02 com 25 anos, Entrevistada 03 com 18 anos, Entrevistada 04 com 29 anos e por fim, Entrevistada 05 com 28 anos.

Em termos de escolaridade, das cinco entrevistadas, quatro haviam concluído o ensino fundamental, enquanto uma possuía ensino médio completo e apenas uma tinha acesso ao ensino

³ Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade como uma abordagem analítica que examina como diversas formas de opressão e identidade social se inter-relacionam e se sobrepõem. Segundo essas autoras, a interseccionalidade considera a simultaneidade de múltiplas identidades (como raça, gênero, classe e orientação sexual) e como essas identidades interagem para moldar experiências únicas de discriminação e privilégio. Collins, em particular, enfatiza que a análise interseccional permite uma compreensão mais rica das dinâmicas de poder e das estruturas sociais complexas, reconhecendo que as formas de opressão não operam isoladamente, mas estão profundamente entrelaçadas e se reforçam mutuamente.

superior, refletindo as barreiras educacionais frequentemente enfrentadas por essa comunidade, e que serão discutidas ao longo desta pesquisa.

Quanto à ocupação, muitas relataram estarem desempregadas ou inseridas em empregos informais e de baixa remuneração, devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Essa realidade reflete as dificuldades que enfrentam em decorrência do preconceito e das barreiras sistêmicas, limitando suas oportunidades de emprego digno e estável.

Outros aspectos relevantes incluem a vivência em situação de vulnerabilidade social e econômica, e a busca por apoio em redes comunitárias e organizações locais voltadas para a população trans e travesti. Esta caracterização das participantes fornece um contexto essencial para entender as experiências de violência e os desafios enfrentados no cotidiano das travestis entrevistadas na cidade de Niterói.

Com o objetivo de aprofundar as reflexões acerca do tema, também foi realizado uma análise dos dossiês de violência organizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁴ (ANTRA). Essa análise permitiu materializar dados sobre violência transfóbica de forma robusta e contextualizada.

Por meio da revisão desses documentos (relatórios, pesquisas e registros), foi possível acessar informações detalhadas sobre casos de violência, padrões de ocorrência, perfis das vítimas e agressores, bem como as circunstâncias em que esses episódios ocorrem. Essa análise permitiu não apenas quantificar a violência, mas também compreender suas nuances e impactos na vida das travestis e pessoas trans, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e ações de enfrentamento mais eficazes.

A partir do exame de qualificação, pude aprofundar minhas leituras, desenvolver os objetivos e aprimorar a metodologia do meu trabalho, seguindo rigorosamente as orientações fornecidas pela banca. Esse processo de revisão e ajuste foi crucial para refinar minha pesquisa, permitindo uma abordagem mais robusta e direcionada. As sugestões e críticas construtivas recebidas contribuíram significativamente para elevar a qualidade e a relevância do meu estudo, resultando em uma análise mais aprofundada e coerente.

A divisão da dissertação em capítulos visa um desenvolvimento didático e fluido. O primeiro capítulo se propõe a explorar a complexidade da violência, definindo seus conceitos, suas diferentes manifestações e os diversos danos que provoca. Dada à especificidade da nossa pesquisa, que foca na violência contra as travestis, o capítulo será contextualizado dentro dessa realidade, buscando compreender como essa forma de violência se estrutura e impacta a vida dessas pessoas.

⁴ A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) é uma organização não governamental brasileira fundada em 2004, dedicada à promoção dos direitos humanos, à defesa das pessoas travestis e transexuais e ao combate à violência e discriminação que essas populações enfrentam. A ANTRA atua na criação e implementação de políticas públicas, realiza campanhas de conscientização, e oferece suporte jurídico e psicossocial. Além disso, a organização se empenha em visibilizar e legitimar as demandas específicas dessa comunidade, promovendo a inclusão social e a garantia de direitos básicos para travestis e transexuais em todo o Brasil (ANTRA, 2023).

Para tanto, foi necessário apontar alguns marcos históricos para aprendermos as determinações concretas, estruturais e conjunturais que influenciam no panorama atual.

No segundo capítulo, abordaremos as condições de vida e a violência enfrentadas pelas travestis no Brasil, explorando as tendências nacionais que caracterizam essa realidade complexa e multifacetada. A análise se baseará em dados quantitativos e qualitativos, com o objetivo de fornecer uma visão abrangente e detalhada das dificuldades enfrentadas por essa comunidade. Serão examinados fatores como o acesso à educação, saúde, mercado de trabalho, e as formas de violência mais recorrentes, incluindo violência física, psicológica, simbólica, institucional e econômica.

Este capítulo pretende fornecer uma análise crítica e detalhada das tendências nacionais relativas às condições de vida e à violência contra as travestis, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de opressão e resistência que caracterizam suas vidas.

No terceiro e último capítulo, objetivamos analisar as entrevistas concedidas pelas travestis, apresentando os impactos da violência transfóbica em suas vidas e os desafios enfrentados para acessar serviços básicos como saúde e assistência social. Por meio da análise qualitativa das narrativas, buscamos compreender como as experiências de violência se manifestam as estratégias de resistência e sobrevivência adotadas e as demandas por políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessa população.

Por fim, foram desenvolvidas as considerações finais do estudo. Buscou-se o retorno aos objetivos do trabalho, a fim de apresentar, de forma sucinta, como os objetivos foram respondidos pela pesquisa, a partir das informações coletadas pelo trabalho empírico e pela revisão da literatura sobre a temática.

Esta pesquisa, em suma, pretende contribuir para o entendimento das complexas e dolorosas realidades enfrentadas pelas travestis em Niterói, oferecendo uma análise detalhada das formas de violência transfóbica e das estratégias de resistência desenvolvidas por essas mulheres. Espera-se que os resultados possam informar a formulação de políticas públicas e iniciativas sociais que promovam a inclusão e a proteção das travestis, não apenas em Niterói, mas em todo o Brasil.

1. VIOLÊNCIA: O QUE É, COMO SE MANIFESTA, QUAIS AS REAÇÕES A ELA

Este capítulo visa proporcionar uma compreensão abrangente da violência no Brasil, abordando seus diferentes aspectos, desde definições até manifestações e impactos na sociedade brasileira. Serão explorados conceitos, teorias e tipologias de violência, com o intuito de identificar suas raízes históricas e sociais. Além disso, serão analisadas as diversas formas de manifestação da violência no país, levando em consideração seus contextos sociais, culturais e econômicos, bem como os impactos que ela gera nas comunidades e nas pessoas que dela são vítimas.

Para iniciarmos a discussão, é essencial compreender que a violência é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diversas maneiras e afeta as pessoas de diferentes formas. Desde a violência física e psicológica até a violência estrutural e simbólica, cada tipo

possui suas particularidades e consequências. Este capítulo se dedica a explorar essas variações, apresentando uma síntese detalhada de como a violência se enraíza nas estruturas sociais e como ela se perpetua ao longo do tempo.

Além de mapear as manifestações da violência, este capítulo também abordará as reações a ela, tanto por parte das vítimas quanto da sociedade como um todo. Serão discutidas as respostas individuais e coletivas à violência, incluindo estratégias de enfrentamento, políticas públicas e movimentos sociais que buscam combater esse problema. A intenção é oferecer um panorama completo que ajude a entender não apenas o que é a violência, mas também como ela pode ser enfrentada de maneira eficaz e humana.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados estudos de caso, dados estatísticos e exemplos práticos que ilustram a realidade da violência no Brasil. Esses elementos ajudarão a contextualizar as discussões teóricas e a fornecer uma base sólida para as análises subsequentes. Esperamos que, ao final deste capítulo, o leitor tenha uma compreensão mais profunda da violência em suas diversas formas e esteja mais preparado para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

Ao abordar a violência em suas múltiplas dimensões, buscamos não apenas compreender suas causas e consequências, mas também identificar estratégias eficazes para sua prevenção e combate. Através de uma análise crítica e contextualizada, pretendemos contribuir para um melhor entendimento desse fenômeno e para o desenvolvimento de políticas públicas e ações sociais mais efetivas no enfrentamento da violência em suas diferentes formas.

1.1 Refletindo sobre a violência: conceitos, teorias e tipologias

A questão da violência não é algo novo nas sociedades, já que existem registros de práticas violentas desde a Antiguidade. No entanto, foi a partir do século XIX que essas práticas começaram a ser discutidas de forma mais sistemática (Hayeck, 2009). Desde então, a violência passou a ser vista como um fenômeno social complexo, despertando a atenção não apenas das autoridades públicas, mas também de estudiosos de diversas áreas, como Ciências Sociais, História, Geografia, Economia, Medicina, Psicologia e Direito.

De acordo com Filho (2001), Marx via a violência como algo que poderia ser natural, não sendo inerente à natureza humana. E para Hegel ela é parte do processo histórico, mas não considerada natural no sentido de inerente à condição humana, e sim como um estágio transitório e necessário para a realização da liberdade. Esse processo civilizacional, conforme destacado por Assis *et al.* (2018) só foi possível com a adesão dos indivíduos às normas sociais e a entrega, pelo cidadão, ao Estado, do controle exclusivo sobre o uso da violência. Assim, a violência deixou de ser um elemento esporádico, ocasional e irracional de manifestação da vontade do homem, tendo se transformado em um poder centralizado e monopolizado sobre ela.

O fato é que a violência ganhou mais destaque à medida que as pessoas começaram a perceber a extensão do problema, que passou a ser visto como algo comum na vida em sociedade. A violência tratada neste estudo enquanto um fenômeno tornou-se uma parte banalizada e integrante do cotidiano humano. Assim, segundo Misse (2017) a violência é uma realidade complexa e multifacetada, que pode se manifestar de diferentes formas em sociedades distintas, mas que está presente em várias estruturas sociais. Ele destaca que a violência não é apenas física, mas também simbólica e estrutural, e que sua compreensão requer uma análise cuidadosa das condições sociais, políticas e econômicas em que ocorre.

Essa perspectiva é reforçada por Jesus (2012), que afirma que a violência não se manifesta apenas em atos físicos ou verbais, mas também em estruturas e discursos que marginalizam e subjagam determinados grupos sociais. Por outro lado, há perspectivas que veem o ato violento como uma expressão de poder. Conforme argumentado por Chauí (1985)⁵, a violência não é apenas uma violação ou transgressão, mas sim a imposição de uma hierarquia com o objetivo de dominar e oprimir, muitas vezes acompanhada pela passividade e silêncio das vítimas.

Essa abordagem é corroborada por Santos (2002) que define a violência como um dispositivo de poder, composto por diversas linhas de realização, que realiza uma relação específica com outro, utilizando para isso, a força e a coerção, produzindo-se assim, um prejuízo social. Em contrapartida, segundo Barazal (2014), Hanna Arendt mostra a violência como algo oposto ao poder, pois seria a desintegração do poder que possibilitaria o surgimento da violência.

Já de acordo com termos antropológicos- filosóficos, a violência pode ser compreendida a partir da lógica excludente do capitalismo e do neoliberalismo, que considera os cidadãos como clientes e ainda os exclui dessa condição de cidadãos (Carbonari, 2002). Segundo Filho (2001) a violência organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma. Com isso, é arriscado expor um conceito da palavra violência, pois ela pode ter vários sentidos e significados, dependendo do contexto em que é empregada.

Contudo, é importante ressaltar que a violência não se restringe apenas a atos individuais, mas também pode ser estrutural, cultural e organizacional, se manifestando de diferentes formas nos mais variados espaços sociais e institucionais, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas de poder e desigualdade afetando as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Nesse sentido, minha adesão se fundamenta na compreensão de que a violência transcende a mera manifestação de atos individuais, sendo um reflexo das complexas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que permeiam nossa sociedade. Esta perspectiva reconhece que a violência não é apenas um fenômeno isolado, mas está enraizada em estruturas mais amplas de poder e desigualdade. Ao considerar a violência como um produto dessas interações sistêmicas, abre-se

⁵CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. Perspectivas Antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-62, 1985. Disponível no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=I0NRYek-P6U>

espaço para analisar como diversos fatores históricos e contemporâneos influenciam sua manifestação e percepção.

Em consonância com essa visão, Mendes (2017) explica que a compreensão da violência tem se modificado com o passar dos séculos, sendo influenciada por configurações jurídicas e morais, de gênero, condição econômica dos envolvidos, conhecimentos científicos gradativamente incorporados, intervenção da mídia e reivindicações dos movimentos de mulheres e de direitos humanos de crianças e adolescentes (Mendes, 2017).

Sendo assim, é crucial realizar uma análise das condições sociais, econômicas e políticas que sustentam e perpetuam diferentes formas de violência. Essa abordagem ampliada não apenas enriquece nosso entendimento do problema, mas também evidencia a necessidade urgente de implementar abordagens integradas e sistêmicas para sua prevenção e mitigação eficaz. Apenas ao reconhecer e enfrentar as raízes estruturais da violência podemos aspirar a uma transformação significativa que promova uma sociedade mais justa e segura para todos.

Para compreender plenamente a natureza multifacetada da violência no Brasil, é necessário considerar tanto as transformações recentes quanto os fatores históricos que moldaram a nossa sociedade. A evolução das percepções e abordagens em relação à violência, influenciadas por mudanças jurídicas, morais e sociais, revela a complexidade do fenômeno. Assim, além dessas transformações contemporâneas, é crucial reconhecer as influências profundas e duradouras do passado colonial, que estabeleceram padrões de violência e dominação. Reconhecendo essas dimensões históricas e contemporâneas, podemos abordar a violência de forma mais integrada e efetiva, contextualizando suas raízes e manifestações na sociedade atual.

Partindo para uma análise de práticas que reflitam a violência no Brasil, pode-se destacar o marco histórico deixado pela colonização em seu passado. Souza (2015), destaca que no período colonial a violência era uma realidade constante, seja nas relações entre colonizadores e povos originários, seja nas disputas entre diferentes grupos sociais e econômicos. Compreender esse contexto histórico é fundamental para entender as raízes da violência contemporânea e buscar soluções que considerem essas complexidades.

As rivalidades entre facções, muitas vezes ligadas aos interesses econômicos e políticos da época, contribuíam para um ambiente de instabilidade e conflito. A população frequentemente andava armada, em parte devido à necessidade de defesa pessoal em um contexto onde a segurança não era garantida pelas autoridades coloniais. Isso resultava em casos de emboscadas, conflitos armados e guerras urbanas, especialmente em áreas de fronteira e de disputa de territórios (Fonseca, 2019).

Além disso, no período colonial a escravidão era uma instituição central na sociedade brasileira, com milhares de africanos sendo trazidos à força para trabalhar nas plantações, nas minas

e nas casas dos colonizadores. Para Holanda (2015) a escravização⁶ não apenas representava uma das formas mais brutais de violência, mas também estava intrinsecamente ligada à estrutura social e econômica da época, contribuindo para a manutenção das desigualdades e para a perpetuação da violência no cenário brasileiro.

De acordo com a hipótese de Filho (2001) acerca deste tema no Brasil, há uma violência fundadora que está relacionada a uma cultura tradicional herdada, baseada no passado escravocrata da sociedade brasileira e no tipo de colonização e colonizadores que para cá vieram. Em nossa sociedade, caracterizada por relações violentas, a violência transforma-se numa linguagem organizadora, fazendo surgir uma espécie de senha de identificação que distingue os iguais.

Em concordância com esta afirmação é possível destacar a análise de Pereira (2000), em que o autor discute que há na violência brasileira um paradoxo, pois de um lado existe uma realidade alheia e hostil à democracia, e do outro, há um limite entre articulações culturais. Sendo assim, há uma linguagem da violência que não aparece somente em conflitos, mas também pode levar a emergência de alteridades, denunciando a existência de formas culturais diversas, que “encontram modos de expressão, passíveis de exibição privilegiada pela mídia e de assimilação pelo público, instituindo sentidos e ganhando adeptos” (Pereira, 2000).

Em contrapartida, Adorno (2003) considera o argumento da herança colonial perigoso, porém não descartável, pois para ele, estamos congelando a história no tempo, sem atualizar e reinterpretar essa herança. Contudo, quando a sociedade brasileira passou a viver os chamados processos de modernização, as múltiplas práticas sociais da violência, especialmente a criminal, passaram a ser vistas como fenômenos relevantes, objeto de estudiosos e também de intervenções do poder público.

Esse movimento de reconhecimento e análise da violência como fenômeno social complexo pode ser entendido como uma consequência do processo de modernização, que trouxe à tona questões antes negligenciadas. Atualmente, a violência não possui um locus específico. Ela está presente tanto nos bairros mais sofisticados na Zona Sul do Rio de Janeiro, quanto nas favelas e periferias situadas na Zona Norte desta cidade. Ela abrange o centro e a periferia, perpassando pelas diversas classes sociais que integram o cenário nacional.

Vários tipos e formas de violência são noticiados e espetacularizados cotidianamente. Entre elas podemos citar algumas, tais como: roubos, furtos, assassinatos, sequestros, guerras, atentados, terrorismo, violência física, violência sexual, violência psicológica e violência policial. A preocupação com a violência é tão grande que até a arquitetura contemporânea reflete esse medo (Hayeck, 2009). Atualmente, vemos casas com muros altos, cercas elétricas, sem visibilidade para a

⁶ Refere-se ao processo pelo qual indivíduos são capturados, subjugados e forçados a trabalhar sob condições de coerção, sem liberdade ou direitos, sendo reduzidos à condição de propriedade de outras pessoas ou grupos. A escravização envolve a violação dos direitos humanos fundamentais e foi um mecanismo central na manutenção de sistemas de exploração econômica e social, especialmente durante os períodos colonial e imperialista.

rua, além de cães de guarda e alarmes. A arquitetura que antes priorizava espaços abertos agora é dominada por medidas defensivas e protetivas.

No entanto, nos bairros mais pobres e favelas brasileiras, a violência é visível e não se esconde por trás de cercas e muros. A necessidade de proteção contra a violência influencia tanto o design das casas e edifícios quanto a forma como as pessoas convivem e interagem em seus ambientes sociais. A segregação socioespacial, expressa pela diferença entre áreas com medidas de segurança ostensivas e aquelas sem proteção, revela as desigualdades sociais e econômicas que alimentam a violência em muitas comunidades periféricas no Brasil.

Adorno (2003) questiona a hipótese comum de que há uma relação direta entre desigualdades sociais e violência. Em vez disso, ele sugere que a violência não é exclusivamente uma consequência da pobreza e das desigualdades sociais, mas pode também estar associada à concentração de riqueza. Segundo sua análise, a ocorrência de violência pode estar mais correlacionada com a riqueza acumulada do que com a pobreza, oferecendo uma perspectiva alternativa sobre a relação entre esses fenômenos.

Essa visão desafia a ideia comum de que a pobreza é a principal causa da violência, sugerindo que a dinâmica socioeconômica e a distribuição desigual de recursos podem desempenhar um papel importante na perpetuação da violência. Se observarmos um aumento nos índices de criminalidade entre jovens de classe média, poderíamos argumentar que, se a desigualdade fosse a única explicação para a violência, todos os jovens pobres e periféricos buscariam o tráfico de drogas e outras atividades criminosas para se destacarem socialmente, o que não é o caso.

Alba Zaluar e Maria Cristina Leal (2004) também sugerem que a adesão à violência pode ser uma forma de busca por reconhecimento e poder social através do medo, um processo que torna a relação entre pobreza e violência questionável, já que o medo, diante da ameaça e da realidade da violência, está presente em todas as classes sociais. Todavia, não podemos nos ater a um discurso social de uma violência única e singular, e sim como um fenômeno inscrito na realidade do mundo social que se expressa de diversas maneiras. É preciso pensar no fenômeno da violência e suas causas como um elemento plural, que implica reconhecer que não existe uma única causa ou explicação para a sua ocorrência.

Essa abordagem pluralista reconhece a diversidade de contextos em que a violência pode ocorrer e os diferentes motivos que levam as pessoas a se envolverem em comportamentos violentos. Por exemplo, enquanto para algumas pessoas a pobreza pode ser um fator contribuinte para a violência, para outras, a busca por poder, status ou reconhecimento social pode desempenhar um papel mais significativo. Essas variáveis demonstram como a violência é um fenômeno complexo, influenciado por uma variedade de fatores socioeconômicos e culturais.

Ao adotar uma perspectiva pluralista, é importante considerar as múltiplas dimensões da violência, incluindo suas manifestações físicas, psicológicas e estruturais, bem como as diferentes

formas de violência, como a violência doméstica, violência de gênero e violência transfóbica, entre outras. Essa abordagem holística permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno, reconhecendo que a violência se manifesta de maneiras diversas e impacta as pessoas de diferentes formas.

Collins e Bilge (2021), em sua obra sobre a interseccionalidade, destacam a necessidade de considerar as diferentes experiências e perspectivas das pessoas afetadas pela violência. A interseccionalidade é um conceito que analisa como diversas formas de opressão e discriminação (como raça, gênero, classe, etnia, idade, orientação sexual, entre outras) se sobrepõem e interagem, criando experiências únicas e complexas para cada indivíduo. Elas enfatizam que, para entender plenamente a violência, é crucial levar em conta como essas diferentes dimensões de diversidade social influenciam as vivências das pessoas, proporcionando uma análise mais completa e inclusiva das suas realidades.

Portanto, pensar na violência como um fenômeno plural envolve uma análise complexa e holística, que reconhece a interconexão de múltiplos fatores e a diversidade de experiências e realidades sociais que contribuem para sua existência. Isso inclui reconhecer como diferentes sistemas de opressão e privilégio se entrelaçam, afetando de maneira distinta os diversos grupos sociais.

Para Minayo (2013), essas violências são produzidas e reproduzidas no cotidiano em qualquer classe social, raça, identidade de gênero, etnia ou faixa etária, na forma de assassinatos, estupros, abusos sexuais, físicos, emocionais, exploração sexual, mutilação genital, entre outros. As manifestações, formas, contextos e impactos da violência formam um complexo e interconectado tecido social, cuja compreensão e abordagem demandam uma análise multifacetada e sensível. Esta abordagem permite uma visão mais detalhada de como a violência é perpetuada e de como pode ser combatida de forma eficaz, considerando todas as suas nuances e contextos específicos.

Por acreditarmos que este fenômeno é um fator proveniente de múltiplas causas, podemos destacar: o mal funcionamento da Justiça, impunidade, colapso da educação e da saúde, corrupção, influência da mídia, crescimento das cidades, egoísmo, ineficácia de políticas públicas de intervenção e prevenção da violência, conivência silenciosa dos envolvidos (das vítimas, dos profissionais etc.), entre outros.

Ao reconhecer essa multiplicidade de causas, torna-se possível adotar abordagens mais eficazes e abrangentes para enfrentar a violência, considerando não apenas suas manifestações, mas também as complexas interações entre os diferentes fatores que a alimentam e perpetuam na sociedade.

É importante também considerar que a violência está enraizada em questões históricas e culturais, como no caso do Brasil, onde o rompimento da cultura dos povos originários em decorrência da colonização e da imposição dos costumes europeus teve um impacto profundo na sociedade. Esses eventos históricos deixaram marcas que continuam a influenciar a dinâmica social

e contribuem para a violência que permeia o conjunto da sociedade como um todo, deixando evidente que a colonização, está intrinsecamente ligada à violência que permeia a sociedade brasileira (Fonseca, 2019).

Portanto, com base na compreensão das várias facetas da violência presentes nesta seção, o próximo passo consiste em analisar de forma mais detalhada suas diversas manifestações. Ao explorar as diferentes formas que a violência pode assumir, seus contextos específicos e os impactos que ela gera, podemos não só aprofundar nossa compreensão sobre o fenômeno, mas também identificar padrões e lacunas que exigem atenção especial. Na próxima seção, examinaremos de perto as formas mais comuns de manifestações da violência, os contextos em que ocorrem e os impactos que têm sobre as vítimas e a sociedade como um todo.

1.2 Manifestações da violência: formas, contextos e impactos

É fundamental explorar a violência em suas diversas manifestações. Essas manifestações ocorrem em variados contextos, abrangendo desde o âmbito rural até o ambiente urbano, passando por contextos institucionais e sociais. Cada forma de manifestação da violência tem impactos específicos sobre as vítimas e sobre a sociedade como um todo, revelando a complexidade desse fenômeno e a necessidade de abordagens multidimensionais para sua compreensão e enfrentamento. Nesta seção, examinaremos de forma mais detalhada as diferentes manifestações da violência, seus contextos específicos e os impactos que geram em diferentes níveis da sociedade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde⁷ (OMS), a violência pode ser definida como o uso intencional de força física, poder, ameaça ou negligência contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo, resultando em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Considerando isso, a violência pode se manifestar de várias formas, incluindo violência física, psicológica, sexual, econômica e institucional, tornando-se crucial a classificação de suas manifestações, a fim de compreendermos melhor suas nuances e impactos.

Fonseca (2019) classifica a violência física como uma das formas mais visíveis e diretas de agressão, causando danos físicos óbvios nas vítimas. Ela não se limita apenas a atos extremos, como espancamentos e homicídios, mas também pode incluir agressões de menor gravidade, como empurrões e tapas, podendo ocorrer em diversos contextos, desde situações interpessoais, como brigas e agressões entre indivíduos, até contextos institucionais, como a violência policial causando danos físicos e psicológicos nas vítimas.

Segundo dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁸ (2023), em 2021, o Brasil registrou 47.847 homicídios, representando uma taxa de 22,4 mortes por 100 mil habitantes. Esses números, embora preocupantes por si só, também evidenciam a ampla incidência

⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/. Acesso em: 15 ago. 2024.

⁸ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). Atlas da Violência 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>.

de violência física no país⁹. As formas de violência que resultam em homicídios, como “vias de fato¹⁰”, facadas e espancamentos, são manifestações extremas de um espectro mais amplo de agressões físicas que permeiam a sociedade brasileira. Embora tenha havido uma redução na letalidade entre 2017 e 2019, as taxas de homicídio passaram a oscilar a partir de 2019, superando novamente os níveis mínimos em 2021.

Esses dados não refletem apenas a gravidade dos homicídios, mas também contextualizam a realidade persistente da violência física no Brasil, evidenciando o cenário contínuo de agressões físicas que afetam a população brasileira. Esses dois conjuntos de dados e análises destacam a gravidade da violência física no Brasil. Enquanto os números de homicídios refletem uma realidade alarmante de violência letal, os estudos de Ramos *et al* (2018). ressaltam que a violência física vai além das fatalidades, deixando um legado de danos físicos e emocionais nas vítimas e em suas comunidades

Sendo assim, um dos aspectos mais preocupantes da violência física é o impacto que ela tem nas vítimas, tanto a curto quanto em longo prazo. A dor física causada pela agressão muitas vezes é acompanhada por um sofrimento psicológico, incluindo traumas emocionais e distúrbios mentais, como a síndrome do pânico e a depressão. Além disso, as consequências da violência física podem se estender para além do indivíduo agredido, afetando também seus familiares, amigos e comunidade.

De acordo com Souza (2015) para combater a violência física, é fundamental adotar uma abordagem abrangente que envolva medidas preventivas, educativas e punitivas. No âmbito preventivo, é importante promover a conscientização sobre os efeitos negativos da violência física e desenvolver estratégias para prevenir conflitos e resolver disputas de forma pacífica.

No aspecto educativo, é fundamental promover a cultura de paz e o respeito às diferenças e à diversidade, ensinando valores como empatia, solidariedade e tolerância. Já no campo punitivo, é necessário garantir que os agressores sejam responsabilizados por seus atos, por meio da aplicação eficaz da lei e da garantia de acesso à justiça para as vítimas.

Em suma, a violência física continua presente em nossa sociedade, resultando em danos emocionais e físicos para aqueles que dela sofrem. Para combater essa realidade de maneira eficaz,

⁹“A pesquisadora enfrentou dificuldades em encontrar dados de violência física separados dos de homicídio. Muitas fontes de dados e sistemas de notificação tendem a agrupar diferentes tipos de violência, dificultando a análise específica de cada categoria. A falta de desagregação dos dados pode obscurecer a compreensão completa da prevalência e características das diferentes formas de violência, comprometendo a precisão e a eficácia das políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa problemática”.

¹⁰ No contexto do direito penal brasileiro, “vias de fato” refere-se a agressões físicas que não resultam em lesões corporais. Embora o Código Penal não defina especificamente “vias de fato”, este tipo de conduta é reconhecido na jurisprudência e doutrina jurídica brasileira como atos de violência física como empurrões, tapas, puxões de cabelo e socos, que são ofensivos à integridade física, mas não deixam marcas ou lesões aparentes. Essas ações são tratadas como contravenções penais de menor potencial ofensivo. Veja, por exemplo, Art. 21 do Código Penal Brasileiro: “Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano.” Esta interpretação se aplica a atos que, embora não resultem em lesões corporais, são ainda assim considerados ofensivos e puníveis.

é fundamental adotar uma abordagem ampla, que inclua medidas preventivas, educativas e punitivas conforme explicitado acima.

Já no que diz respeito à violência psicológica, Day (2003, p. 10) sustenta que, a violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa, ou destina-se a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento psíquico da pessoa. Esse tipo de manifestação de violência pode deixar cicatrizes emocionais, afetando a autoestima e o bem-estar psicológico da vítima, podendo ocorrer em diferentes contextos, como no ambiente familiar, escolar, de trabalho e até mesmo em relacionamentos afetivos.

Segundo dados coletados por Tonel *et al*¹¹(2022, p. 40) no período de 2011 a 2021 foram mais de 655 mil casos notificados de violência psicológica no Brasil, representando 21,3% de todas as violências. Neste período, o país teve mais de três milhões de casos de violências (física, psicológica/moral, tortura, sexual, negligência/abandono) registrados no DATASUS. De todas estas notificações, a violência “física” foi a mais notificada, com um percentual de 54,4%, seguida, então pela “violência psicológica”, “negligência/abandono” com 10,9%, violência “sexual” com 11,2% e a “tortura” foi a menos notificada, com 2,2%. Esses dados revelam não apenas a prevalência das diferentes formas de violência, mas também a complexidade de suas manifestações no cotidiano brasileiro.

Nesse contexto, observa-se que a violência está intrinsecamente ligada às relações de poder permeadas por hierarquias, onde ocorrem abusos de autoridade em diversas dinâmicas sociais, como entre professor e aluno, marido e mulher, pais e filhos, e entre irmãos. Essas relações hierárquicas muitas vezes envolvem o contexto no qual a violência psicológica se manifesta, exacerbando os danos emocionais para as vítimas envolvidas.

Intui-se que os agressores psicológicos possuem autoestima diminuída, e a fim de se sentirem valorizados, diminuem outras pessoas. Refletindo sobre a “violência psicológica”, Minayo (2013) nos diz que esta expressão:

Nomeia agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir-lhe a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social. Indica também a rejeição de pessoas, na inter-relação. No caso de crianças e adolescentes, o abuso tem um efeito devastador sobre a autoestima, principalmente quando os pais ou seus substitutos não afetuosos. Muitos estudos mostram que a baixa autoestima pode estar associada à formação de personalidades vingativas, depressivas e a desejos, tentativas ou mesmo execução de suicídios (Minayo, 2013, p. 39).

Dentro desse cenário, a violência psicológica se manifesta por meio de palavras, gestos, atitudes e comportamentos que têm como objetivo humilhar, desvalorizar, ameaçar ou controlar emocionalmente a vítima. As cicatrizes deixadas pela violência psicológica são profundas e muitas vezes invisíveis aos olhos, mas seus efeitos são sentidos de forma intensa pela vítima.

¹¹ Tonel, R. V. et al. (2022). Panorama da Violência no Brasil: Análise dos Dados de Notificações no DATASUS (2011-2021). Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

A autoestima da pessoa pode ser gravemente afetada, levando-a a sentir-se incapaz, insegura e sem valor. A vítima pode desenvolver quadros de ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos, resultantes do constante desgaste emocional causado pela violência. Além disso, a violência psicológica pode ter um impacto negativo no bem-estar psicológico da vítima, prejudicando sua qualidade de vida e suas relações interpessoais. A pessoa que sofre esse tipo de violência pode passar a ter dificuldades em confiar nos outros, em se relacionar de forma saudável e em expressar suas emoções de forma adequada.

É fundamental que a violência psicológica seja reconhecida e combatida, pois suas consequências podem ser graves e duradouras. É preciso promover a conscientização sobre esse tipo de violência, para que as vítimas se sintam encorajadas a buscar ajuda e apoio. Além disso, é importante que a sociedade como um todo se mobilize para prevenir e combater a violência psicológica, criando ambientes mais saudáveis e respeitosos, onde o bem-estar emocional de todos seja valorizado e protegido.

Já a sexual é uma forma de violência que viola a integridade sexual e a autonomia da vítima e que atinge milhões de pessoas em todo o mundo, violando não apenas sua inteireza física, mas também impedindo o usufruto de uma série de direitos, a exemplo dos direitos sexuais e reprodutivos. De acordo com Oliveira (2015), trata-se de uma das mais graves violações de direitos humanos, liberdade, integridade física e mental, que acomete, em especial as mulheres, independente de suas classes sociais, em espaços públicos ou privados e em qualquer etapa de suas vidas:

A violência contra as mulheres é um fenômeno que acontece no nível relacional, atravessado por diferentes marcadores sociais, sendo necessário levar em consideração suas interseccionalidades – raça, etnia e classe social para um efetivo enfrentamento (Pinto *et al.* 2017, p. 204).

Esse tipo de violência está presente em condutas que constroem e obrigam dada pessoa, direta ou indiretamente, às práticas sexuais as mais diversas, não consentidas. Ela intimida, chantageia, coage, suborna, manipula e oprime o outro, levando-o à comercialização de sua sexualidade, o que pode incluir a gravidez, aborto, prostituição ou matrimônio.

De acordo com os dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹² desde 2019, quando pela primeira vez foram separados os dados do crime de estupro de vulnerável¹³, tornou-se evidente que 53,8% desses crimes eram contra meninas com menos de 13 anos. Esse percentual aumentou para 57,9% em 2020 e para 58,8% em 2021, onde se verifica que houve um discreto aumento no número de registros de estupro, que passou de 14.744 para 14.921. Já no que

¹² Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2022>.

¹³ Estupro de vulnerável é um crime previsto no código penal brasileiro (art. 217-A), que ocorre quando uma pessoa pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém que não tem o necessário discernimento para a prática do ato, seja em razão da idade (menores de 14 anos), de uma enfermidade ou deficiência mental, ou que, por qualquer outra, não possa oferecer resistência.

se refere ao estupro de vulnerável, houve um aumento mais significativo, de 43.427 para 45.994 casos.

Notavelmente, 61,3% desses casos de estupro de vulnerável em 2021 foram cometidos contra meninas menores de 13 anos, totalizando 35.735 vítimas nessa faixa etária. Esses dados revelam a alarmante prevalência de violência sexual, especialmente contra crianças e adolescentes no Brasil. A gravidade dessa questão se intensifica ao considerarmos os variados contextos em que a violência sexual pode ocorrer.

A violência sexual pode ocorrer em diversos contextos, incluindo relacionamentos íntimos, ambiente de trabalho, instituições de saúde e educação e situações de conflito armado. Em muitos casos, os agressores são pessoas conhecidas das vítimas, como familiares, parceiros íntimos ou colegas de trabalho, o que torna a situação ainda mais traumática e difícil de denunciar.

Diante disso, é fundamental destacar que a agressão sexual não se restringe apenas ao ato físico em si, mas também inclui a violência psicológica associada, como o medo, a vergonha e a culpa impostos à vítima pelo agressor. Esses aspectos psicológicos podem ter um impacto profundo na saúde mental das vítimas, levando a transtornos de ansiedade, depressão e até mesmo a pensamentos suicidas.

Além das dimensões físicas e psicológicas da violência, é crucial abordar outra faceta igualmente prejudicial: a violência econômica. A violência econômica ocorre quando uma pessoa é controlada ou gerida financeiramente, sendo privada de recursos econômicos básicos, como dinheiro, trabalho digno e acesso a bens e serviços essenciais. É uma forma de violência que muitas vezes passa despercebida, mas que pode ter impactos devastadores na vida das pessoas. Ela pode ocorrer em diversos contextos, como em relacionamentos abusivos, no ambiente de trabalho e até mesmo em nível institucional (Trindade, 2016).

No contexto dos relacionamentos abusivos, a violência econômica é uma das formas mais comuns de controle exercido pelo agressor sobre a vítima. Isso pode incluir desde o controle do dinheiro e dos bens materiais até a proibição da vítima de trabalhar ou de buscar uma fonte independente de renda. Essas ações têm o objetivo de manter a vítima dependente do agressor e impedir que ela tenha autonomia financeira para sair da relação abusiva.

No ambiente de trabalho, a violência econômica pode se manifestar de diversas formas, como remunerações injustas e condições precárias de trabalho. Esses aspectos estão intrinsecamente ligados à exclusão econômica. Salários desiguais e a falta de segurança no emprego criam um ambiente de trabalho insalubre e desigual, onde os trabalhadores são explorados e induzidos a aceitar condições abusivas por medo de perderem seus empregos ou fontes de renda. Essa exploração econômica agrava ainda mais a vulnerabilidade das pessoas, especialmente aquelas que já enfrentam discriminação social e falta de oportunidades.

A violência econômica também pode ocorrer em nível institucional, quando políticas públicas e práticas governamentais contribuem para a exclusão e marginalização de grupos sociais

vulneráveis, privando-os de acesso a recursos econômicos básicos e perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

Um exemplo concreto de violência econômica institucional pode ser encontrado nas dificuldades enfrentadas por pessoas travestis na obtenção de empregos formais devido à discriminação. Políticas de recursos humanos que excluem deliberadamente essas pessoas de processos seletivos, práticas governamentais que não garantem proteções adequadas contra a discriminação no local de trabalho e a falta de iniciativas para promover a inclusão econômica são alguns dos fatores que perpetuam esses ciclos de marginalização.

Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas para a educação e qualificação profissional das travestis agrava a situação, limitando ainda mais suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Muitas vezes, essas pessoas são forçadas a recorrer ao trabalho informal ou à prostituição como meios de subsistência, expondo-se a riscos adicionais e perpetuando sua vulnerabilidade econômica e social. A discriminação institucionalizada também se manifesta na falta de acesso a serviços de saúde, habitação e proteção social, criando barreiras que impedem a ascensão socioeconômica dessas populações e reforçando a exclusão e a desigualdade sistêmica.

Diante disso, a violência econômica institucional contra pessoas travestis não apenas restringe suas oportunidades econômicas imediatas, mas também contribui para a perpetuação de um ciclo de pobreza e marginalização, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e práticas governamentais que promovam a igualdade de oportunidades e a justiça social.

Já a violência institucional refere-se a uma forma de violência que se destaca pela sua abrangência e impacto social. Ela ocorre quando as instituições responsáveis pela proteção e garantia dos diferentes direitos e prestação dos diferentes serviços públicos falham em cumprir seu papel e, muitas vezes, são as próprias responsáveis pela violação desses direitos. De acordo com Minayo (2013), essa é a "mais cruel" forma de violência, pois perpetua a miséria de grande parte da população do país e naturaliza variadas formas de agressões, gerando outras "relações violentas". Essa análise evidencia a profundidade e a complexidade da violência institucional, mostrando como ela não apenas afeta diretamente os indivíduos, mas também corrompe as estruturas sociais e econômicas de um país.

Diante desse contexto, a violência institucional não pode ser pensada de forma isolada, uma vez que está intrinsecamente ligada às estruturas sociais que perpetuam relações de desigualdade, exploração e desequilíbrio de poder. Essa forma de violência se manifesta por meio das instituições que devem garantir direitos e proteção, mas que, na prática, mantêm e reforçam as condições de opressão e marginalização de determinados grupos sociais.

Segundo Soares (2016), as instituições públicas muitas vezes atuam de forma a perpetuar a exclusão social, ao invés de combatê-la, evidenciando uma falha sistêmica na implementação de políticas públicas inclusivas. Essa perpetuação da exclusão social através das instituições é um reflexo das profundas desigualdades estruturais existentes no Brasil. Outro exemplo teórico

relevante é apresentado por Souza e Medeiros (2019), que discutem a violência institucional no contexto das políticas de segurança pública.

Eles argumentam que a violência policial e a criminalização de grupos sociais marginalizados, como jovens negros e moradores de favelas, são manifestações claras de violência institucional. Essas práticas não apenas violam os direitos humanos, mas também reforçam estereótipos e preconceitos que alimentam o ciclo de violência e exclusão.

Esses estudos mostram como a violência institucional está enraizada em sistemas de poder que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Para combater essa forma de violência, é necessário um esforço contínuo para reformar as instituições públicas e implementar políticas que promovam a igualdade e a justiça social. Portanto, compreender e abordar a violência institucional é crucial para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Consequentemente, essas ações não violam apenas os direitos humanos e fundamentais, mas também causam danos à integridade física e psicológica das vítimas, além de minar a confiança nas instituições responsáveis por sua proteção. A persistência dessa violência institucional exige uma análise detalhada dos espaços onde essas práticas ocorrem e se perpetuam, para que possamos entender melhor os mecanismos que alimentam essas dinâmicas opressoras e buscar soluções eficazes.

Compreender a violência sem suas diversas manifestações é apenas o primeiro passo para uma análise mais profunda. No entanto, tão importante quanto identificar e definir as expressões de violência é examinar as formas como indivíduos, grupos e sociedades reagem a ela. A partir desse entendimento, torna-se possível explorar as estratégias de enfrentamento desenvolvidas ao longo do tempo, que vão desde ações individuais de resistência até a implementação de políticas públicas.

No próximo capítulo, abordaremos as condições de vida e a violência contra as pessoas travestis no Brasil. Esta discussão explorará as tendências nacionais e as particularidades desse fenômeno, destacando os desafios enfrentados por essa população e as estratégias que têm sido utilizadas para promover sua proteção e inclusão social.

2. AS CONDIÇÕES DE VIDA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS TRAVESTIS: TENDÊNCIAS NACIONAIS

A violência transfóbica é uma realidade persistente e alarmante que afeta desproporcionalmente as pessoas trans e travestis em todo o mundo. No contexto brasileiro, as experiências de violência e discriminação enfrentadas por essa comunidade estão enraizadas em sistemas sociais, culturais e políticos que perpetuam o preconceito e a exclusão. A transfobia é utilizada como uma ferramenta política para limitar oportunidades e bem-estar, servindo também como uma arma para manter o controle sobre corpos e identidades dissidentes que desafiam normas estabelecidas e reforçam hierarquias de poder.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2023), o Brasil é o país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo¹⁴. Esta estatística alarmante reflete as desigualdades e injustiças enfrentadas por essa comunidade. Os relatórios anuais da Antra mostram que pessoas trans e travestis enfrentam níveis alarmantes de violência, desde agressões físicas até assassinatos brutais com requintes de crueldade. Estes dados não são apenas números; representam vidas perdidas, histórias interrompidas e sonhos não realizados.

A triste realidade descrita pelos dados da Antra não apenas destaca a gravidade da situação, mas também ilumina a conexão entre essa violência desenfreada e a impunidade que a acompanha. A correlação entre a violência transfóbica e os dados da Antra é inegável. A falta de investigação eficaz e a responsabilização dos agressores contribuem para a perpetuação de um ciclo de violência e medo que permeia a vida diária das pessoas trans e travestis, aumentando sua vulnerabilidade.

A perpetuação da violência e do medo é agravada pela falta de acesso a serviços essenciais e oportunidades socioeconômicas, evidenciando uma exclusão sistemática. Além disso, os dados coletados pela Antra revelam disparidades preocupantes no acesso a serviços essenciais e oportunidades socioeconômicas. Pessoas trans e travestis enfrentam barreiras significativas ao acesso à saúde, educação, emprego, assistência social e moradia, o que as colocam em uma posição ainda mais vulnerável à violência e à marginalização.

Estas constatações não devem ser ignoradas. Elas exigem uma resposta urgente e abrangente por parte da sociedade e do Estado brasileiro. É imperativo que políticas públicas e sociais sejam desenvolvidas e implementadas para combater a violência transfóbica em todas as suas formas, garantindo a proteção e os direitos humanos fundamentais das pessoas trans e travestis.

Este capítulo visa lançar luz sobre as condições de vida das pessoas travestis e as tendências da violência transfóbica no Brasil. Ao examinar de perto estas questões complexas e multifacetadas, buscamos não apenas compreender os desafios enfrentados por essa comunidade marginalizada, mas também promover a conscientização e ação para alcançar a igualdade e a justiça.

Ao longo deste capítulo, exploraremos os dados disponíveis, análises qualitativas e pesquisas recentes para fornecer uma visão abrangente da situação atual. Além disso, examinaremos as principais tendências nacionais em relação à violência transfóbica, identificando os fatores de risco, os impactos na saúde e bem-estar, as barreiras ao acesso a serviços essenciais e as respostas institucionais e comunitárias.

2.1 Identificando os fatores de risco: uma análise da prevalência e contexto da violência transfóbica

¹⁴ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans no Brasil em 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/dossie2023>. Acesso em: 15 ago. 2024.

A violência contra as travestis no Brasil é um fenômeno alarmante e crescente, refletindo uma realidade marcada pela intolerância e discriminação. Ao analisar os dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, podemos identificar tendências que evidenciam a gravidade dessa questão e suas ramificações sociais mais amplas.

De acordo com os relatórios da Antra, a violência contra pessoas trans e travestis no Brasil atingiu níveis alarmantes nos últimos anos. Apenas em 2023, foram registrados 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos envolvendo violência física, verbal e psicológica contra essa comunidade, representando um aumento significativo em relação aos anos anteriores (Benevides, *et al*, 2023, p. 51). Esses números, no entanto, provavelmente subestimam a verdadeira extensão do problema, dada a subnotificação generalizada e a relutância das vítimas em denunciar incidentes de violência devido ao medo de retaliação e à falta de confiança nas autoridades estatais.

As travestis frequentemente enfrentam barreiras adicionais para relatar agressões e discriminações devido à estigmatização social e à falta de apoio institucional. A invisibilidade e marginalização enfrentadas pela comunidade travesti muitas vezes resultam em uma hesitação compreensível em buscar ajuda e justiça, perpetuando um ciclo de violência e impunidade. Assim, é crucial reconhecer que os números apresentados são apenas a ponta do iceberg quando se trata da verdadeira magnitude da violência transfóbica no Brasil.

Uma das tendências mais preocupantes reveladas pelos dados da Antra é a frequência com que as travestis são alvos de homicídios motivados por preconceito de gênero. Em 2022, por exemplo, 151 travestis foram brutalmente assassinadas em todo o país (Benevides, *et al*, 2023, p. 59), muitas vezes após sofrerem uma série de agressões e discriminações ao longo de suas vidas. Esses assassinatos, além de representarem uma violação flagrante dos direitos humanos e fundamentais, também evidenciam a necessidade urgente de medidas eficazes para proteger essa comunidade vulnerável e garantir-lhes o direito à cidadania.

Além dos homicídios, os dados coletados pela Antra, juntamente com as recentes pesquisas acadêmicas relacionadas a este estudo, destacam a prevalência de outras formas de violência enfrentadas pelas travestis, incluindo agressões físicas, ataques verbais, assédio sexual e discriminação no acesso a serviços básicos, como saúde, assistência social, moradia e segurança pública. Estudos recentes corroboram esses achados, revelando que essas violências multifacetadas criam um ambiente hostil que dificulta a integração social e econômica das travestis. De acordo com Silva (2023), essas barreiras resultam em uma exclusão sistemática e na negação de direitos fundamentais, perpetuando um ciclo de marginalização e vulnerabilidade.

A constatação de que essas violências multifacetadas resultam em exclusão sistemática e negação de direitos fundamentais destaca a necessidade de examinar a raiz desse ciclo de marginalização. Nesse contexto, é crucial compreender como os padrões de violência contra as travestis, enraizados em estereótipos de gênero e normas sociais restritivas, comprometem seu bem-estar e perpetuam a marginalização. Essa análise revela como tais dinâmicas contribuem para a

exclusão sistemática das travestis, impactando de maneira significativa diversos espaços sociais e institucionais na sociedade brasileira.

Diante disso, é importante ressaltar que a violência contra as travestis não é um fenômeno isolado, mas está intrinsecamente ligada a fatores mais amplos de desigualdade e discriminação. Entre esses fatores, destaca-se a perpetuação de estereótipos de gênero, a disseminação de discursos de ódio, a falta de acesso a oportunidades econômicas e educacionais, bem como a discriminação institucionalizada.

Esses fatores interligados são fundamentais para compreender a complexidade da violência contra travestis. A perpetuação de estereótipos de gênero, a propagação de discursos de ódio, a falta de acesso a oportunidades e a discriminação institucionalizada não apenas intensificam a violência, mas também a consolidam como um fenômeno enraizado nas estruturas sociais e institucionais (Butler, 2024).

Esses elementos contribuem para a manutenção e agravamento da violência, tornando sua erradicação um desafio significativo. Essa combinação de fatores contribui para um ambiente hostil no qual as travestis são frequentemente alvo de agressões físicas, verbais e sexuais, resultando em impactos negativos na saúde e bem-estar dessas sujeitas.

O preconceito de gênero, definido como a atribuição de características, comportamentos e papéis sociais com base no sexo biológico, desempenha um papel central na violência contra as travestis. Como observado por Butler (2024), o sistema de gênero binário impõe normas rígidas e inflexíveis de masculinidade e feminilidade, marginalizando aqueles e aquelas que desafiam ou transgridem essas normas.

Desde cedo, somos ensinados (as) a seguir padrões estritos de masculinidade e feminilidade, que excluem e marginalizam qualquer forma de expressão de gênero que não se encaixe nesses moldes. As travestis, ao desafiar esses estereótipos e viver de acordo com sua identidade de gênero verdadeira, tornam-se alvos de violência e discriminação por parte daqueles que buscam manter o status quo de gênero.

Esses padrões rígidos de gênero, ao estabelecerem normas que excluem a diversidade, criam um terreno fértil para a manifestação de outras formas de opressão. Nesse contexto, o machismo surge como um fator crucial que reforça e perpetua a violência contra as travestis. O machismo, ao valorizar a masculinidade hegemônica¹⁵ e desvalorizar outras identidades de gênero, contribui significativamente para a marginalização e agressão direcionadas a indivíduos que desafiam esses padrões estabelecidos (Connell, 2013).

¹⁵ Conceito desenvolvido por Connell para descrever o tipo ideal de masculinidade que prevalece em uma sociedade e que é considerado norma ou padrão a ser seguido pelos homens. Esse conceito refere-se a um modelo de masculinidade dominante que se caracteriza por atributos como força, assertividade e controle emocional, e que subordina outras formas de masculinidade e feminilidade. A masculinidade hegemônica é reforçada por instituições sociais e culturais, sua prevalência contribui para a manutenção das desigualdades de gênero e a opressão de indivíduos que não se encaixam nesse padrão, incluindo homens com masculinidades não hegemônicas e mulheres.

Nesse contexto de desvalorização e agressão, as travestis se tornam alvos específicos da masculinidade hegemônica que o machismo perpetua. Ao desafiar a hierarquia de gênero tradicional, elas são frequentemente vistas como uma ameaça à ordem estabelecida. Além disso, a disseminação de discursos de ódio e intolerância, visíveis em redes sociais, política e mídia, contribui para um ambiente que fomenta a violência. Essas mensagens desumanizantes retratam as travestis como uma ameaça à ordem social e moral, intensificando o preconceito e a hostilidade, e legitimando a violência contra essa comunidade vulnerável (Heliodoro, 2021).

Além da retórica de ódio disseminada por meio das redes sociais, da política e da mídia, outro fator crucial que perpetua a violência contra essa comunidade é a transfobia institucional. Se, por um lado, o discurso público e os preconceitos sociais alimentam a hostilidade e a violência, por outro, a discriminação também é institucionalizada em leis insuficientes e políticas que excluem e marginalizam as travestis.

A transfobia institucional, ao se manifestar por meio de práticas legais e políticas públicas que negam direitos e oportunidades, reforça a vulnerabilidade dessa população e intensifica as dificuldades enfrentadas no cotidiano (Namaste, 2000). A ausência de legislação e políticas específicas, aliada à falta de treinamento e sensibilidade dos profissionais de segurança e justiça, contribui para uma negação sistemática dos direitos básicos das travestis. Essa deficiência não se limita apenas à vida das travestis, mas se estende até o tratamento que recebem após a morte.

O caso de Thaynara Souza exemplifica de forma dramática essa realidade. Thaynara, uma travesti, foi enterrada com o nome de nascimento, Rodrigo, em vez do nome com o qual se identificava e que refletia sua identidade de gênero. Esse detalhe evidencia a falta de reconhecimento e respeito pela identidade de gênero das travestis, refletindo uma discriminação institucionalizada que persiste mesmo após a morte (Folha de S. Paulo, 2022).

A maneira como seu corpo foi tratado demonstra não apenas a marginalização que ela sofreu em vida, mas também a perpetuação dessa exclusão e desrespeito após sua morte, reforçando a necessidade urgente de reformas que assegurem a dignidade e os direitos das pessoas trans e travestis. Paralelamente, outro fator que exacerba a vulnerabilidade das travestis é a limitação de acesso a oportunidades econômicas e educacionais.

Devido à discriminação no mercado de trabalho e no sistema educacional, muitas travestis enfrentam altos níveis de desemprego, pobreza e exclusão social. Segundo os dados coletados pela Antra, no Brasil, hoje, apenas 4% das pessoas trans e travestis estão empregadas no mercado de trabalho formal e 0,02% tiveram acesso ao ensino superior¹⁶ (Benevides *et al*, 2023, p. 68).

Essa falta de oportunidades econômicas não apenas aumenta a vulnerabilidade das travestis à violência, mas também as empurra para as margens da sociedade, onde estão mais expostas à exploração e à violência. O elevado nível de desemprego e a limitada acessibilidade ao ensino

¹⁶ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans no Brasil em 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/dossie2023>. Acesso em: 15 ago. 2024.

superior não são apenas indicadores de desigualdade, mas também fatores que perpetuam a vulnerabilidade das travestis à violência.

Em suma, esses desafios econômicos e sociais criam um ambiente propício para a exploração e o abuso, reforçando a marginalização das travestis. Um exemplo emblemático dessa realidade é o caso chocante da morte da travesti Dandara dos Santos, que ocorreu em 2017. Dandara, que tinha 42 anos de idade, foi brutalmente agredida por um grupo de homens em Fortaleza, Ceará, em um ato de violência transfóbica amplamente divulgado nas redes sociais. Os agressores a espancaram com socos, chutes e golpes de madeira, enquanto proferiam insultos transfóbicos e humilhantes (Melo, 2019). O vídeo desse ato violento foi amplamente compartilhado na internet, expondo a crueldade e a brutalidade da violência transfóbica no Brasil.

O caso de Dandara¹⁷, segundo notícia da BBC Brasil (2017), é notificado como dizendo respeito a Antônio Cleilson Ferreira de Vasconcelos, seu nome de registro de nascimento. Isso reitera o que já citamos acima como uma violência que também é institucional e que parte do próprio Estado. O não reconhecimento dessas pessoas por parte do Estado violenta suas identidades e contribui para que elas não existam no sistema de vida social e para que sejam marginalizadas e relegadas às piores condições de vida, como se não necessitassem de proteção e valorização.

Dandara, dessa forma, foi torturada por vários lados: por aqueles que lhe batiam e não hesitavam em ver seu sangue jorrar; pelos espectadores que, por várias razões, agiram por omissão diante do massacre; e pelo Estado que não a reconhecia em sua particularidade e que, até para lhe socorrer no momento mais necessário foi ineficiente.

Esse terrível episódio não apenas ilustra a violência física extrema enfrentada pelas travestis no Brasil, mas também revela a profundidade do preconceito e da intolerância que permeiam a sociedade. A morte de Dandara dos Santos é um lembrete angustiante de que a violência transfóbica não é apenas uma questão de palavras ou atitudes, mas também de ações violentas e letais que ceifam vidas e destroem comunidades.

O caso de Dandara dos Santos ilustra vividamente como a violência transfóbica se concretiza no Brasil, revelando os perigos enfrentados pelas travestis diariamente. A persistência de estereótipos de gênero, o machismo e a transfobia institucional são fatores que perpetuam esse ciclo de violência, resultando em tragédias como a de Dandara.

Esse caso de violência extrema e a morte de Dandara dos Santos evidenciam a brutalidade com que a transfobia se manifesta, mas também expõem as falhas estruturais e institucionais que contribuem para essa violência. A persistência de estereótipos de gênero, o machismo e a transfobia institucional são fatores que perpetuam o ciclo de agressões e assassinatos, criando um ambiente hostil e perigoso para as travestis.

¹⁷ BBC BRASIL. Assassinato de travesti Dandara foi um dos mais violentos contra LGBT em 2017. 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40356679>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Um caso que também exemplifica essa realidade é o de Lorena Muniz¹⁸, uma travesti de 25 anos que faleceu em 2021 após um incêndio em uma clínica de estética em São Paulo. Lorena Muniz, que havia viajado do Recife para São Paulo em busca de uma cirurgia de feminilização facial, foi deixada inconsciente em uma sala de procedimentos enquanto um incêndio se alastrava pela clínica. Segundo relatos, os funcionários da clínica abandonaram o local, deixando Lorena presa e inconsciente dentro da sala. Lorena sofreu queimaduras graves e faleceu poucos dias depois no hospital (Folha de S.Paulo, 2021).

Esse caso revela não apenas a negligência e o desprezo pela vida de uma travesti, mas também expõe a precariedade e os riscos associados aos procedimentos estéticos aos quais muitas travestis recorrem devido à pressão para se conformarem a padrões de gênero. A falta de regulamentação e supervisão adequadas dessas clínicas muitas vezes coloca a vida das travestis em risco, mostrando uma falha sistemática na proteção e cuidado dessas pessoas.

A morte de Lorena Muniz gerou uma comoção nacional e levou a protestos e manifestações que exigiam justiça e medidas mais rigorosas para regulamentar as clínicas de estética. O caso também destacou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a segurança e os direitos das travestis no acesso a serviços de saúde, incluindo procedimentos estéticos.

A trajetória de Lorena Muniz, como a de muitas outras travestis no Brasil, é marcada por uma busca incessante por aceitação e dignidade em um contexto social que constantemente nega esses direitos. Sua morte trágica é um lembrete doloroso de que a violência transfóbica pode se manifestar de múltiplas formas, desde a agressão física direta até a negligência institucional e a falta de regulamentação que põe em risco a vida dessas pessoas.

Além da tragédia pessoal representada pela morte de Lorena Muniz, esse caso também reflete um problema sistêmico mais amplo que afeta a comunidade trans no Brasil. A falta de regulamentação adequada e a negligência em ambientes críticos, como clínicas de estética e instituições de saúde, revelam uma carência urgente de políticas públicas e práticas que garantam a proteção e o bem-estar das travestis.

A morte de Lorena não é um incidente isolado, mas parte de um padrão preocupante de desamparo e discriminação que contribui para a marginalização e a vulnerabilidade extrema enfrentada por essa comunidade. A ausência de protocolos rigorosos e de uma abordagem sensível nas instituições que prestam serviços essenciais destaca a necessidade de uma revisão profunda das práticas e políticas existentes, além de um compromisso firme com a criação de um ambiente seguro e inclusivo para todas as pessoas trans.

O trágico caso de Lorena Muniz, Dandara dos Santos, junto com outras situações semelhantes, ilustra não apenas a necessidade de mudanças urgentes nas práticas institucionais e

¹⁸ G1. Jovem travesti morre após incêndio em clínica de estética em SP; polícia investiga omissão de socorro. 24 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/24/jovem-travesti-morre-apos-incendio-em-clinica-de-estetica-em-sp-policia-investiga-omissao-de-socorro.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2024.

políticas de proteção, mas também destaca as ramificações da violência transfóbica sobre a saúde e o bem-estar das travestis.

A violência não se manifesta apenas em ataques físicos diretos, mas também gera um impacto prejudicial na saúde mental e emocional das vítimas, exacerbando o sofrimento e a marginalização. Para compreender plenamente a extensão desses efeitos, é essencial explorar as ramificações físicas e psicológicas da violência transfóbica, que comprometem a qualidade de vida e a integridade das pessoas trans e travestis. Esta análise nos permitirá vislumbrar as consequências abrangentes da transfobia e a necessidade de intervenções eficazes para promover a saúde e o bem-estar dessa comunidade, tanto no nível individual quanto coletivo.

2.2 Impactos na saúde e bem-estar: explorando as ramificações físicas e psicológicas da violência transfóbica

A violência transfóbica, manifestada em suas diversas formas, impõe um fardo pesado sobre a saúde e o bem-estar das pessoas trans e travestis em todo o mundo. Este fenômeno não apenas causa danos físicos tangíveis, mas também deixa cicatrizes profundas na psique dos corpos que são alvos desses atos odiosos.

Ao explorar as ramificações físicas e psicológicas da violência transfóbica, é crucial reconhecer a amplitude do impacto que ela tem sobre as vidas das pessoas trans e travestis e as comunidades em que vivem.

Primeiramente, é importante destacar os efeitos físicos da violência transfóbica. Os ataques físicos diretos, incluindo agressões físicas, estupros corretivos e assassinatos, deixam marcas evidentes no corpo das vítimas. Ferimentos graves, traumas físicos e até mesmo a perda da vida são resultados trágicos dessas ações desumanas. Além disso, a negligência médica e a falta de acesso a cuidados de saúde adequados devido à discriminação podem agravar ainda mais os problemas de saúde física enfrentados pela comunidade trans e travesti.

Muitas vezes, essas sujeitas são confrontadas com barreiras ao procurar cuidados médicos, desde a falta de profissionais de saúde culturalmente competentes até a discriminação flagrante dentro de instalações de saúde. Como resultado, condições de saúde que poderiam ser tratadas ou gerenciadas eficazmente com cuidados apropriados muitas vezes se deterioram, levando a uma maior incidência de doenças não tratadas e complicações médicas graves. A falta de acesso a serviços de saúde inclusivos não apenas priva as travestis do direito fundamental à saúde, mas também perpetua um ciclo de desigualdade e sofrimento dentro de uma população já marginalizada.

Além das barreiras enfrentadas no acesso aos cuidados médicos, a saúde mental das travestis também é gravemente afetada pela discriminação e violência contínuas. Estudos demonstram que a exposição constante a ambientes hostis e preconceituosos aumenta significativamente os níveis de estresse, ansiedade e depressão entre as pessoas trans e travestis (Mizock; Lewis, 2017). Essa

realidade é agravada pela falta de apoio psicológico especializado e acessível, que poderia ajudar a mitigar os efeitos nocivos da transfobia.

A marginalização e o estigma não apenas deterioram a saúde física e mental das travestis, mas também dificultam sua capacidade de buscar e manter tratamento, criando um ciclo vicioso de sofrimento e exclusão. Essa exclusão sistemática do sistema de saúde contribui para a desconfiança nas instituições de saúde, fazendo com que muitas travestis evitem procurar ajuda até que suas condições se tornem críticas. A falta de confiança e a experiência de discriminação prévia levam a um subaproveitamento dos serviços de saúde preventiva, resultando em diagnósticos tardios e maior incidência de complicações de saúde (Pires, 2021).

Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas especificamente para a saúde das travestis agrava ainda mais a situação, deixando essa população sem suporte adequado e contínuo. Essa dinâmica reforça a marginalização e perpetua as desigualdades de saúde, criando barreiras quase intransponíveis para uma população que já enfrenta inúmeros desafios sociais e econômicos.

Por outro lado, os impactos psicológicos da violência transfóbica são igualmente prejudiciais. O constante medo de violência, discriminação e rejeição leva a altos níveis de estresse, ansiedade e depressão entre as pessoas trans e travestis. O trauma resultante de experiências passadas de violência pode persistir por anos, afetando negativamente o bem-estar mental e emocional das vítimas.

A internalização da transfobia, por exemplo, pode ter efeitos prejudiciais na saúde mental dessas sujeitas. Ao enfrentar discriminação sistemática e ostracismo social, essa comunidade muitas vezes internaliza as mensagens negativas sobre suas identidades de gênero, o que pode levar a uma diminuição da autoestima e sentimentos de desvalorização pessoal (Mizock; Mueser, 2014).

Além disso, a constante exposição à transfobia pode induzir um profundo senso de isolamento e alienação, à medida que as pessoas trans e travestis se sentem excluídas tanto da comunidade cisgênero quanto de espaços considerados seguros (Pires, 2021). Infelizmente, esses sentimentos de desesperança e desamparo podem culminar em pensamentos suicidas e comportamentos autodestrutivos, tornando a saúde mental uma preocupação urgente para essa população.

Diante desse contexto, a violência transfóbica muitas vezes leva à evitação de serviços de saúde e apoio, exacerbando os problemas de saúde mental e física da comunidade trans e travesti. O estigma social e a discriminação enfrentados ao buscar ajuda podem desencorajar as travestis de procurar tratamento médico ou apoio psicológico quando mais precisam.

Essa falta de acesso a serviços essenciais de saúde só serve para agravar ainda mais as condições físicas e mentais já debilitadas das vítimas de violência transfóbica. Como observa Bento (2018), "a exclusão e a discriminação no sistema de saúde têm impactos devastadores sobre a saúde mental e física das pessoas trans, criando barreiras significativas ao acesso a cuidados essenciais" (Bento, 2018, p. 92).

Quando privadas de cuidados médicos adequados, as vítimas são deixadas para enfrentar as consequências físicas dos ataques sozinhas, muitas vezes sem tratamento adequado para ferimentos graves ou trauma físico. Além disso, a ausência de cuidados médicos e psicológicos adequados pode resultar na piora das condições de saúde das travestis, que frequentemente enfrentam doenças crônicas e transtornos mentais sem o devido acompanhamento. A negligência institucional e a falta de sensibilidade por parte dos profissionais de saúde contribuem para a sensação de desamparo e isolamento.

Nesse contexto, muitas travestis recorrem à automedicação ou tratamentos informais, o que pode agravar ainda mais sua saúde. Segundo Bento (2018), "a falta de acesso a um sistema de saúde inclusivo e culturalmente competente perpetua a marginalização e o sofrimento das pessoas trans, criando barreiras insuperáveis ao cuidado integral e digno" (Bento, 2018, p. 94). Este cenário evidencia a necessidade urgente de uma reforma estrutural no sistema de saúde, que inclua políticas e práticas específicas para atender às necessidades das travestis e garantir que recebam cuidados adequados e respeitosos.

A negação do acesso a serviços de saúde apenas amplifica a injustiça e a violência infligidas à comunidade trans, reforçando a urgência de sistemas de saúde mais inclusivos e sensíveis às necessidades dessa população vulnerável. Essa negação de serviços de saúde também envia uma mensagem prejudicial de desvalorização e marginalização, perpetuando o ciclo de discriminação e violência.

Além de negar o acesso a serviços essenciais, a exclusão da comunidade trans e travesti do sistema de saúde também tem implicações profundas para a saúde pública. Quando as travestis evitam buscar atendimento devido ao medo de discriminação, isso não apenas compromete sua saúde individual, mas também pode levar à disseminação de doenças infecciosas que poderiam ser controladas com cuidados preventivos e tratamento adequado. Além disso, a falta de apoio médico e psicológico adequado aumenta a vulnerabilidade dessa população a problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, que muitas vezes resultam em taxas alarmantes de suicídio entre pessoas trans e travestis.

De acordo com Pelúcio (2020), "a ausência de políticas de saúde inclusivas e culturalmente competentes não só prejudica a saúde das pessoas trans, mas também perpetua um ciclo de exclusão e vulnerabilidade que afeta toda a sociedade" (Pelúcio, 2020, p. 112). Portanto, a inclusão de políticas de saúde que reconheçam e respeitem as necessidades específicas da comunidade trans e travesti é imperativa para promover justiça social e equidade na saúde.

Portanto, é evidente que a violência transfóbica não só causa danos físicos e psicológicos imediatos, mas também deixa cicatrizes na saúde e no bem-estar das pessoas trans e travestis. Para abordar eficazmente esse problema, é necessário um compromisso renovado com a criação de

ambientes seguros e inclusivos para as transgeneridades¹⁹, bem como o acesso igualitário a serviços de saúde física e mental. Somente através da conscientização, advocacia e ação coletiva podemos esperar mitigar os impactos devastadores da violência transfóbica e promover o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Entretanto, para entender plenamente as dificuldades enfrentadas pela comunidade travesti, é crucial explorar as barreiras ao acesso a serviços essenciais. Estas barreiras não só dificultam a busca por ajuda e apoio, mas também perpetuam o ciclo de marginalização e exclusão, exacerbando as vulnerabilidades dessa população. Na próxima seção, serão discutidos os desafios específicos que as travestis enfrentam ao tentar acessar serviços fundamentais, destacando a necessidade urgente de reformas que garantam equidade e justiça para todos.

2.3 Barreiras ao acesso a serviços essenciais: desafios enfrentados pela comunidade travesti na busca por ajuda

A comunidade travesti enfrenta uma série de barreiras sistêmicas ao tentar acessar serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social e segurança. Essas barreiras são exacerbadas por uma combinação de discriminação institucionalizada, estigmatização social e políticas públicas inadequadas. No sistema de saúde, a discriminação contra travestis é prevalente e pode manifestar-se de várias formas, desde a recusa de tratamento até o tratamento inadequado.

Um estudo recente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) destaca que muitas travestis evitam procurar serviços de saúde devido ao medo de discriminação e violência, o que agrava ainda mais suas condições de saúde (ANTRA, 2023). Além disso, a falta de capacitação dos profissionais de saúde em questões de gênero contribui para um atendimento de baixa qualidade e insensível às necessidades específicas dessa população (Benevides et al., 2023, p. 72).

A discriminação no mercado de trabalho é outra barreira significativa. De acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a taxa de desemprego entre pessoas trans e travestis é alarmante, com apenas 4% empregadas formalmente²⁰ (FGV, 2022). A falta de oportunidades econômicas empurra muitas travestis para a marginalidade, onde estão mais suscetíveis à exploração e violência. A exclusão do mercado de trabalho formal não só priva essas pessoas de uma fonte de renda estável, mas também de benefícios sociais e acesso a serviços de saúde.

O sistema educacional também apresenta desafios significativos. O bullying, a violência e a falta de políticas inclusivas levam muitas travestis a abandonarem a escola precocemente. A pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) revela que apenas 0,02% das pessoas

¹⁹ A transgeneridade é um termo que engloba diversas experiências de gênero fora das normas tradicionais binárias de masculino e feminino, abrangendo identidades como transgêneros, travestis e outras variações de gênero não conformes. Segundo Guimarães (2017), "a transgeneridade refere-se à experiência de gênero que diverge das expectativas sociais associadas ao sexo atribuído ao nascimento" (p. 45).

²⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Pesquisa revela desigualdade no mercado de trabalho para pessoas trans e travestis. 2022. Disponível em: <https://www.fgv.br/noticias/pesquisa-desigualdade-trans-travestis>. Acesso em: 15 ago. 2024.

trans e travestis têm acesso ao ensino superior, refletindo uma exclusão massiva dessa população do sistema educacional (USP, 2023). Sem educação, as travestis encontram ainda mais obstáculos para obter empregos qualificados e se inserirem na sociedade de forma digna²¹.

A assistência social e a habitação são outras áreas onde as travestis enfrentam grandes dificuldades. A pesquisa de Pelúcio (2023) aponta que muitas travestis vivem em condições precárias, sem acesso a programas de assistência social adequados. A falta de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas dessa população resulta em um ciclo contínuo de pobreza e exclusão social. Além disso, a discriminação nos programas de habitação social impede que muitas travestis consigam um lar seguro e estável.

A segurança pública é uma preocupação constante para a comunidade travesti. A violência transfóbica é endêmica no Brasil, e a falta de respostas eficazes das forças de segurança agrava a situação. Segundo a ANTRA, em 2022, houve um aumento significativo nos casos de violência contra pessoas trans e travestis, com muitos crimes não sendo devidamente investigados ou punidos (ANTRA, 2023). A falta de sensibilidade e treinamento adequado das forças policiais em lidar com questões de gênero contribui para a perpetuação da violência e da impunidade.

Para enfrentar esses desafios, é crucial implementar políticas públicas inclusivas que abordem as necessidades específicas da comunidade travesti. Segundo Pelúcio (2023), a criação de programas de treinamento e capacitação para profissionais de saúde, educação e segurança é essencial para reduzir a discriminação e melhorar o acesso a serviços essenciais. Além disso, a inclusão de questões de gênero nas políticas públicas de emprego e habitação pode ajudar a reduzir a marginalização e promover a inclusão social.

A necessidade de reformas legislativas também é evidente. A aprovação de leis que protejam os direitos das pessoas trans e travestis e garantam o acesso equitativo a serviços essenciais é um passo fundamental para combater a discriminação institucionalizada. Conforme destaca a pesquisa de Benevides *et al.* (2023), a implementação de políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho e no sistema educacional pode promover uma maior inclusão e reduzir as barreiras enfrentadas por essa população.

Em conclusão, a comunidade travesti enfrenta múltiplas barreiras ao tentar acessar serviços essenciais, resultado de uma combinação de discriminação institucional, políticas públicas inadequadas e estigmatização social. Abordar esses desafios requer um compromisso robusto com a criação de ambientes inclusivos e a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais e acesso a serviços para todos, independentemente de sua identidade de gênero. Requer também o fortalecimento da rede comunitária e intersubjetiva de apoio.

Embora tenhamos ao longo deste texto enfatizado a inépcia das políticas públicas e sociais para atender às demandas das travestis, isso não significa que não existam, com as suas

²¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Pesquisa revela exclusão educacional de pessoas trans e travestis no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.usp.br/noticias/pesquisa-exclusao-educacional-trans-travestis>. Acesso em: 15 ago. 2024.

peculiaridades, formas institucionalizadas ou não-institucionalizadas de atenção às suas necessidades. Na próxima e última seção, trataremos deste assunto.

2.4 Reações e estratégias de enfrentamento à violência: abordagens e perspectivas

A violência, em suas diversas manifestações, representa um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Diante desse cenário complexo e multifacetado, surge a necessidade de explorar e desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento, visando não apenas a redução dos índices de violência, mas também a construção de comunidades mais seguras e resilientes.

Neste contexto, uma análise cuidadosa das reações e estratégias de enfrentamento à violência revela insights valiosos, proporcionando um panorama abrangente das abordagens adotadas e sua eficácia. Essas abordagens são essenciais para romper com a perpetuação da violência e para promover a construção de uma cultura de paz e respeito mútuo.

É possível identificar uma variedade de iniciativas e políticas que visam prevenir, proteger e punir os agressores, bem como apoiar e capacitar às vítimas. Ao analisar essas abordagens e perspectivas, compreendemos melhor como a sociedade tem respondido à violência e quais são os caminhos possíveis para promover uma convivência mais segura e harmoniosa.

A análise das teorias de aprendizagem social, como a de Bandura (1977), e a identificação das intersecções entre diferentes formas de violência, como discutido por Minayo e Fonseca (2000), nos proporcionam uma visão mais ampla das múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas vítimas. Também ressaltamos a necessidade de fortalecer os vínculos familiares, promover ambientes seguros e inclusivos, implementar políticas públicas eficazes e fortalecer as instituições responsáveis pela garantia dos direitos humanos.

Para dar materialidade a essas estratégias, é importante destacar algumas políticas e programas implementados pelo governo brasileiro que visam à proteção social de pessoas trans e travestis. O Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, tem como objetivo combater a discriminação contra a população LGBTQIAPN+, incluindo pessoas trans e travestis. Ele promove ações de sensibilização, educação e capacitação para servidores públicos, além de fomentar a criação de políticas públicas inclusivas.

O programa busca garantir a ampliação do acesso à justiça para a população LGBTQIAPN+ por meio da criação de delegacias especializadas e serviços de atendimento jurídico gratuito (Brasil. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lgbtfobia²² e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2004).

²² LGBtfobia refere-se a todas as formas de preconceito, discriminação e violência contra pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outras identidades não heteronormativas. Ela engloba atitudes negativas e ações hostis baseadas na orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas, contribuindo para sua marginalização social e violação de direitos humanos fundamentais.

Ele também apoia a realização de campanhas nacionais de conscientização que visam reduzir o preconceito e a violência contra essa comunidade, destacando a importância do respeito à diversidade e dos direitos humanos. Além disso, trabalha na articulação de parcerias com estados e municípios para a implementação de políticas locais que promovam a inclusão social e a proteção dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Isso inclui a promoção de espaços seguros e acolhedores em escolas, unidades de saúde e outros serviços públicos, onde pessoas trans e travestis possam receber atendimento adequado e respeitoso.

O programa incentiva a criação de centros de referência e atendimento à população LGBTQIAPN+, que oferecem suporte psicológico, social e jurídico, contribuindo para a integração dessas pessoas na sociedade e para a melhoria de sua qualidade de vida. A promoção de pesquisas e estudos sobre a situação da população LGBTQIAPN+ no Brasil é outra ação importante do programa, pois fornece dados essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes e baseadas em evidências. Por fim, o Brasil sem Homofobia se empenha em fortalecer a rede de organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos LGBTQIAPN+, oferecendo apoio técnico e financeiro para suas iniciativas e fortalecendo o movimento social em prol da igualdade e do respeito à diversidade.

Já a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, de 2015, estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas trans e travestis no sistema penitenciário, garantindo o respeito à identidade de gênero e prevenindo a violência dentro das instituições prisionais. Ela orienta a adoção de medidas específicas para assegurar condições dignas de detenção, como a separação adequada por identidade de gênero, a oferta de atendimento médico e psicológico compatível com a identidade de gênero das pessoas, e o acesso a produtos de higiene pessoal e vestuário que respeitem sua identidade (Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT). Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jan. 2015. Seção 1, p. 22).

Além disso, estabelece a necessidade de treinamento e sensibilização contínuos para os profissionais do sistema penitenciário, com o objetivo de combater preconceitos e garantir um ambiente seguro e respeitoso para todos os internos. A resolução busca, ainda, implementar mecanismos de denúncia e acompanhamento para garantir que as políticas e diretrizes sejam efetivamente aplicadas, e que as violações de direitos sejam devidamente investigadas e sancionadas.

Além disso, promove a colaboração entre instituições governamentais, organizações da sociedade civil e entidades de defesa dos direitos humanos para monitorar e avaliar a implementação das diretrizes, assegurando que as necessidades específicas das pessoas trans e travestis sejam atendidas adequadamente dentro do sistema penitenciário. Essa abordagem integrada e coordenada é essencial para garantir a proteção e a dignidade das pessoas trans e

travestis encarceradas, contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais inclusivo e respeitador dos direitos humanos.

Os Ambulatórios de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, uma iniciativa do Ministério da Saúde, oferecem atendimento especializado para a população trans, incluindo acompanhamento hormonal, apoio psicológico e serviços de saúde sexual e reprodutiva, visando à promoção da saúde e bem-estar. Esses ambulatórios desempenham um papel crucial na redução das barreiras ao acesso a cuidados médicos de qualidade para pessoas trans e travestis, promovendo a formação contínua de profissionais de saúde para garantir um atendimento sensível e respeitoso às necessidades específicas dessa população (Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, 20 nov. 2013. Seção 1, p. 29).

Além disso, os ambulatórios articulam-se com outras políticas públicas e serviços sociais, facilitando a integração com programas de assistência social, apoio à empregabilidade e acesso a direitos básicos. Eles servem como um ponto de apoio essencial para a construção de uma rede de proteção social, proporcionando uma abordagem mais holística e inclusiva à saúde das pessoas trans e travestis. Também colaboram com organizações da sociedade civil para promover campanhas de conscientização e inclusão, ampliando a visibilidade e o reconhecimento das necessidades da população trans, o que contribui para a redução da estigmatização e discriminação enfrentadas por essas pessoas, melhorando seu acesso a cuidados e serviços essenciais.

A partir de 2016, a utilização do nome social em documentos oficiais foi regulamentada, permitindo que pessoas trans e travestis sejam reconhecidas pelo nome com o qual se identificam, contribuindo para a redução da discriminação e violência institucional. Essa regulamentação facilita a inclusão e o respeito à identidade de gênero nas interações com instituições públicas e privadas, desempenhando um papel importante na proteção da dignidade das pessoas trans e travestis (Brasil. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 29 abr. 2016. Seção 1, p. 3).

A adoção do nome social nos documentos reduz situações constrangedoras e discriminatórias, como o tratamento de pessoas pelo nome de nascimento em contextos nos quais a identidade de gênero é reconhecida e respeitada. Além disso, essa medida contribui para a promoção da igualdade de direitos e a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas têm a oportunidade de serem reconhecidas e tratadas de acordo com sua identidade de gênero. O reconhecimento do nome social também facilita o acesso a serviços e benefícios, evitando a exposição indesejada e o estigma que pode ocorrer quando o nome de nascimento não corresponde ao nome com o qual a pessoa se identifica.

O Programa Transcidadania, implementado pela Prefeitura de São Paulo, oferece capacitação profissional, apoio educacional e inserção no mercado de trabalho para travestis e transexuais, visando reduzir a vulnerabilidade social e econômica dessa população. Além de oferecer

treinamento e apoio técnico, o programa se destaca por seu enfoque na promoção da inclusão e na redução da desigualdade, com uma abordagem abrangente que não só visa preparar os participantes para o mercado de trabalho, mas também os apoia em aspectos essenciais como o desenvolvimento de habilidades interpessoais e a construção de redes de suporte profissional (São Paulo. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Programa Transcidadania. Instituído pelo Decreto de nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015. Prefeitura de São Paulo, 2015).

O programa integra serviços de orientação e acompanhamento psicológico, reconhecendo a importância do bem-estar emocional na construção de uma carreira estável. Através da colaboração com empresas e instituições parceiras, o Transcidadania facilita a inserção dos participantes em vagas de emprego, incentivando práticas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho.

Além disso, promove eventos e workshops que visam aumentar a visibilidade e o respeito pelas pessoas trans e travestis no mercado de trabalho, enfrentando as barreiras estruturais e sociais que muitas vezes limitam as oportunidades econômicas e profissionais dessa população. Ao proporcionar acesso a oportunidades educacionais e profissionais, o Programa Transcidadania contribui significativamente para a redução das desigualdades e para a construção de um ambiente mais inclusivo e equitativo, ajudando a transformar a realidade social e econômica das pessoas trans e travestis.

Os Centros de Cidadania LGBTI+, presentes em várias capitais, oferecem serviços de apoio jurídico, psicológico e social para pessoas LGBTQIAPN+, incluindo trans e travestis, ajudando a promover a inclusão e a cidadania. Além dos serviços básicos, esses centros desempenham um papel crucial na promoção de políticas públicas inclusivas e na articulação de redes de suporte comunitárias, atuando como espaços de referência para orientação e assistência e proporcionando suporte especializado que visa atender às necessidades específicas das pessoas trans e travestis, muitas vezes em situação de vulnerabilidade (Brasil. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Brasília, 2016).

Os centros organizam atividades educativas e de sensibilização para a comunidade em geral, promovendo a aceitação e o respeito pela diversidade. Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e órgãos governamentais, facilitam a implementação de campanhas de conscientização e treinamentos que visam combater a discriminação e o preconceito.

Além disso, participam frequentemente de fóruns e conferências sobre direitos humanos e políticas públicas, colaborando para a formulação e aprimoramento de legislações e medidas que visam garantir a proteção e a promoção dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. A presença desses centros nas comunidades fortalece a rede de apoio e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

A análise das políticas e programas voltados para a proteção social de pessoas trans e travestis no Brasil revela a importância de uma abordagem integrada e multifacetada para enfrentar a violência e a discriminação. É essencial continuar a promover e aprimorar essas iniciativas,

garantindo que elas sejam efetivamente implementadas e acessíveis a todas as pessoas que delas necessitam.

Além disso, é fundamental que a sociedade como um todo se envolva na promoção da inclusão e do respeito à diversidade, combatendo ativamente o preconceito e a violência em todas as suas formas. Somente assim será possível construir um futuro mais justo e equitativo para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

À medida que exploramos as diversas reações e estratégias de enfrentamento à violência, é crucial aprofundarmos a compreensão das vivências individuais que moldam essas respostas. O próximo capítulo se voltará para as experiências pessoais das travestis, oferecendo um olhar mais íntimo e detalhado sobre como essas pessoas enfrentam e lidam com a violência em seu cotidiano.

Através de relatos pessoais, será possível apreciar a complexidade das estratégias de resistência e resiliência que emergem das experiências vividas, revelando nuances que as abordagens teóricas e gerais muitas vezes não capturam. Assim, ao conectar as dinâmicas gerais de enfrentamento com as narrativas individuais, buscamos enriquecer nossa compreensão das realidades enfrentadas pelas travestis e das formas como estas configuram suas trajetórias de vida.

3. REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NA PRIMEIRA PESSOA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas com as travestis residentes na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. As entrevistas permitiram-nos acessar narrativas pessoais e detalhadas, proporcionando uma visão aprofundada das experiências das travestis em relação à violência transfóbica que enfrentam cotidianamente.

Intitulado "Refletindo Sobre a Violência Transfóbica na Primeira Pessoa", este capítulo examina de forma subjetiva as experiências individuais das travestis, utilizando suas próprias vozes para dar corpo à discussão. A violência transfóbica da qual são vítimas, é um fenômeno que se manifesta de diversas maneiras, desde agressões físicas e verbais até formas mais sutis de discriminação institucional e estrutural. Através das entrevistas, buscamos compreender como essas violências se manifestam no cotidiano dessas sujeitas e quais são os impactos em suas vidas.

A jornada das travestis é caracterizada por diversas formas de violência, que se manifestam em diferentes contextos ao longo de suas vidas. Souza *et al*, (2023, p. 3) afirma que:

A trajetória das travestis é marcada por várias formas de violência que começam em casa, nos lares, quando ainda são jovens, com a violência dos familiares que não aceitam sua transição nem as transformações corporais. A violência continua nas escolas, por não se conformarem aos preceitos dicotômicos de gênero, e persiste nos serviços de saúde, no mercado formal de trabalho e assim por diante. A destabilização provocada por sua performance de gênero, associada a estereótipos negativos, torna as travestis vítimas preferenciais de violência em diferentes contextos (SOUZA *et al*, 2020, p. 3).

Diante disso, as narrativas das trajetórias das participantes foram analisadas de modo a revelar as nuances e especificidades da violência que enfrentam, buscando identificar as formas de manifestação da violência em diferentes contextos nas vidas dessas sujeitas.

Serão abordados os contextos em que essas violências ocorrem, incluindo espaços públicos, ambientes de trabalho, instituições de saúde e educação, além das interações familiares e comunitárias. Ao trazer à tona essas experiências pessoais e subjetivas, pretendemos não apenas ilustrar a gravidade e a complexidade da violência transfóbica, mas também destacar a resiliência e as estratégias de resistência desenvolvidas por essas mulheres.

O uso da primeira pessoa nas entrevistas permite uma conexão mais profunda e empática com as histórias das travestis, proporcionando uma visão mais rica e detalhada de suas realidades. Através dessas vozes, é possível captar a dor, a luta e a esperança que permeiam suas trajetórias, oferecendo uma compreensão mais holística da violência transfóbica e de suas implicações. Este capítulo, portanto, busca dar visibilidade a essas experiências, contribuindo para uma maior conscientização sobre a urgência de enfrentar e combater a transfobia em todas as suas formas.

Para iniciar a discussão dos dados da pesquisa, utilizando a análise temática juntamente com a interseccionalidade como ferramenta analítica, buscamos compreender as complexidades dessas experiências, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade. Os relatos apresentados revelam não apenas a extensão da violência transfóbica, mas também a resiliência e as estratégias de resistência e adotadas pelas travestis em face dessas adversidades.

Diante disso, serão apresentados os principais temas identificados a partir da análise das entrevistas, destacando as experiências relatadas pelas travestis de Niterói em relação à violência física, violência psicológica, violência institucional e exclusão social e econômica que enfrentam.

3.1 Experiências de violência física:

Nesta seção, vamos explorar as diferentes formas de violência física que as travestis enfrentam em seu cotidiano, analisando os tipos de violência física, os perpetradores envolvidos e os locais onde esses atos ocorrem. As formas de violência física incluem: agressões diretas, espancamentos e outros atos violentos que resultam em danos físicos para as vítimas. Essa análise visa destacar a gravidade e a frequência desses incidentes, além de ilustrar os impactos negativos que têm sobre a saúde e o bem-estar das pessoas envolvidas.

A violência física, frequentemente caracterizada por agressões brutais como estrangulamento, queimaduras e espancamentos, é apenas a ponta do iceberg de um problema muito mais complexo e enraizado na sociedade brasileira e que assola a vivência das travestis. Esses atos de crueldade extrema não ocorrem isoladamente; eles são manifestações de uma violência sistêmica que permeia diversas esferas da vida dessas sujeitas.

A crueldade que circunda essa violência revela não apenas a brutalidade dos atos em si, mas também a profundidade do ódio e do desprezo dirigidos às travestis, frequentemente resultando em

agressões e humilhações que deixam marcas físicas e psicológicas. Esta violência é reforçada por um contexto social que desumaniza e marginaliza as travestis, exacerbando sua vulnerabilidade e perpetuando um ciclo contínuo de exclusão e perigo constante.

As entrevistas revelaram uma série de experiências de violência física vivenciadas pelas travestis em diferentes contextos. Entre os relatos mais comuns estão agressões físicas diretas, como socos, tapas e espancamentos. Por exemplo, a Entrevistada 1, descreveu ter sido agredida violentamente por sua tia, resultando em hematomas e feridas, quando a mesma descobriu que a entrevistada sentia atração por outros homens:

E aí um dia minha tia achou esse caderno que eu tinha, e aí ela me perguntou se eu gostava de homem ou coisa assim, aí eu ficava morrendo de medo de falar a verdade, e nesse dia eu falei que sim, e aí ela me bateu, pegou minha cabeça assim e bateu contra a quina do boxe do banheiro onde a gente estava eu fiquei praticamente desacordada sem acreditar que aquilo tinha acontecido, e aí ela falou assim, você não pode gostar de homem, eu não aceito isso dentro da minha casa (Entrevistada 1).

Outra entrevistada compartilhou que, foi vítima de abuso sexual quando criança, e que essa violência da qual foi vítima, gerou impactos significativamente negativos em sua vida e na forma como ela constrói suas relações interpessoais. Ela descreveu como essa experiência afetou sua autoimagem e sua capacidade de confiar nas pessoas ao seu redor:

E isso pode ser sensível tá? O que eu vou falar agora, mas quando eu era mais novinha, essa minha tia que ficou comigo depois que minha mãe morreu logo depois do meu parto, me segurou para o marido dela me estuprar entendeu? Falando coisas de igreja e afins, como se fosse algum tipo de correção ou castigo sabe. E depois disso, botando na conta assim, em um mês mais ou menos, ela me expulsou da casa dela. Comecei a morar no centro do Rio de 10 para uns 12 anos de idade. Isso impactou muito na forma como eu vejo as relações, isso afeta diretamente as minhas relações, o impacto que eu sinto em relação a isso é muito forte, é como se eu não me sentisse segura e nem amada. E tipo, às vezes eu até tento não criar, mas eu acabo muitas vezes criando certas dependências por causa disso e aí é aquela velha pergunta né? Você quer um homem que te ame ou um pai que te console. E aí eu me pego presa nisso é o impacto que mais me afeta e que me dói (Entrevistada 2).

Esse relato destaca a importância de considerar não apenas a violência atual, mas também experiências passadas que resultaram em diversas experiências negativas ao abordar a violência física perpetrada contra as travestis. É importante ressaltar que as experiências passadas de violência física e discriminação não desaparecem com o tempo.

Segundo Miskolci *et al* (2022, p. 3.817), as cicatrizes emocionais e psicológicas deixadas por essas agressões físicas contribuem para uma visão distorcida de si mesmas e desconfiança em relação às instituições e às pessoas ao seu redor, dificultando o acesso a suporte e serviços que poderiam ajudar a romper esse ciclo de violência.

O impacto coletivo e individual causado por décadas de violência e marginalização contínua precisa ser considerado ao abordar o problema. Isso inclui a necessidade de reconhecer como essas experiências influenciam o bem-estar, a capacidade de formar relacionamentos saudáveis e a participação plena na sociedade. “Abordar a violência física exige uma compreensão profunda das cicatrizes deixadas por essas vivências” (Miskolci *et al*, (2022).

Algumas entrevistadas também mencionaram casos de violência física perpetrada por parceiros íntimos ou ex-parceiros. Essa forma de violência ocorre frequentemente em contextos de relacionamentos abusivos e pode envolver insultos, humilhação, controle financeiro, isolamento social, além de outros tipos de manifestação de violência física. Uma entrevistada compartilhou a experiência de ter sido agredida fisicamente por seu parceiro depois de revelar sua identidade de gênero:

Teve uma vez que eu saí com um cara de aplicativo, e eu fiquei morrendo de medo de falar que era uma travesti, a gente saiu pra dar uns beijos e tal, mas na hora, acabou rolando o sexo, e quando ele percebeu o que tinha no meio das minhas pernas, quando ele sentiu, ele me deu uma tapa bem dada e me expulsou do carro dele (Entrevistada3).

Esses exemplos ilustram a gravidade e a diversidade das experiências de violência física enfrentadas pelas travestis, evidenciando a multiplicidade de agressões que vão desde ataques físicos até formas mais sutis, porém igualmente prejudiciais, de abuso.

Após discutirmos as experiências de violência física enfrentada pelas travestis, é crucial aprofundarmos nossa compreensão sobre os diferentes lugares de manifestação da violência, bem como os contextos específicos.

A violência física contra as travestis entrevistadas ocorre em diversos lugares, cada um apresentando suas próprias dinâmicas e riscos. Analisar esses lugares é fundamental para compreender a complexidade das situações enfrentadas por essas sujeitas e identificar os fatores que contribuem para a perpetuação da violência. Esses contextos revelam como a violência física perpetrada contra as travestis é onipresente e pode ocorrer tanto em locais onde deveriam encontrar segurança, como suas próprias casas, quanto em espaços públicos, como ruas e locais de trabalho.

No ambiente doméstico, a violência frequentemente se apresenta de maneira insidiosa, com familiares ou parceiros íntimos perpetuando abusos que variam desde agressões verbais até atos de violência física extrema. Nos espaços públicos, como ruas e transportes coletivos, as travestis também enfrentam constantes ameaças de violência física, demarcando uma realidade que reflete a profunda transfobia estrutural presente na sociedade brasileira.

Rodríguez *et al*, (2023, p. 32) afirma que a presença visível das travestis nesses locais muitas vezes as torna alvos fáceis para agressores que se sentem impunes devido à falta de vigilância e resposta adequada das autoridades. Além das agressões físicas, a hostilidade é agravada por insultos e assédios verbais, criando um ambiente de medo e insegurança constante.

A violência física nas ruas muitas vezes força essas mulheres a adotarem estratégias de evasão, como evitar certos locais ou horários, o que pode impactar negativamente suas oportunidades de emprego, educação e socialização. Além disso, a falta de resposta eficaz das autoridades e instituições às denúncias de violência física motivada por transfobia institucional reforça a impunidade dos agressores e a desproteção das vítimas.

Uma entrevistada relatou:

Eu estava voltando para casa sozinha à noite depois de uma festa, quando um grupo de meninos começou a me seguir e a me insultar. Eu fiquei parada. Eles me cercaram e

começaram a me bater, me chamando de todos os tipos de nomes horríveis. Ninguém ao redor tentou ajudar (Entrevistada 1).

Esse relato evidencia o elevado risco que as travestis enfrentam ao transitar por áreas públicas, onde a ausência de segurança e a prevalência de atitudes transfóbicas são alarmantes. A violência nesses espaços não apenas reflete, mas também perpetua a discriminação estrutural e cultural na sociedade brasileira em relação às transgeneridades. Essa situação também remete às antigas operações policiais que têm ocorrido há décadas, que restringiam a circulação das travestis durante o dia, impondo restrições injustas e humilhantes que reforçavam sua marginalização e o controle sobre seus corpos (Souza, 2017, p. 74).

A violência física não se restringe apenas a áreas urbanas movimentadas, mas também ocorre em bairros periféricos, onde a presença policial é menor e a discriminação é frequentemente mais acentuada. A interseccionalidade, nesse caso, nos lembra de que esses bairros periféricos muitas vezes são habitados por populações de baixa renda, onde as travestis, especialmente as travestis negras, enfrentam não só a violência física baseada na identidade de gênero, mas também a violência associada à pobreza e à falta de acesso a serviços básicos, como assistência social, educação, propriedade e acesso à saúde pública de qualidade.

Para as travestis negras, essa realidade é agravada pelo racismo, que intensifica a marginalização e a exclusão social, resultando em uma opressão múltipla que combina discriminação de gênero, racial e socioeconômica (Jesus, 2022). A combinação dessas formas de violência física em diferentes contextos ilustra a profundidade e a complexidade das experiências vividas pelas travestis, ressaltando a necessidade de abordagens multifacetadas para combater essa realidade. A violência física é apenas uma manifestação visível de um problema sistêmico muito mais amplo, que requer uma resposta abrangente e coordenada para ser efetivamente combatida.

Portanto, na próxima seção, vamos explorar as diversas formas de violência psicológica perpetrada contra as travestis, abordando como essa forma de violência se manifesta no cotidiano dessas sujeitas, incluindo práticas de humilhação, insultos, isolamento social, controle coercitivo e ameaças constantes, destacando a importância de políticas e intervenções que visem mitigar esses abusos e promover um ambiente mais inclusivo e seguro.

3.2 Experiências de violência psicológica:

A violência psicológica é uma forma de abuso emocional que pode ser tão prejudicial quanto à violência física, embora muitas vezes seja menos visível. Seus estudos apontam que a violência psicológica se manifesta através de palavras, gestos e atitudes que têm como objetivo humilhar, intimidar e controlar a vítima, minando sua autoestima e seu bem-estar emocional, podendo se manifestar em diferentes contextos (Fonseca *et al*, 2012, p. 311).

Em concordância, nos estudos desenvolvidos por Minayo *et al*, (2012), a vítima de violência psicológica pode ser alvo de insultos, ameaças, manipulações e exclusão social, levando-a a sentir-

se desvalorizada, insegura e isolada. O estudo revela como a violência psicológica pode ser tão impactante quanto à violência física, afetando negativamente a saúde mental das mulheres que sofrem violência doméstica. No contexto das travestis, a violência psicológica muitas vezes se manifesta através da negação de sua identidade de gênero, com o uso de pronomes errados, apelidos pejorativos e a recusa em reconhecer sua identidade de gênero.

Essas formas de abuso emocional têm impactos significativos na vida das travestis, contribuindo para uma maior marginalização de seus corpos, causando cicatrizes psicológicas e emocionais. Através das entrevistas realizadas, esta seção explora as diversas manifestações da violência psicológica que as travestis enfrentam, buscando examinar essas experiências subjetivas para entender como a violência psicológica perpetua e contribui para a marginalização e a exclusão das travestis.

As entrevistas revelaram uma série de experiências de violência psicológica vivenciadas pelas sujeitas desta pesquisa. As participantes relataram serem alvos frequentes de insultos e comentários depreciativos, que não apenas as desumanizam, mas também reforçam estereótipos negativos. Essa humilhação contínua mina a autoestima e a dignidade dessas sujeitas, causando cicatrizes emocionais:

Por exemplo, no IEPIC (Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho) eu só fiquei lá dois dias porque no segundo dia, já não deixaram ir ao banheiro feminino, unicamente por eu ser uma travesti e preta, as meninas que eram alunas de lá, falavam pra mim assim, você não pode usar o banho feminino porque você vai deixar as outras meninas desconfortáveis, seu lugar não aqui e nunca vai ser, sai de perto de mim (Entrevistada 1).

Outra entrevistada compartilhou que, ao sair de casa vestida com roupas femininas que expressam sua identidade de gênero, frequentemente enfrentava olhares de desaprovação e comentários maldosos por parte de pessoas na sua comunidade:

Uma vez eu estava saindo de casa com um vestidinho bem soltinho sabe, por que estava bem quente naquele dia, e os olhares, os comentários, os risos, a falta de sensibilidade e educação das pessoas, são coisas difíceis de esquecer e muito mais difícil de sentir (Entrevistada 4).

A violência psicológica, sutil, mas impactante, cria um ambiente hostil e discriminatório que lembra às travestis que sua identidade de gênero não é aceita pela sociedade. Esses episódios de discriminação podem impactar negativamente a autoestima e o bem-estar emocional das travestis, reforçando sentimentos de exclusão e alienação:

Para as pessoas mais velhas da minha família, por exemplo, eu sou uma aberração, completamente, tanto que eles não falam mais comigo, cortaram contato total, e quando me encontram é sempre com aquele olhar de reprovação, com falas do tipo: “se coloque no seu lugar, você é um menino”, “por que você está se vestindo assim”, basicamente eles não me respeitam (Entrevistada 2).

Esses exemplos revelam um padrão persistente de abuso emocional que desumaniza ainda mais essa comunidade. As agressões verbais, o assédio moral e a constante invalidação de suas

identidades criam um ambiente de insegurança e invalidação que compromete o bem-estar social dessas sujeitas.

Para compreender a complexidade da violência psicológica contra as travestis, é essencial identificar os principais perpetradores dessa violência. Entre os agressores, estão diversos grupos e indivíduos, cada um contribuindo de maneira distinta para a perpetuação do abuso emocional.

Muitas travestis enfrentam violência psicológica dentro de suas próprias casas. Pais, irmãos e outros familiares podem expressar desaprovação e rejeição, frequentemente utilizando insultos, críticas constantes e negação da identidade de gênero. Esse tipo de violência é particularmente prejudicial, pois mina a rede de apoio familiar, que é crucial para o desenvolvimento emocional e psicológico de qualquer ser humano:

Meus pais começaram a me tratar com muito desprezo. Minha mãe dizia que eu estava envergonhando a família, que eu nunca ia ser aceita na sociedade. Ela me chamava de aberração, de doente. Meu pai era mais silencioso, mas eu podia sentir a rejeição em cada olhar, cada suspiro de decepção (Entrevistada 5).

Essa experiência de desprezo e rejeição familiar não só agravou o sofrimento emocional da entrevistada, mas também ilustra um padrão alarmante de violência psicológica que muitas travestis enfrentam em seus lares com seus familiares. A constante desvalorização e os insultos proferidos por seus pais e familiares criam um ambiente hostil e de violência.

Nas escolas e universidades, as travestis frequentemente encontram discriminação e bullying. Professores, administradores e colegas de classe podem participar ou ignorar atos de violência psicológica, como o uso de pronomes errados, exclusão social e assédio verbal. Esse ambiente hostil não só prejudica o desempenho acadêmico, mas também afeta a autoestima e a saúde mental dessas sujeitas.

No mercado de trabalho, as travestis enfrentam uma série de barreiras que dificultam sua inclusão e desenvolvimento profissional. As travestis que conseguem inserção no mercado de trabalho formal enfrentam violência psicológica e discriminação, que muitas vezes começa no momento da contratação, com empregadores relutantes em contratar pessoas cuja identidade de gênero não corresponde às expectativas cishéteronormativas.

A violência psicológica se manifesta através de micro agressões diárias, como o uso incorreto de pronomes, olhares de desaprovação e comentários ofensivos. Essas atitudes não só violam a dignidade das travestis, mas também criam um ambiente de trabalho tóxico e insustentável.

A violência psicológica em relação ao mercado de trabalho é intensificada pela exclusão das travestis de oportunidades de desenvolvimento profissional. Independentemente de suas habilidades e qualificações, elas são frequentemente ignoradas para promoções e cargos de liderança.

Essa negação sistemática de oportunidades de crescimento não apenas compromete a autoestima e a saúde mental das travestis, mas também perpetua sua marginalização econômica. Conforme apontam o estudo de Branco *et al*, (2024, p. 308), a constante necessidade de provar seu

valor em um ambiente hostil drena emocionalmente e psicologicamente sua saúde mental, levando muitas delas a abandonarem empregos formais e recaírem na marginalização social.

Diante disso, torna-se fundamental reconhecer que as experiências de violência psicológica relatadas pelas travestis entrevistadas não são casos isolados, mas sim exemplos de um padrão mais amplo de discriminação e marginalização enfrentado por essa comunidade. Esses relatos ilustram vividamente como a violência psicológica é uma realidade constante na vida das travestis, permeando diversos aspectos de suas interações sociais e institucionais.

Ao entendermos essas experiências como parte de um padrão mais amplo de abuso emocional, podemos desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes que abordem as raízes estruturais da violência, proporcionando um ambiente mais seguro e acolhedor para as travestis.

Profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros e psicólogos, também podem ser perpetradores de violência psicológica. A recusa em usar o nome social, a negação de cuidados adequados e a patologização das identidades de gênero são formas comuns de abuso emocional que agravam a vulnerabilidade das travestis e comprometem seu acesso a serviços de saúde essenciais. Uma entrevistada relatou que:

Fui ao hospital com uma dor intensa no estômago, mas assim que perceberam que eu era uma travesti, os enfermeiros começaram a me tratar com desprezo. Me chamavam pelo meu nome de registro, que não uso há anos, e faziam comentários desrespeitosos. Fui a última a ser atendida, mesmo chegando antes de muitas outras pessoas. No final, fui diagnosticada de forma rápida e superficial, sem qualquer consideração pela minha saúde real (Entrevistada 4).

A violência psicológica também é perpetuada pela sociedade de forma mais ampla, através de comportamentos e atitudes transfóbicas. Comentários desrespeitosos, olhares julgadores e a constante exposição a narrativas negativas na mídia contribuem para a manutenção de um ambiente hostil e opressor. Entender quem são os perpetradores da violência psicológica é crucial para desenvolver estratégias eficazes de combate e prevenção. Políticas públicas, educação e conscientização são necessárias para transformar esses ambientes e promover o respeito e a dignidade das travestis em todos os aspectos da vida social.

Em suma, a violência psicológica contra as travestis é um problema complexo que permeia diversos aspectos da sociedade, desde o ambiente familiar até as instituições públicas e os espaços sociais. A discriminação e o preconceito presentes nessas interações cotidianas contribuem significativamente para a marginalização e a vulnerabilidade dessas pessoas.

Na próxima seção, examinaremos as experiências de violência institucional enfrentadas pelas travestis, destacando os desafios específicos que surgem nas interações com sistemas de serviços públicos, como saúde, educação e segurança pública.

3.3 Experiências de violência institucional:

A violência institucional contra as travestis é uma forma de opressão sistemática que se manifesta através de práticas discriminatórias e abusivas por parte de instituições públicas. Esse

tipo de violência inclui ações e omissões que resultam em discriminação, exclusão e marginalização de indivíduos trans e travestis (Saraiva, 2017, p. 78). A violência institucional pode ocorrer em diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública e assistência social, onde as travestis frequentemente enfrentam barreiras significativas para acessar serviços e direitos básicos.

Trindade (2016, p. 2017) afirma que a violência institucional perpetua a marginalização e exclusão social, criando barreiras que dificultam o acesso a direitos e serviços básicos. Esse tipo de violência impacta diretamente a vida das travestis, contribuindo para a perpetuação da violência transfóbica e exacerbando sua vulnerabilidade. As travestis, ao interagirem com essas instituições, frequentemente se deparam com discriminação e violência, que não só prejudicam seu bem-estar físico e mental, mas também limitam suas oportunidades de desenvolvimento e inclusão social.

Nesta seção, exploraremos as experiências das travestis que enfrentam essa forma de violência. Discutiremos como a discriminação nos serviços de saúde, a falta de capacitação dos profissionais nos espaços institucionais, o abuso de poder por parte de agentes de segurança e a ausência de políticas públicas direcionadas às demandas dessa comunidade contribuem para agravar sua vulnerabilidade. Este exame revela a urgência de reformas para garantir a proteção e a inclusão social das travestis nos serviços básicos de assistência, saúde e educação.

Durante as entrevistas, as participantes relataram uma série de experiências de discriminação e exclusão social em espaços institucionais como escolas e universidades. Uma participante compartilhou que, durante seus anos de escola, enfrentou bullying constante por parte de seus colegas de classe e várias situações de discriminação e preconceito, muitas vezes protagonizadas por professores e profissionais da escola, que se recusavam a reconhecer sua identidade de gênero:

Na escola, eu era constantemente ridicularizada e humilhada por colegas e até mesmo por alguns professores. Eles se recusavam a me chamar pelo meu nome social e me tratavam com desdém. Isso afetou muito minha autoestima e meu desempenho acadêmico (Entrevistada 5).

Outra entrevistada mencionou que, ao tentar ingressar em uma universidade, na qual havia sido classificada mediante aprovação no exame de vestibular, foi impedida de utilizar seu nome social:

Quando fui me matricular na universidade que tinha passado há uns anos atrás, fui informada de que não poderia me matricular no curso utilizando meu nome social, pois eu ainda não havia retificado na certidão de nascimento. Fiquei completamente desconcertada com essa discriminação e com a falta de preparo dos funcionários para lidar comigo (Entrevistada 4).

No que diz respeito ao acesso aos serviços públicos de saúde, as travestis entrevistadas também relataram dificuldades no acesso a cuidados de saúde adequados e respeitosos. Uma participante compartilhou que, ao buscar atendimento em um hospital público, foi tratada com desrespeito e discriminação por parte dos profissionais de saúde que lhe atenderam:

Quando fui ao hospital em busca de atendimento, fui ridicularizada e maltratada pelos médicos e enfermeiros. Eles se recusaram a me chamar pelo meu nome social e usaram termos pejorativos para se referir a mim. (Entrevistada 1).

Essa experiência reflete um padrão preocupante de discriminação no sistema de saúde, onde a falta de capacitação cultural e de gênero dos profissionais pode resultar em um ambiente hostil e desencorajador para travestis que buscam assistência médica. Além disso, outra entrevistada relatou uma experiência semelhante ao buscar atendimento na Unidade de Saúde popular de sua comunidade:

Quando fui ao postinho médico em busca de atendimento e alguns remédios para dor, eles simplesmente me ridicularizaram a partir do momento em que eu entrei no lugar. O atendimento não foi nenhum pouco humanizado. Eu sentia que não deveria estar naquele lugar, pela forma como me atenderam e pelo jeito que falaram comigo (Entrevistada 3).

Esses relatos destacam a persistência de barreiras significativas no acesso a serviços de saúde adequados e respeitosos para travestis, enfatizando a necessidade urgente de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para melhor atender essa população marginalizada.

A falta de preparo desses profissionais e a ausência de um atendimento humanizado afastam as travestis dos serviços de saúde, resultando no agravamento de condições médicas que poderiam ser tratadas adequadamente. Este distanciamento aumenta a vulnerabilidade dessas sujeitas, levando a que condições tratáveis evoluam para quadros críticos, às vezes fatais, devido à falta de intervenção médica oportuna (Gomite; Vieira, 2016).

Esses relatos evidenciam como os corpos trans e travestis são recebidos de maneira desfavorável nos espaços públicos e institucionais e destacam as barreiras que limitam o acesso aos serviços de saúde. Tudo isto, ao seu turno, contribui para a marginalização e exclusão social desses indivíduos, que diferem das normas cisheteronormativas de gênero presentes na sociedade brasileira. Igualmente, apontam para a necessidade de sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para fornecer atendimento adequado, respeitoso e humanizado às travestis.

No contexto da segurança pública, as travestis entrevistadas relataram experiências de discriminação e violência por parte de agentes de segurança. Durante as entrevistas, foram destacadas abordagens violentas e a falta de apoio institucional. Uma participante compartilhou que, ao ser abordada por policiais em uma operação de rotina, foi agredida verbal e fisicamente:

Quando os policiais me abordaram na rua, começaram a me insultar e me agredir fisicamente sem motivo nenhum. Eles me trataram com total desrespeito e violência. Fiquei completamente assustada por que eu não estava fazendo nada de errado, só estava de noite. (Entrevistada 3).

Outra entrevistada mencionou sua experiência ao tentar registrar uma ocorrência:

Quando fui à delegacia para denunciar a agressão que sofri no carnaval, os policiais me ignoraram e me disseram que não podiam fazer nada. Fiquei desamparada diante da indiferença e da falta de educação deles. (Entrevistada 2).

Os relatos de violência policial contra travestis destacam não apenas a violação de direitos civis básicos, mas também a criação de um ambiente de desconfiança e medo em relação às autoridades, o que compromete ainda mais sua segurança e bem-estar. Esses exemplos ilustram vividamente como a violência institucional afeta as travestis de maneira multifacetada. A discriminação no acesso a serviços públicos não apenas prejudica sua saúde e bem-estar imediatos, mas também representa uma violação de seus direitos humanos fundamentais quando agentes de segurança abusam de seu poder.

Além das repercussões imediatas, a violência institucional tem impactos significativos em longo prazo na saúde mental e física das travestis. A exposição contínua à discriminação e violência nessas instituições contribui para o desenvolvimento de problemas psicológicos sérios, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. A falta de apoio e o tratamento desrespeitoso nos serviços de saúde exacerbam a vulnerabilidade dessas pessoas, aumentando o risco de complicações de saúde não tratadas (Vidal; Castilho, 2023, p. 4).

Segundo Oliveira, Ferreira (2018, p. 8), essa realidade mina profundamente a confiança das travestis nas instituições sociais e governamentais, criando barreiras adicionais para o acesso à justiça e à proteção de direitos. A ausência de políticas públicas inclusivas e eficazes perpetua um ciclo de marginalização e exclusão social, negando-lhes oportunidades essenciais para uma vida digna e igualdade de acesso a recursos fundamentais.

A análise crítica desses aspectos sublinha a urgência de reformas institucionais profundas e a implementação de políticas que garantam o respeito aos direitos humanos e a inclusão das travestis em todos os aspectos da sociedade. A negligência institucional evidenciada pela falta de políticas específicas de apoio ao emprego, moradia e saúde mental reflete uma falha sistêmica em reconhecer e abordar as vulnerabilidades dessa população, perpetuando assim sua exclusão social.

As experiências de violência institucional enfrentadas pelas travestis expõem um padrão alarmante de discriminação e abuso profundamente enraizado nas práticas e estruturas das instituições públicas. A falta de acesso a empregos dignos e a constante discriminação limitam suas possibilidades de ascensão social e financeira, reforçando a necessidade urgente de políticas inclusivas e ações afirmativas que promovam a igualdade de oportunidades para essa população.

Em síntese, a violência institucional contra travestis é um problema estrutural que exige atenção imediata e reformas substanciais. A discriminação sistemática e a ausência de políticas públicas inclusivas não apenas violam os direitos humanos básicos dessa população, mas também perpetuam um ciclo de marginalização e exclusão social.

3.4 Experiências de Violência Econômica

Nesta seção, exploraremos como a discriminação no mercado de trabalho, a falta de acesso a empregos formais e a exclusão de programas de assistência social impactam negativamente a vida das travestis entrevistadas, levando à precariedade econômica e à marginalização social. Através de

relatos pessoais, analisaremos como essas formas de violência afetam a autonomia e a qualidade de vida das travestis.

A violência econômica é um conceito que abrange diversas formas de abuso financeiro e restrições econômicas que afetam indivíduos e grupos específicos, limitando seu acesso a recursos e oportunidades econômicas levando-os a situações de vulnerabilidade e exclusão social (Saraiva, 2017, p. 73). No contexto das travestis, essa violência pode ser definida como a série de ações, omissões e práticas discriminatórias que limitam ou negam a essas sujeitas o acesso equitativo a recursos econômicos, oportunidades de emprego formal, educação, serviços financeiros e outros meios essenciais para a sua sustentação e desenvolvimento pessoal.

Tussi (2005), baseado na obra de Benedetti (2005), argumenta que a violência econômica contra as travestis envolve práticas que deliberadamente as excluem do mercado de trabalho formal e negam direitos básicos como acesso a serviços financeiros e programas de assistência social (Benedetti, 2005, p. 78). Essas práticas não apenas limitam as oportunidades de renda estável para as travestis, mas também perpetuam estigmas sociais e preconceitos que afetam diretamente sua qualidade de vida.

A violência econômica contra travestis se manifesta na exclusão sistemática dessas pessoas do mercado de trabalho formal e na negação de direitos básicos, como acesso a serviços financeiros e programas de assistência social (Benedetti, 2005, p. 78).

Portanto, a compreensão da violência econômica contra as travestis não apenas é vista como uma limitação de recursos econômicos, mas de acesso desigual a recursos e oportunidades que perpetuam ciclos de pobreza e vulnerabilidade. Esta forma de violência opera através de vários níveis estruturais, perpetuando disparidades sociais e econômicas que marginalizam ainda mais essa comunidade já vulnerável.

No contexto laboral, as travestis enfrentaram barreiras significativas para obter emprego formal, sendo a discriminação e o preconceito no mercado de trabalho uma das principais formas de violência econômica que elas enfrentam.

Relatos consistentes mostram como a simples expressão de sua identidade de gênero pode resultar em significativas barreiras de acesso ao emprego formal. Para ilustrar mais vividamente as experiências reais das travestis no mercado de trabalho, a Entrevistada 5 compartilhou sua experiência:

Tem sido extremamente difícil conseguir um emprego estável. Eu me formei no ensino médio, mas desde que comecei a me expressar como quem realmente sou uma travesti, as coisas mudaram completamente (Entrevistada 5).

Pergunta da Pesquisadora: "Pode me contar mais sobre como essa mudança afetou suas oportunidades de emprego?"

Claro! Antes de minha transição, eu conseguia entrevistas facilmente e era contratada rapidamente. Mas depois que comecei a viver minha identidade de gênero de forma autêntica, tudo ficou mais complicado. Eu envio currículos, faço entrevistas, mas na maioria das vezes, não recebo retorno algum. Quando recebo, percebo que as pessoas mudam de atitude assim que me veem pessoalmente (Entrevistada 5).

Essa experiência reflete um panorama mais amplo de exclusão social e econômica, onde estereótipos arraigados continuam a influenciar decisões e práticas discriminatórias. Como relatado pela Entrevistada 5, houve uma mudança drástica nas oportunidades de emprego após o início de sua transição de gênero. Antes de passar pela transição de gênero, ela conseguia entrevistas facilmente e era contratada rapidamente. No entanto, após a transição, enviar currículos e realizar entrevistas se tornaram processos infrutíferos, com os recrutadores frequentemente mudando de atitude ao vê-la pessoalmente.

Esse relato revela como a discriminação sistêmica e a ausência de ambientes de trabalho seguros e acolhedores contribuem para um ciclo de exclusão econômica e social, onde as travestis são empurradas para as margens da sociedade. Como resultado, elas frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias e estão sujeitas a abusos físicos e sexuais, tanto por clientes quanto por indivíduos que exploram sua vulnerabilidade (Saraiva 2017, p. 68).

De acordo com a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), os dados levantados em 2020 revelaram que apenas 13,9% das mulheres trans e travestis possuem empregos formais²³. A falta de oportunidades econômicas alternativas, combinada com a hostilidade do ambiente de trabalho formal, muitas vezes força essas mulheres a buscar no trabalho sexual uma forma de sobrevivência, colocando-as em situações de alto risco e perpetuando seu ciclo de marginalização econômica e social.

A dependência da prostituição como fonte de renda revela não apenas a exclusão do mercado de trabalho formal, mas também a persistência de estereótipos e discriminações que colocam as travestis a ocupações informais (Lima, 2018).

Essa realidade de exclusão do mercado de trabalho formal e a marginalização associada à prostituição expõem as travestis a uma constante violação de direitos humanos, onde a violência física, emocional e sexual se torna uma rotina. Ademais, a dependência do trabalho sexual como única opção viável para muitas travestis não só as expõe a riscos significativos de violência e exploração, mas também perpetua a ideia equivocada de que sua identidade está inseparavelmente ligada à sua atividade profissional na prostituição. (Oliveira; Nascimento; Meneses, 2022, p. 51).

Esta associação estigmatizante reforça estereótipos prejudiciais e contribui para a manutenção de estruturas sociais que marginalizam essas mulheres. Para entender a profundidade desse problema, é necessário considerar não apenas os aspectos sociais e culturais, mas também as dimensões econômicas que agravam ainda mais a situação.

Pelúcio (2009) complementa que a violência econômica está intimamente ligada à precarização das condições de vida das travestis. A falta de oportunidades educacionais e profissionais adequadas contribui para um ciclo de marginalização social e econômica, impedindo o

²³ FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). Estudo mostra exclusão de mulheres trans e travestis do mercado de trabalho formal. 2020. Disponível em: <https://www.fapesp.br/noticias/estudo-trans-travestis-mercado-trabalho>. Acesso em: 15 ago. 2024.

acesso a benefícios sociais e a oportunidades de desenvolvimento profissional, perpetuando assim um ciclo de desigualdade estrutural que reforça sua vulnerabilidade e dificulta a sua integração e participação plena na sociedade.

Essa marginalização econômica não apenas reforça a dependência dessas sujeitas de setores econômicos informais, mas também dificulta sua capacidade de romper o ciclo de pobreza e alcançar uma vida digna e autônoma. Silva (2017) foca na dimensão financeira da violência econômica, apontando como a negação de serviços bancários e de crédito impede que travestis alcancem a estabilidade econômica e invistam em seu futuro:

A recusa de acesso a serviços financeiros é uma forma de violência econômica que impede a autonomia das travestis, limitando suas oportunidades de desenvolvimento e investimento (Silva, 2017, p. 45).

A falta de acesso a serviços financeiros impede as travestis de poupar, investir e planejar para o futuro, forçando-as muitas vezes a recorrer a meios informais e menos seguros de administração financeira. Sem a capacidade de acessar e controlar recursos financeiros, as travestis ficam à mercê de sistemas e indivíduos que podem explorar sua vulnerabilidade. A falta de acesso a crédito, contas bancárias e outros serviços financeiros essenciais resultam em barreiras adicionais para a inserção no mercado de trabalho formal e para a criação de negócios próprios. Esta realidade é evidenciada em relatos pessoais que destacam as dificuldades enfrentadas no dia a dia. A Entrevistada 5, compartilhou sua experiência nos seguintes termos:

Fiquei muito tempo sem uma conta bancária ou acesso a cartão de crédito por conta dos meus documentos antigos. E eu não consigo economizar dinheiro de forma segura, e quando preciso de um empréstimo, sou forçada a recorrer a alguns conhecidos próximos, o que é muito desconfortável. Eu sei que, se tivesse autonomia financeira, poderia alugar um lugar melhor para viver e talvez até abrir uma pequena loja de doces ou qualquer outra coisa para conseguir trabalhar. A independência financeira me daria à chance de reconstruir minha vida com dignidade de novo. (Entrevistada 5).

Esses relatos mostram como a exclusão do sistema financeiro cria um ciclo de vulnerabilidade e marginalização para as travestis. Sem acesso a serviços financeiros básicos, elas enfrentam dificuldades adicionais para se inserir no mercado de trabalho formal e criar negócios próprios. A autonomia financeira é crucial para que possam tomar decisões informadas e seguras sobre suas vidas, incluindo a capacidade de sair de situações de violência, vulnerabilidade e exploração.

Além da discriminação no mercado de trabalho e da falta de acesso a serviços financeiros, a exclusão de programas de assistência social também é outra dimensão crucial da violência econômica enfrentada pelas travestis. O acesso limitado aos benefícios como moradia, saúde e educação, essenciais para o bem-estar e a autonomia, reforça a vulnerabilidade dessas comunidades. Entrevistadas relataram dificuldades significativas em acessar benefícios como o Bolsa Família e o ID Jovem devido à falta de reconhecimento legal de suas identidades de gênero:

Quando fui me cadastrar e tentar o ID Jovem, fui informada de que não poderia receber o benefício porque meu nome não estava de acordo com o registrado na certidão de

nascimento. Fiquei sem entender por que isso era um problema, já que meu nome social é reconhecido legalmente. (Entrevistada 1).

Outra entrevistada relatou:

Na hora de me cadastrar para receber o bolsa família, fui rejeitada porque os formulários não permitiam que eu usasse meu nome social. Isso me deixou frustrada com o atendimento do governo me obrigando a utilizar meu nome já morto, com o qual eu não me identifico mais. (Entrevistada 5).

Esses relatos ilustram como a falta de reconhecimento legal da identidade de gênero pode impactar negativamente diversas áreas da vida das pessoas trans e travestis, desde o acesso a serviços básicos até oportunidades de emprego e inclusão econômica.

A discriminação no mercado de trabalho e a exclusão de programas de assistência social são apenas algumas das formas como essa violência se manifesta. Neste contexto, torna-se fundamental desenvolver intervenções políticas e programas que não apenas promovam a inclusão econômica e social das travestis, mas também garantam o respeito à sua dignidade e autonomia. Iniciativas que visam facilitar o acesso das travestis ao mercado de trabalho e promover sua inclusão social podem reduzir a vulnerabilidade e as disparidades socioeconômicas.

3.5 Intervenções desenvolvidas pelas para a proteção das travestis

As travestis em Niterói enfrentam diariamente diversas formas de violência e discriminação, refletindo uma realidade que infelizmente é comum em todo o Brasil. Em meio a esse contexto adverso, desenvolvem-se estratégias de proteção e busca por redes de apoio que não apenas garantem sua sobrevivência física e emocional, mas também representam formas poderosas de resistência contra a opressão e a marginalização. Essas práticas não são apenas reativas; são atos de coragem e resiliência em um cenário nacional marcado por altos índices de violência e discriminação contra pessoas travestis.

A partir dos relatos colhidos durante as entrevistas, emergem práticas de enfrentamento que são fundamentais para resistir à opressão e à marginalização. Este estudo discute essas estratégias, destacando os locais procurados, as redes de apoio ativadas e a importância dessas ações para a sobrevivência e o enfrentamento da violência contra as travestis.

- **Redes de Apoio Comunitário e Espaços Seguros**

Uma das principais estratégias de proteção mencionadas pelas entrevistadas é a busca por redes de apoio comunitário. Coletivos LGBTQIAPN+ e ONGs locais desempenham um papel crucial na provisão de suporte emocional, jurídico e social. Esses espaços são vistos como refúgios seguros onde as travestis podem compartilhar suas experiências sem medo de julgamento e encontrar solidariedade e acolhimento.

Eu encontrei no Coletivo Transparente um lugar onde posso ser quem realmente sou sem medo. Lá, fazemos reuniões, encontros com rodas de conversa onde trocamos experiências e nos apoiamos mutuamente. Eles também nos ajudam de alguma forma a lidar com a violência que a gente passa o que é essencial para todas nós (Entrevistada 01).

Esse relato destaca a importância vital de espaços como o Coletivo Transparente, onde as travestis encontram não apenas apoio emocional, mas também um senso de pertencimento e comunidade. Tais coletivos proporcionam um ambiente seguro e acolhedor, permitindo que essas sujeitas expressem suas identidades sem medo de julgamento ou violência.

As reuniões e rodas de conversa promovem a troca de experiências e o fortalecimento dos laços entre as participantes, criando uma rede de solidariedade essencial para enfrentar as adversidades cotidianas. A existência e a atuação de grupos como o Coletivo Transparente são fundamentais para a promoção do bem-estar e da dignidade das travestis, fortalecendo sua resiliência e capacidade de luta contra a marginalização e a exclusão social.

- **Acesso a Serviços Especializados e Respeito à Identidade de Gênero**

Outro ponto importante é o acesso a serviços especializados voltados para a comunidade trans. Centros de referência e clínicas de saúde que respeitam a identidade de gênero das travestis são frequentemente mencionados como lugares onde elas se sentem seguras e acolhidas.

No Centro de Cidadania LGBT de Niterói, os profissionais são respeitosos e nos tratam pelo nosso nome social. Isso faz uma diferença enorme, porque nos sentimos respeitadas e seguras ali e nos ajuda a procurar nossos direitos (Entrevistada 3).

Esse relato evidencia a importância crucial de espaços seguros e inclusivos como o Centro de Cidadania LGBT de Niterói para a proteção e o empoderamento das travestis. O respeito pela identidade de gênero, manifestado pelo uso do nome social, não apenas promove um ambiente de dignidade e acolhimento, mas também encoraja essas mulheres travestis a buscar seus direitos e acessar serviços essenciais.

Esses centros não são apenas locais de atendimento, mas verdadeiros refúgios onde as travestis podem se sentir valorizadas e apoiadas, fortalecendo sua autoestima e sua capacidade de enfrentar a violência e a discriminação. Além disso, o acesso a orientação jurídica e suporte psicológico oferecidos por tais instituições é vital para a construção de estratégias eficazes de sobrevivência e resistência, evidenciando a necessidade de expansão e fortalecimento desses serviços em toda a sociedade.

- **Uso das Redes Sociais como Ferramenta de Apoio**

Com a crescente hostilidade em espaços públicos, muitas travestis recorrem às redes sociais e ao apoio online para encontrar segurança e suporte. Grupos em plataformas digitais oferecem não apenas apoio emocional, mas também informações úteis sobre direitos, oportunidades de emprego e recursos disponíveis.

Faço parte de vários grupos no Instagram e WhatsApp onde compartilhamos informações sobre vagas de emprego, eventos e recursos de saúde. Além de seguir várias travestis e mulheres trans no tik tok, compartilhando suas experiências. Esses grupos são um grande apoio para quem não se sente segura em todos os espaços físicos (Entrevistada 4).

A utilização das redes sociais não apenas facilita o acesso a informações vitais, como também cria uma sensação de comunidade e pertencimento entre as travestis que podem se sentir isoladas em espaços físicos. A troca de experiências e apoio emocional nessas plataformas digitais permite que elas se conectem com outras pessoas que enfrentam desafios semelhantes, promovendo um senso de solidariedade e força coletiva.

Além disso, seguir perfis de outras travestis e mulheres trans no TikTok e outras redes sociais oferece modelos de resistência e inspiração, ajudando a construir uma identidade positiva e fortalecida. Essas interações online são fundamentais para combater o isolamento social e psicológico, proporcionando um ambiente onde as travestis podem se sentir validadas e encorajadas a continuar lutando por seus direitos e dignidade.

- **Estratégias de Autoproteção e Combate às Limitações Impostas pela Transfobia**

As estratégias de autoproteção também incluem medidas práticas no dia a dia. Algumas entrevistadas mencionaram a adoção de comportamentos específicos para evitar situações de risco, como evitar certos locais ou horários, andar sempre acompanhadas e estar sempre atentas ao entorno.

Eu sempre tento sair de casa acompanhada e evito andar por certas áreas à noite. Também estou sempre atenta ao meu redor, especialmente quando estou sozinha (Entrevistada 02).

Essa vigilância constante é uma forma de autoproteção necessária para muitas travestis, que adaptam seus comportamentos para minimizar os riscos de violência. Essas estratégias cotidianas, embora essenciais para a segurança pessoal, também revelam a profundidade do impacto da transfobia em suas vidas, limitando sua liberdade de movimento e sua capacidade de viver plenamente.

A necessidade de estar sempre alerta e evitar certos espaços reforça a exclusão social e evidencia a falta de segurança que essas pessoas enfrentam. Essas medidas de precaução são indicativas de uma sociedade que ainda precisa avançar significativamente em termos de aceitação e proteção das identidades trans. A capacidade de se adaptar e resistir, demonstrada pelas travestis, sublinha a urgência de criar ambientes mais seguros e inclusivos, onde todas as pessoas possam viver sem medo de violência ou discriminação.

As estratégias de sobrevivência e enfrentamento são vitais para a resiliência das travestis em Niterói. A solidariedade entre elas cria uma rede de proteção que fortalece a comunidade e permite a construção de uma resistência coletiva contra a violência e a discriminação.

Acho que o mais importante é não se isolar. Manter contato com outras pessoas trans e travestis, participar de coletivos e buscar ajuda sempre que necessário. A gente só consegue resistir e sobreviver juntas (Entrevistada 5).

Complementando a fala da entrevistada, a importância da coletividade e do apoio mútuo entre pessoas trans e travestis não pode ser subestimada. A construção de laços de solidariedade é essencial para a resistência contra as adversidades impostas pela sociedade transfóbica. A união em coletivos e grupos de apoio permite a troca de experiências, a disseminação de informações vitais e a criação de um senso de pertencimento que contraria o isolamento imposto pela discriminação.

Esse suporte emocional e prático fortalece a resiliência individual e coletiva, promovendo um ambiente onde as travestis podem encontrar força e coragem para enfrentar os desafios diários. Além disso, ao participarem ativamente dessas redes, elas contribuem para a visibilidade e a luta por direitos, ampliando a conscientização e pressionando por mudanças sociais e políticas que garantam sua dignidade e segurança.

Em conclusão, as travestis em Niterói, apesar de enfrentarem desafios imensos decorrentes da violência e discriminação, demonstram uma impressionante capacidade de resiliência e organização. As redes de apoio comunitário, serviços especializados, estratégias de autoproteção e o uso das redes sociais são fundamentais para sua sobrevivência e bem-estar.

Essas práticas não apenas proporcionam um ambiente mais seguro, mas também promovem a dignidade e o respeito que essas sujeitas merecem. A solidariedade e a união entre as travestis fortalecem sua resistência, permitindo que enfrentem as adversidades com coragem e determinação. As redes de apoio não só oferecem suporte emocional e prático, mas também são um meio vital de luta por direitos e por uma sociedade mais justa e inclusiva. É essencial reconhecer e valorizar essas estratégias de enfrentamento, pois elas são a base para a construção de um futuro mais equitativo e respeitoso para todas as identidades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, foram identificados e analisados os profundos impactos e retrocessos enfrentados pelas travestis em sua vivência cotidiana. A pesquisa evidenciou que essas sujeitas continuam a serem alvos de altos níveis de violência física, psicológica, institucional e econômica, comprometendo gravemente sua saúde mental, física e sua integridade pessoal. A discriminação institucional e as barreiras de acesso aos serviços de saúde e assistência social foram destacadas como fatores que agravam a marginalização das travestis, limitando suas possibilidades de buscar apoio adequado.

Essas descobertas sublinham a urgência de políticas públicas inclusivas e eficazes que reconheçam e abordem as necessidades específicas das travestis, assegurando seus direitos humanos e dignidade. É imperativo adotar uma abordagem integrada e multidimensional para prevenir e combater a violência em todas as suas formas, considerando tanto as manifestações diretas quanto os fatores estruturais e contextuais que perpetuam essa violência.

Diante das diversas formas de violência e discriminação enfrentadas pelas travestis, é essencial explorar e implementar intervenções políticas e sociais que não apenas reconheçam e

enfrentem essas violências, mas também promovam ativamente a inclusão social e econômica dessas pessoas na sociedade. Tais intervenções devem ser abrangentes e coordenadas, envolvendo políticas públicas, legislação, programas educacionais e iniciativas da sociedade civil.

Ademais, a pesquisa evidenciou a resiliência das travestis em Niterói, que, apesar das adversidades, têm buscado formas de resistência e sobrevivência, muitas vezes por meio de redes de apoio comunitário e ações coletivas. No entanto, essas estratégias, embora fundamentais, não são suficientes para reverter à exclusão e a violência estrutural a que estão sujeitas. A análise dos dados mostrou que a falta de políticas afirmativas e de proteção específicas para essa população não só perpetua as desigualdades existentes, mas também cria um ciclo de vulnerabilidade difícil de romper.

Nesse sentido, é crucial que o poder público, em conjunto com a sociedade civil, desenvolva e implemente políticas interseccionais que contemplem as complexidades e especificidades das experiências vividas por travestis. Somente assim será possível garantir a elas o pleno exercício de sua cidadania, com acesso equitativo aos direitos fundamentais e a uma vida digna e segura. Na sequência, são discutidas estratégias e políticas que podem ser adotadas para proteger e apoiar as travestis na sociedade brasileira. A seguir, são discutidas algumas estratégias e políticas que podem ser adotadas para proteger e apoiar as travestis na sociedade brasileira.

- **Políticas Públicas Inclusivas e Sensíveis ao Gênero**

A necessidade de políticas públicas que abordem de maneira eficaz e inclusiva os direitos das travestis é urgente e fundamental. A reformulação dessas políticas deve incorporar disposições explícitas destinadas a proteger essa comunidade vulnerável contra a discriminação sistemática. Isso implica na implementação de leis robustas que proíbam a discriminação de gênero em todas as suas formas, garantindo direitos que assegurem acesso igualitário aos serviços de saúde, educação e moradia, reconhecendo e respondendo às necessidades específicas das travestis.

Estudos têm mostrado que a efetividade dessas políticas não se limita à sua promulgação, mas também à sua implementação efetiva e à promoção de conscientização e sensibilização em todos os níveis da sociedade. Educadores, profissionais de saúde, agentes de segurança e o público em geral devem ser capacitados para reconhecer e enfrentar as questões enfrentadas pelas travestis, contribuindo assim para um ambiente mais inclusivo e respeitoso. A integração dessas medidas não apenas fortalece os direitos individuais das travestis, mas também representa um passo crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

- **Capacitação e Sensibilização para Profissionais de Rede Pública**

A capacitação adequada dos profissionais de serviços básicos, tais como saúde, educação, assistência social e o acesso à justiça, desempenha um papel fundamental na garantia de uma resposta eficaz e inclusiva às necessidades das travestis. Treinamentos especializados em questões de gênero e diversidade sexual são imperativos para sensibilizar esses profissionais e capacitá-los

com as habilidades necessárias para oferecer serviços de maneira respeitosa e sensível às particularidades das travestis.

Investir em capacitação sensível ao gênero pode significativamente elevar a qualidade do atendimento nos serviços de saúde, assegurando um tratamento que leve em consideração a identidade de gênero das travestis. No contexto educacional, promover um ambiente inclusivo não apenas fomenta o desenvolvimento acadêmico, mas também contribui para o bem-estar emocional e social das travestis.

Adicionalmente, é fundamental capacitar profissionais do sistema judiciário para garantir que as travestis sejam tratadas com dignidade e que seus direitos sejam protegidos ao longo de todo o processo legal. Essa abordagem não só fortalece a confiança das travestis nos serviços públicos, mas também desempenha um papel significativo na redução da discriminação e da violência baseada em gênero. Ao investir em treinamentos sensíveis ao gênero, é possível melhorar significativamente a qualidade das investigações e dos processos judiciais, assegurando que os direitos das travestis sejam protegidos e que sejam tratadas com dignidade ao longo de todo o processo legal.

- **Programas de Apoio Psicossocial e Saúde Mental**

Estudos e relatos mostram que as travestis enfrentam altos níveis de discriminação, marginalização e violência física e psicológica em diversos contextos sociais, incluindo suas interações com sistemas de saúde, educação, justiça e assistência social. Essas formas de violência são frequentemente exacerbadas pela falta de compreensão e respeito à sua identidade de gênero, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e exclusão.

Para enfrentar esse desafio complexo, é crucial implementar programas de apoio psicossocial e saúde mental direcionados especificamente às travestis. Esses programas não apenas oferecem suporte emocional e psicológico, mas também ajudam a fortalecer a resiliência das travestis diante das adversidades enfrentadas. Oferecer suporte psicológico e jurídico gratuito ou acessível para as travestis que enfrentam violência e discriminação pode ajudá-las a lidar com traumas e buscar justiça.

Centros de atendimento especializados que ofereçam apoio psicológico, social e jurídico integrado, adaptado às necessidades específicas das travestis; desenvolvimento e implementação de programas de capacitação contínua para profissionais de saúde mental, assistência social e justiça, focados em questões de gênero e diversidade sexual; criação de uma rede de apoio comunitário que envolva lideranças locais, organizações não governamentais e instituições acadêmicas para promover a conscientização e oferecer suporte contínuo às travestis.

A implementação de programas de apoio psicossocial e saúde mental, juntamente com a capacitação de profissionais de serviços básicos e a promoção de campanhas de sensibilização, são passos essenciais para enfrentar a violência contra as travestis. Essas iniciativas não apenas

forneem o suporte necessário para melhorar a qualidade de vida das travestis, mas também ajudam a criar um ambiente mais seguro e acolhedor.

Ao adotar uma abordagem integrada e inclusiva, é possível promover a redução da discriminação e da violência baseada em gênero, fortalecendo a confiança das travestis nos serviços públicos. A falta de acesso e o atendimento inadequado às questões de gênero afastam essas sujeitas desses serviços essenciais, evidenciando a necessidade premente de capacitação e sensibilidade por parte dos profissionais que nelas atuam.

- **Educação e Conscientização na Comunidade**

A educação e a conscientização na comunidade são componentes fundamentais para a criação de um ambiente mais seguro e inclusivo para as travestis. As intervenções educativas não apenas informam o público sobre as questões enfrentadas por essa comunidade, mas também promovem uma cultura de respeito e compreensão, fundamental para combater a discriminação e a violência de gênero.

Campanhas educacionais são essenciais para combater a intolerância e promover a aceitação e a compreensão das identidades de gênero diversas. Muitos jovens LGBTs enfrentam opressão e a falta de representatividade no ambiente escolar, o que destaca a urgência da educação e do acesso a discussões pertinentes para melhorar sua qualidade de vida. Nesse contexto, é fundamental direcionar essas campanhas tanto ao público em geral quanto aos jovens nas escolas, abordando temas como diversidade sexual, direitos humanos e respeito à diferença. Isso não apenas cria um ambiente mais inclusivo e seguro nas escolas, mas também empodera os jovens LGBTs, permitindo que desenvolvam sua identidade de forma positiva e sem discriminação.

Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, coletivos LGBTQIA+ e outras entidades comunitárias pode ampliar o alcance das iniciativas educativas e de conscientização. Essas parcerias podem facilitar a organização de workshops, grupos de apoio e outras atividades que promovam a inclusão e o respeito às travestis.

Educar a comunidade sobre diversidade sexual e identidades de gênero ajuda a reduzir a intolerância e os índices de violência motivados por preconceitos. Isso é crucial para garantir a segurança e o bem-estar de indivíduos LGBTQIA+ e outras minorias. A educação promove a empatia ao oferecer informações sobre as experiências e desafios enfrentados por diferentes grupos dentro da comunidade.

Ao investir em educação e conscientização na comunidade, cria-se um terreno fértil para a promoção de mudanças culturais profundas, que são essenciais para a erradicação da violência e da discriminação contra as travestis e outras minorias sociais. Essas ações, combinadas com medidas de apoio psicossocial e saúde mental, capacitação de serviços básicos e campanhas de sensibilização, constituem uma abordagem holística e eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

- **Fortalecimento da Rede de Apoio Comunitário**

O fortalecimento da rede de apoio comunitário é fundamental para proporcionar um suporte contínuo e abrangente às travestis, contribuindo para a sua inclusão social e proteção contra a violência e discriminação. Uma rede de apoio bem estruturada pode oferecer recursos e serviços essenciais que ajudam a mitigar as vulnerabilidades enfrentadas por essa comunidade.

Promover a colaboração entre diferentes instituições, como organizações não governamentais, coletivos LGBTQIA+, serviços de saúde, educação e assistência social, é crucial para criar uma rede de apoio integrada e eficaz. Essa colaboração pode facilitar a troca de informações, recursos e boas práticas, além de assegurar que as travestis tenham acesso a um conjunto completo de serviços e apoio. Estabelecer centros de referência e acolhimento dedicados ao atendimento das travestis pode fornecer um espaço seguro onde elas possam buscar ajuda e suporte.

Esses centros devem oferecer serviços de saúde mental, assistência social, aconselhamento jurídico e programas de capacitação profissional, adaptados às necessidades específicas dessa comunidade. Organizar campanhas de sensibilização e mobilização comunitária é essencial para educar o público sobre os direitos e necessidades das travestis e fomentar uma cultura de respeito e inclusão.

Fortalecer a rede de apoio comunitário não apenas oferece uma estrutura de suporte vital para as travestis, mas também promove uma maior coesão social e resiliência comunitária. Ao combinar esforços de colaboração interinstitucional, centros de acolhimento, grupos de apoio e campanhas de sensibilização, é possível criar um ambiente mais seguro e inclusivo que contribua para a proteção e empoderamento das travestis, avançando rumo a uma sociedade mais justa e equitativa.

- **Monitoramento e Coleta de Dados**

Para desenvolver políticas públicas eficazes e garantir a proteção dos direitos das travestis, é fundamental implementar sistemas robustos de monitoramento e coleta de dados. A ausência de dados precisos e abrangentes sobre a situação das travestis dificulta a compreensão plena dos desafios que enfrentam e limita a capacidade de formular intervenções adequadas. Portanto, a criação de mecanismos de coleta e análise de dados específicos sobre a população de travestis é essencial para informar e orientar as ações governamentais e das organizações da sociedade civil.

Estabelecer sistemas de registro e documentação que incluam informações detalhadas sobre violência, discriminação, acesso a serviços públicos e condições socioeconômicas das travestis é crucial. Esses sistemas devem ser integrados a plataformas já existentes, como os sistemas de saúde, educação e segurança pública, garantindo a coleta contínua e sistemática de dados relevantes.

Conduzir pesquisas e estudos epidemiológicos periódicos focados nas travestis pode fornecer insights valiosos sobre as tendências e padrões de vulnerabilidade dessa população. Esses estudos devem abordar diversos aspectos, incluindo saúde mental, acesso a serviços, violência e

condições de vida, e serem conduzidos em parceria com universidades, centros de pesquisa e organizações não governamentais.

Incluir as travestis no processo de coleta de dados é fundamental para garantir que as informações sejam precisas e reflitam suas realidades. Além disso, é crucial assegurar que as travestis também adentrem esses espaços como sujeitas que produzem saber e ciência. Essa inclusão pode ser feita através de consultas comunitárias, grupos focais e entrevistas, onde as travestis possam compartilhar suas experiências e necessidades, mas também como pesquisadoras e produtoras de conhecimento. A participação ativa da comunidade melhora a qualidade dos dados e fortalece a confiança e o engajamento das travestis nas políticas públicas que as afetam.

É essencial que o estado garanta que essas pessoas ocupem espaços de importância na sociedade, promovendo a igualdade de oportunidades em áreas como educação, pesquisa e desenvolvimento científico. Ao reconhecer e valorizar o potencial das travestis como produtoras de saber é possível desafiar e transformar os estereótipos e preconceitos que muitas vezes limitam suas oportunidades. A inclusão das travestis como agentes de produção de conhecimento não só enriquece o campo acadêmico e científico, mas também assegura que as políticas públicas sejam informadas por perspectivas diversas e autênticas.

Garantir que as travestis ocupem esses espaços contribui para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas. Isso não apenas empodera as travestis, mas também promove uma mudança sistêmica e cultural necessária para enfrentar a discriminação e a exclusão que ainda prevalecem. A presença ativa das travestis em processos de pesquisa e desenvolvimento de políticas públicas é um passo crucial para construir uma sociedade mais justa e representativa, onde o conhecimento é verdadeiramente inclusivo e refletivo das experiências de todos os seus membros.

Utilizar os dados coletados para avaliar e revisar continuamente as políticas e programas existentes é crucial para assegurar sua eficácia. O monitoramento regular permite identificar áreas que necessitam de melhorias, ajustar intervenções conforme necessário e garantir que os recursos sejam direcionados para onde são mais necessários.

Ao fortalecer os sistemas de monitoramento e coleta de dados, é possível obter uma visão clara e detalhada das necessidades e desafios enfrentados pelas travestis. Essas informações são fundamentais para desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão, a proteção e o bem-estar dessa população, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Diante disso, a proteção das travestis é um desafio complexo e urgente que requer uma abordagem multifacetada e colaborativa. As intervenções discutidas nesta seção – políticas públicas inclusivas, capacitação e sensibilização de profissionais, programas de apoio psicossocial e saúde mental, educação e conscientização comunitária, fortalecimento da rede de apoio comunitário e monitoramento e coleta de dados – são fundamentais para enfrentar a violência e a discriminação sistêmica que essa comunidade enfrenta.

Implementar essas estratégias de maneira coordenada e integrada é essencial para criar um ambiente mais seguro e inclusivo para as travestis, promovendo seus direitos e dignidade. Ao adotar essas intervenções, podemos avançar rumo a uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver com segurança e respeito.

A inclusão social das travestis não é apenas uma questão de justiça, mas também uma oportunidade para enriquecer a sociedade com a diversidade e as contribuições únicas dessa comunidade. É fundamental que todos os setores da sociedade se unam para promover a aceitação, o respeito e a proteção das travestis, criando um futuro onde a dignidade e os direitos de todos sejam plenamente respeitados e valorizados.

No entanto, é preciso reconhecer que a implementação dessas políticas enfrenta desafios culturais e institucionais significativos. Portanto, um esforço contínuo de conscientização, educação e advocacy é essencial para superar tais barreiras e garantir que todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, tenham acesso a oportunidades justas e iguais na sociedade.

Em suma, a construção de uma sociedade mais justa e equitativa exige um compromisso coletivo com a promoção dos direitos humanos e a inclusão das travestis em todos os âmbitos sociais. Somente por meio de políticas públicas abrangentes, que incluam a participação ativa das travestis e a promoção de ambientes respeitosos e acolhedores, será possível avançar rumo a uma sociedade onde todas as pessoas possam viver com dignidade, segurança e respeito.

Concluir este trabalho reforça a necessidade urgente de continuar a luta pela inclusão e proteção das travestis na sociedade brasileira. Embora os desafios sejam muitos, cada avanço nas políticas públicas, na educação e na conscientização representa um passo importante na direção de uma sociedade mais igualitária. O reconhecimento das travestis como cidadãs plenas, com direitos e dignidade, é um imperativo ético e social.

A implementação efetiva das intervenções discutidas dependerá da continuidade do diálogo entre governo, sociedade civil e a própria comunidade de travestis. Além disso, é crucial que as travestis sejam ativamente envolvidas na criação e monitoramento dessas políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades reais sejam atendidas.

Sendo assim, é fundamental que a sociedade como um todo se engaje nesse processo de transformação, reconhecendo que a inclusão das travestis não é apenas uma questão de justiça social, mas também de valorização da diversidade humana. A construção de uma sociedade mais justa e equitativa passa pelo reconhecimento e respeito à identidade de gênero, e só será possível através do compromisso coletivo com a erradicação da violência e da discriminação. Assim, será possível construir um futuro onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver plenamente, com segurança, dignidade e respeito.

Por fim, as considerações finais deste estudo refletem o retorno aos objetivos inicialmente propostos, demonstrando como cada um foi abordado e respondido ao longo da pesquisa. Através da combinação entre o trabalho empírico e a revisão da literatura, foi possível confirmar que as travestis no Brasil continuam a enfrentar altos níveis de violência e discriminação, afetando profundamente suas vidas e limitando suas oportunidades. A pesquisa não só corroborou a literatura existente sobre a marginalização dessa população, mas também trouxe à tona novas perspectivas e dados que reforçam a urgência de intervenções mais eficazes e inclusivas. Assim, os objetivos do estudo foram integralmente respondidos, contribuindo para um entendimento mais aprofundado da complexidade da violência contra as travestis e apontando caminhos para sua proteção e inclusão social.

REFERÊNCIAS

ANTRA. Relatório Anual de Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/02/dossieantra2022.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ANTRA. Relatório Anual de Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 54. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Governo federal não teve políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+ entre 2018 e 2021: TCU atendeu pedido do Congresso Nacional para avaliar planos, programas e ações federais destinados à defesa e promoção da população LGBTQIAP+. Brasília: TCU, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/governo-federal-nao-teve-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao-lgbtqiap-entre-2018-e-2021.htm#:~>

[=Auditoria%20do%20TCU%20analizou%20programas,p%C3%BAblico%20entre%202018%20e%202021](https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/governo-federal-nao-teve-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao-lgbtqiap-entre-2018-e-2021.htm#:~). Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, de novembro de 1995. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, ed. 49, seção 1, Brasília, DF, p. 165, 12 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em: 25 jun 2023.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em: 05 mar. 2023.

BUTLER, Judith. Gênero em disputa: o feminismo e a subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. Revista de Investigações Constitucionais, v. 6, p. 773-794, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/JsrYZ4CfJsDSRntd3L6BpHj/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CONNELL, R. W. Masculinities. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2013.

CORREIA, Mariana. Erika Hilton e a resistência travestigênera no poder. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/01/28/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenere-no-poder/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CRUZ, D. U. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, C.; CRUZ, D. U. (Org.). Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2022/04/ZIMMERMAN-UZEDA.-As-politicas-sociais-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Pesquisa sobre desemprego entre pessoas trans e travestis. 2022.

FONSECA, Douglas (2014, 10 de outubro). Transexual é amarrado, baleado e tem o corpo carbonizado. Correio Popular. Recuperado de http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/10/capa/campinas_e_rmc/213554-homem-reencontrado-baleado-e-amordacado-em-montemor.html

GUIMARÃES, M. M. Desfazendo Gênero: Identidade de Gênero e Direitos Humanos. Brasília: Editora LetrasLivres, 2017.

GUIMARÃES, Cristian; Meneghel, Stela; Guaranha, Camila; Barnart, Fabiano; Simões, Igor & Quevedo, Julliane (2013). Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero? Athenea Digital, 13(2), 219-227. Recuperado de <http://atheneadigital.net/article/view/Guimaraes>.

HELIODORO, Giovanna. Você conhece a história de Xica Manicongo? Considerada a primeira travesti do Brasil, Xica é símbolo de resistência e luta para a comunidade LGBTQIA+. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/voce-conhece-a-historia-de-xica-manicongo>. Acesso em: 12 abr. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas. In: Dossiê “Vozes Apagadas: (R)existências de Travestis e Mulheres Transexuais Negras no Brasil”. [s. l.], [s. n.], [s. d.].

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 12 jul. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 3, n. 1, p. 250-260, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LIMA, C. Políticas Públicas e Inclusão Econômica: a luta das travestis por direitos no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 3, p. 97-112, 2018.

LOPES, Mariana. *Violência e Direitos Humanos: A Experiência das Travestis no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura, 2019.

LOUREIRO, Fernanda. *Trajetórias de Violência: O Impacto da Transfobia na Vida das Pessoas Trans*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

LIMA, Patricia. *Gênero e Violência: Desafios e Perspectivas para a População Trans*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

LIMA, Rodrigo. *Transfobia e Exclusão Social: Uma Análise da Violência contra Pessoas Trans no Brasil*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2023.

LEITE, Alexandre. *A Violência Institucional contra Pessoas Trans: Reflexões e Propostas*. Brasília: Editora UnB, 2020.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicos*, Salvador, n. 5, v. 1, p. 132 – 153, maio-out. 2016.

MELEU, Marcelino et al. A concretização dos direitos dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+ pela aplicação da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. *Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 24, n. 1, p. 14-32, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/53626>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MENEZES, Maria Luiza. O impacto da pandemia na população LGBTQIAP+ no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 14, n. 2, p. 112-129, 2022. Disponível em: <https://www.revistapublicas.com.br/impacto-pandemia-lgbtqiap>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, Mariana. *O papel das organizações da sociedade civil na promoção dos direitos das pessoas trans e travestis*. Brasília: Editora Direitos Humanos, 2023.

PADILHA, Roberta. *O estigma da prostituição: um estudo sobre as travestis e a marginalização social*. Salvador: Editora UFBA, 2019.

Pelúcio, Larissa (2007). *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado inédita, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. In: *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador: UNEB, 2013.

SOUSA, Carlos. *História e Direitos Humanos: Uma Abordagem Crítica*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2021.

SOUSA, Thaynara. Travestis e a violência institucional: um estudo de caso. In: Violência e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2021.

SOUZA, Cristiane Prudenciano (2018). Resistência Trans. Práticas Sociais na construção da cidadania de Travestis e Transexuais na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado inédita, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (ed.). El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad. Barcelona-Madrid: Egales, 2010.

VERDI, Maria Helena. Direitos Humanos e Políticas Públicas: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

VIEIRA, Felipe. *O papel das políticas públicas na proteção de pessoas trans*. In: *Estudos de Gênero e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2022.

VASCONCELOS, A. M. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, A. E. et al. (Org.) Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007, p. 242 -272.

VASCONCELOS, A. M. de. **A prática do Serviço Social**: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VIACAVA, Francisco *et al.* SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Volume: 23, nº: 6, p. 1761-1762 2018.

VIANNA, Maria. Lúcia. T. W. “O Silencioso Desmonte da Seguridade Social no Brasil”. In BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (org.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora: Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 125-142.

ZANONI, Marina. Violência e Exclusão: A Realidade das Travestis no Brasil. São Paulo: Editora Pagu, 2020.

ZANCHETTI, Marcos. Entre a Visibilidade e a Violência: A Condição das Travestis em Contextos Urbanos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

ZANOTTI, Ana Paula. Violência de Gênero e Políticas Públicas: O Caso das Pessoas Trans no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2023. Disponível em: <https://www.editor.unb.br/violencia-genero-politicas-publicas>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ZURBACHER, Juliana. Identidade de Gênero e Violência: Desafios para Políticas de Inclusão. Curitiba: Editora Juruá, 2022.

ZIBECHI, R.; MACHADO, D. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Projeto: A face da violência transfóbica: um olhar sobre a experiência das travestis niteroienses

Instituição: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social-
Universidade Federal Fluminense

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

Professor (a) orientador (a): João Bosco Hora Gois

Aluno (a): Becca da Silva Carnavale

Identificação da entrevista:

- **Número da entrevista:** 01
- **Entrevistador (a):** Becca da Silva Carnavale
- **Entrevistado (a):** Entrevistada 01 (código para anonimização)
- **Data da entrevista:** 08/04/2024
- **Horário da entrevista:** 14h00minhrs
- **Duração:** 01 hora e 2 minutos
- **Local da entrevista:** Rua Padre Anchieta, nº 78, Casa 02- Centro, Niterói - Residência da pesquisadora.

Dados demográficos do (a) sujeito (a):

- **Idade:** 21 anos
- **Estado civil:** Solteira
- **Cor- Raça- Etnia:** Negra
- **Residência:** Morro do palácio- Niterói/RJ
- **Identidade de gênero:** Travesti
- **Orientação sexual:** Hétero
- **Vínculo empregatício:** Desempregada

Contexto da entrevista:

- **Objetivo da entrevista:** Identificar as formas como a violência contra as travestis se expressam na conjuntura atual.

- **Contexto da entrevista:** buscamos capturar a complexidade e a variedade de experiências das travestis que vivem em Niterói, examinando de perto as formas como a violência transfóbica se manifesta em seu cotidiano e os mecanismos que utilizam para resistir e enfrentar essas violências.

Temas principais:

- Vivências na família
- Vivências no campo do Trabalho e emprego
- Vivências na escola
- Vivências nos locais de moradia
- Vivências no âmbito dos serviços
- Estratégias de enfrentamento
- Perspectivas para o seu futuro

Entrevista 01:

Pesquisadora: Qual a sua idade

Mar: eu tenho 21 anos 21 aninhos

Pesquisadora: e o que você diria sobre a sua origem racial

Mar: sou negra

Pesquisadora: seu estado civil

Mar: solteira

Pesquisadora: onde você tá morando atualmente

Mar: em muitos lugares, mas hoje estou na casa de uma amiga em Niterói no Palácio

Pesquisadora: seu nível de escolaridade

Mar: eu só fiz o ensino médio

Pesquisadora: e qual é a sua situação de trabalho atualmente

Mar: desempregada.

Pesquisadora: Beleza! Você pode me contar um pouco da sua história pessoal, sua história de vida. Vamos conversar um pouquinho

Mar: Eu resumiria a minha história em um livro (risos) meu nome é Taís, eu sou uma travesti negra na Cidade do Rio, minha mãe faleceu meia hora depois que eu nasci por conta do uso de drogas e meu pai como a maioria dos Pais no Brasil, disse que iria comprar um cigarro pra gente fumar um crack e sumiu. Então eu não sei quem é ele e ele não é declarado na minha certidão. E aí eu fiquei morando com a minha avó por um período até os meus cinco anos e aí com cinco anos, eu presenciei o suicídio dela. E aí eu fui morar com uma vizinha dela que era perto de onde a gente morava e aí lá eu sofri meu primeiro abuso sexual. E aí lá foi o primeiro ponto de virada para minha vida ter ido ladeira abaixo

Pesquisadora: por que você diria que sua vida foi de ladeira abaixo a partir daí

Mar: Porque foi lá que se intensificaram muitos abusos contra mim. E negligência dela sabe tipo eu não sabia nem a minha data de aniversário. Eu só fui saber qual era a data do meu aniversário, quando eu tinha uns 10 anos é muito doído ver todas as crianças com as datas do aniversário, me perguntarem se tá chegando o meu, e ele já ter passado e o seu não sei, como assim, você não sabe, você não comemora seu aniversário não. Entendeu? E aí com 10 anos eu me assumi primeiro como um homem gay para ela e ela era religiosa fanática.

É isso pode ser sensível tá? O que eu vou falar agora, mas ela me segurou para o marido dela me estuprar entendeu? Falando coisas de igreja e afins e botando na conta assim, em um mês, ela Me expulsou de casa. Comecei a morar no centro do Rio de 10 para uns 12 anos com 12 anos me assumi travesti

Pesquisadora: e como é que a sua família se comportou assim, quando foi ficando claro que você era uma travesti, como se deu essa relação, você se sentiu confortável

Mar: Eu já não tinha família já eu já fui sozinha já tanto que eu me assumi travesti foi no meio da rua foi no meio da Presidente Vargas de madrugada

Pesquisadora: e como é que foi esse momento para você? Pode me contar um pouco mais sobre como você recebeu isso

Mar: Sei lá o mesmo tempo que foi mágico me deu medo me deu muito medo

Pesquisadora: medo da realidade que você poderia enfrentar por conta disso

Mar: não é o mesmo medo porque eu não sabia o que esperar das pessoas porque eu estaria vivendo a minha verdade, sabe por que eu nunca vi a mulher da mesma forma como os homens cis olham sabe desejando sabe eu vi as mulheres lá da minha comunidade fumando um cigarro levando as crianças na escola fazendo mil coisas e é essa garra que eu olhava e falava. Nossa eu quero ser como elas sabe e quando eu me assumi travesti com 12 anos eu já era sozinha, então eu acho que a minha travestilidade, ela começou a partir desse ponto da independência que me forçaram a ter sabe, do sempre ser sozinha, de sempre ter que estar sozinha.

Pesquisadora: E você poderia me descrever alguma situação que você tenha passado que envolva discriminação ou violência que tenha ocorrido no seu núcleo familiar?

Mar: Tem um que eu era bem novinha, eu lembro da vez que eu, eu sempre fui um pouco artista assim porque eu tinha um caderno e nele tinha todos os meus relatos de criança assim como se fosse um diário assim e ele tinha umas colagens assim, mas é coisa muito de criancinha afeminada da favela, sabe? Então tipo assim tinha foto de revistas de ator da Globo. Tipo sunga assim porque era minha realidade ali sabe? ali que eu me encontrava sabe? Tipo. Eu cortava muita coisa de Astro, modelos e colava ali.

E aí um dia minha tia achou esse caderno e aí ela me perguntou se eu gostava de homem, aí eu ficava morrendo de medo e eu falei que sim e aí ela me bateu com a minha cabeça assim na quina do boxe assim, eu fiquei desacordada e aí ela falou assim, não pode gostar de homem, eu não aceito isso.

Pesquisadora: e como é que você reagiu a essa situação toda, qual impacto de você ser uma travesti nessas relações de família que você tinha, como era isso para você

Mar: cara isso impactou muito na forma como eu vejo as relações isso afeta diretamente, né de minhas relações o meu o maior impacto que eu sinto em relação, a isso sabe é muito. Traumas de abandono e rejeição de tudo mais de validação me geram esse Impacto sabe de Tipo, às vezes é um tento não criar, mas eu acabo muitas vezes criando certas dependências por causa disso e eu é aquela pergunta, né? Você quer um homem que te ame ou um pai que te console. E aí eu me pego nisso é um impacto assim que mais bate assim.

Pesquisadora: e qual o impacto negativo que você enxerga nisso

Mar: Porque isso fodeu totalmente o olhar que eu poderia ter sobre relações, trocas e tudo mais. Sabe, eu aprendi a saber os meus limites para não aceitar menos agora. Assim, eu vou me foder muito ainda, sim. Porque, infelizmente, é me erra negar afeto e quando ele chega é sempre em forma de migalhas, sempre em uma confusão, sempre um cenário de caos. Sem contar a sexualização dos corpos estranhos, né? É o que elas fazem com que as pessoas enxerguem nas travestis a mulherzinha que vai dar tudo para eles. Sabe, eles sabem que é renegado afeto para nós, então, se aquela travesti está com ele, ela vai ser tudo. Eu vou te dar um exemplo: conheci uma travesti há muitos anos atrás, a Susi, ela namorava um cara que quase tocou fogo nela, quebrou toda a cara dela, mas ela falava ele

Mano, ele é o único homem. Se eu largar, já vou ficar sozinha, entendeu? Então, a gente acaba se submetendo, muitas vezes, a aceitar muita coisa por isso. Porque o afeto que eles nos dão é sempre carnal. Eles acham que a gente é só um corpo, como se não tivéssemos costas, como se eles pudessem fazer tudo por trás, achando que a gente não iria saber. Como se a gente não tivesse sentimentos, vontades, nada. Para eles, somos apenas um corpo, até eles se sentirem insatisfeitos. E é isso, infelizmente. As pessoas nos veem assim.

Eu gosto de usar essa analogia – me perdoe até pela pesquisa, mas acho essa analogia pertinente. Eu vejo e sinto muito que as pessoas nos tratam como se fôssemos uma espécie de Serra Pelada. Eles vêm, garimpam o melhor que

temos: nossa voz, nosso intelecto, nossa força de vontade, nosso glamour, tudo que temos de bom. E, depois, simplesmente vão embora. É uma sensação de exploração, como se fossemos um garimpo. E isso não está ao nosso alcance controlar. Por mais que a gente tente selecionar melhor as pessoas, de alguma forma, a gente acaba ficando refém nesse processo.

Meu Deus é uma sensação muito pesada. Mas estou tranquila, apesar de ser forte."

Pesquisadora: mudando agora um pouco foco assim desses vivências na sua família, né? Eu queria saber um pouco de como é que é a sua experiência assim com o mercado de trabalho. Como é que foi ou tá sendo a sua experiência Amiga?

Mar: "Eu vou te falar uma coisa, eu nem boto a minha cara a tapa. Sabe por quê? As pessoas não querem ver a realidade.

Elas preferem dizer coisas como 'na minha época não tinha isso' ou 'não sei o que está acontecendo'. E eu, travesti e preta, não nasci para estar nesse lugar. Eu vejo que o mercado de trabalho faz você se submeter a muita coisa, é uma exploração muito grande. Eu já estive no mercado informal por muitos anos. Não estou dizendo que o mercado informal seja melhor, mas, para mim, o mercado de trabalho não foi feito para mim, ou eu não nasci para ele. Eu sinto que sou como um ser de rua, que não consegue se encaixar nesses lugares. É como se fosse algo muito restrito, muito inchado, e isso me pesa muito.

Eu sinto que nós, travestis, vivemos sob uma constante avaliação, como se nossa performance de gênero fosse medida o tempo todo, e as pessoas nos cobrassem por isso. Eu não nasci para viver ouvindo essas cobranças, ainda mais para receber um dinheiro que, muitas vezes, acaba indo para outra pessoa. E, em algum momento, isso já causou muita dificuldade para mim, especialmente em manter ou conseguir emprego, por causa da minha identidade de gênero. Sim, amiga, eu nunca consegui trabalhar na minha vida por causa disso. As pessoas sempre me diziam na cara, mesmo quando eu morava em instituições socioeducativas. Olhavam para mim e diziam: 'você não é para estar aqui'.

E aí você se machuca por causa disso, e o que você recebe dessa tortura, acaba dando para outra pessoa, que também pode te machucar a qualquer momento, só que dessa vez sem você ganhar nada em troca. Eu acho o mercado de trabalho muito restrito, muito misturado, muito padronizado. Eu não sinto verdade nesse ambiente. Não consigo enxergá-lo como algo palpável, algo real dentro da minha experiência."Pesquisadora: Você consegue me descrever alguma situação, né? Que você consiga pontuar como violência alguma discriminação você tem vivenciado dentro desse ambiente de trabalho, se é que ele foi acessível para você algum dia ou em algum lugar que você trabalhava,

Mar: eu não consigo falar uma violência na minha vida de forma formal. Porque as pessoas não querem um corpo selvagem com o meu hum nos Espaços dele, entendeu? Pessoas como eu eles acham que tem que estar.

Na margem e quem tá na margem acha que a gente eh pessoas como eu também não tem que estar lá.

Entendeu então, infelizmente a margem vai estar sempre conta margem, você acha que é um efeito assim Cascata, né? Vai e assim,

Pesquisadora: você acha que para você dentro com a sua experiência e da experiência de outras travestis também a violência ela exerce o impacto negativo no acesso e obviamente aí na permanência das pessoas trans travestis dentro desse mercado de trabalho,

Mar: com certeza com certeza tanto que muita travesti só trabalha e muitas das vezes porque fala que ai tem que engolir isso porque eu preciso desse dinheiro e tal muitas coisas, mas e a saúde mental da Mona como é que fica essa saúde física? Então ele já é um impacto fodido na nossa na na na gente essa coisa de trabalho C os obrigada a trabalhar porque a gente tem que se ensina a sociedade

Eu acho que toda essa é a pauta em geral assim sobre empregabilidade. Eh, às vezes é uma empregabilidade que nem existe ainda, né? A gente tem como segundo dados comprovados de que 90% das pessoas de trans travestis ainda dependem da prostituição como fonte de renda. Siga, infelizmente a gente vai acabar sendo refém disso, porque desde nova a gente já cobrado muita coisa. A gente já é cobrado que a gente tem que dar uma vida melhor para nossa família, porque já que a gente já teve gente a gente tem que pelo menos fazer algo de bom, entendeu? A gente já é cobrado muita coisa e aí vem as monas nos ungindo com uma coisa de não você não precisa fazer nada. Eu entendo a pessoa com 12 anos assim a cafeti não olhou para mim falou você não precisa transar você só vai acompanhar.

Eu achando que essa mania se acompanhante porra nenhuma. Como é que foi essa experiência para você assim tão nova já prostituição foi babado tanto que o meu traumas de relação que eu falei no início vem nesse lugar também. Deve ser abandono destruiu os meus masculinos e só dá do aparecimento deles dessa forma carnal dessa forma da bagunça desse garimpo, entende?

Pesquisadora: E falar um pouco acima de como é que foi a sua vivência na escola, você pode me contar um pouco sobre como foi assim,

Mar: Eu vivi do meu jeito, mas eu vivi. Tipo assim, minha tia não queria que eu estudasse. Ela falava que, como eu não tinha meus documentos e era nova, se eu não soubesse ler, eu poderia morrer sem que ninguém soubesse quem eu era. Ela estava bem, achando que estava certa. Eu lembro que uma vez fui a uma escola, toda machucada e mal, e a professora me perguntou se eu estudava. Eu disse que não. Ela perguntou se eu sabia de algum documento meu e se eu morava com a minha tia. Aí eu falei para ela: 'Olha só, não fala que você é da escola, porque minha tia não vai me deixar estudar, ela é muito religiosa'.

A professora respondeu: 'Tá bom'. E foi até a minha tia, mas disse que era de uma escola de igreja e tal. Como o estudo era voltado para a religião, minha tia aceitou e me deixou ir. Aí, fiz o 5º ano nessa escola, mas não era uma escola religiosa de verdade, era uma escola normal. Depois disso, fui para uma escola pública e fiz do 6º ano até o Ensino Médio. Então, recentemente você fez o Ensino Médio pelo EJA?"

Pesquisadora: E quais são os desafios assim que você consegue pontuar que mais te marcaram que você considera eh consideraria assim que você enfrentou no ambiente escolar por se não sei se naquela época você se identificavam enquanto uma travesti, mas obviamente com todo esse aspecto da feminilidade e os espaços não estão preparados para nos receber e daí,

Mar: Eu lembro que, quando fui chamada para fazer o Ensino Médio na Epic, eu só fiquei dois dias e já acabei fazendo parte da evasão escolar. Porque nem as escolas que se dizem mais progressistas estão realmente preparadas para nos receber. Passei por muita homofobia na época, e também muito racismo. É impressionante a capacidade das pessoas de usarem esses artifícios novos para machucar.

Sabe, eu entendo que, vivendo na favela, a gente já nasce com o 'ombro pesado', porque desde pequeno você tem que aprender a zoar, mas, mesmo assim, as pessoas não têm noção do processo de cada um. Então, eu sofri muito com esse tipo de violência.

Pesquisadora: E quais foram as situações assim que envolvia. Essa violência que você tá falando que você viveu nesse ambiente escolar.

Mar: Por exemplo, eu só fiquei lá dois dias, porque no segundo dia já não me deixaram usar o banheiro feminino. As meninas começaram a falar que eu, por ser preta, não podia usar o banheiro feminino porque isso deixaria as outras desconfortáveis. Eu disse: 'Mas eu uso a cabine, entendeu?'. Quando estava saindo da sala, depois de receber essa notícia transfóbica, um aluno foi racista comigo, dizendo algo como: 'Se eu fosse um neguinho, eu faria umas aulas só para ganhar uns trocados'.

Aí eu pensei: 'Eu não vou ficar aqui ouvindo isso, não. Se eu ficar mais um dia, vou acabar fazendo alguma coisa'. Então eu saí. Não pedi permissão nem nada, só sumi de lá. Depois a diretoria veio falar que eu precisava voltar a estudar, mas eu disse: 'Eu não vou ficar em um lugar onde vocês mesmos me disseram que não posso usar o banheiro que corresponde à minha identidade'."

Pesquisadora: E você acredita que a violência ela exerce um impacto negativo no acesso na permanência das das travestis na Educação Básica?

Na graduação sim academia banca de Progressista. Mas se a gente vai no banheiro as meninas se já ficou assim são Avatar. Então não vale a pena é isso que desestimula a gente quer fazer alguma coisa, eu já me sinto totalmente desisti mulata para querer entrar no circuito acadêmico, por isso para que eu vou entrar num lugar que eu vou ter que ficar validando que eu sou o seu já tem que ficar validando com as outras monas que eu também sou eu, tenho que ficar validando agora para outras pessoas e para pessoas que não querem ouvir as pessoas que querem ser

Pesquisadora: assim falando um pouco agora assim sobre a sobrevivência nos locais assim onde Você morou a percepção do seu bairro percepção da comunidade em si da vizinhança de uma forma geral. Como foi a sua experiência ou se revelar para vestir para as outras pessoas, né? Essas

peessoas que viviam além das proximidades da sua Vizinhança do seu bairro, como é que foi?

Mar: Foi babado, hein? Já teve gente inventando mentiras sobre mim, só pelo fato de eu existir, sabe? Então, é um lugar bem problemático. É como se fosse um despertar forçado das pessoas em relação a nós, sabe? Eu sinto que a gente veio no tempo errado, numa sociedade errada. As pessoas não estão evoluídas o suficiente para lidar com a gente. Como eu disse, já inventaram até mentiras sobre mim, simplesmente pelo fato de eu ser quem eu sou."

Pesquisadora: Você poderia me descrever alguma situação de discriminação ou de violência seja ela psicológica física que você tem vivenciado na sua vizinhança

Mar: ou já falaram que eu era eu era meio que isso é dor como se fosse um estuprador assim que eu olhava a criança com maldade.

Pesquisadora: Enfim e você acha dentro da sua visão que a violência ela exerce o impacto negativo na permanência das pessoas travestis nesses lugares nesses lugares onde foi de lá Justamente por isso.

Mar: Porque por mais que eu soubesse que todo mundo todo mundo me conhecia sabia que era mentira. Ninguém pode me defender.

Tem que ser eu mesmo sozinha, então ele se esses babados assim, eles exercem uma forma muito fodida mesmo, porque é como se fosse um efeito Cascata mesmo, você isso abre porta para outras merdas e depois.

Pesquisadora: E se conseguiria me pontuar assim. Quais são os principais desafios que você considera, né que você enfrentou na sua comunidade por se identificar enquanto uma travesti dentro dessa realidade assim, né do seu bairro da sua vizinhança para as outras pessoas lidar com aquilo lidar com cartão de fobia religiosa deles.

Entendeu lidar com a pessoa subir religiosa deles, porque quando você mora num lugar que é muito religioso.

Até subir a religiosa é aqui, impera mesmo, muita gente te conhecendo muita gente sabendo você mas essas fobia religiosa é uma

Pesquisadora: e falando um pouco assim sobre as suas vivências no âmbito dos serviços, né que são disponibilizados para a população em especial a população trans travesti, né? Como acessar o serviços básicos de saúde Assistência Social assim você consegue me contar um pouco sobre Como foi a sua experiência enquanto uma travesti a tentar acessar esse serviços básicos assim que são ofertados para a população

Mar: Olha, dentro desses homens que a gente está falando aqui, todos eles compartilham uma coisa: nem o tempo está preparado para receber a gente. Eu nunca passei por situações graves de discriminação nos serviços de saúde hoje em dia, porque vejo mais uma adesão de corpos que são parecidos com o meu, ou que têm similaridades, sabe? Tipo, já fui atendida por uma assistente social que era gay, psicólogos também, mas não é a mesma coisa que ser atendida por uma psicóloga travesti, por exemplo. Sabe? Ainda assim, é um pouco mais confortável. Mas antigamente, dentro desse cenário, a história era bem diferente

Pesquisadora: Dentro desse cenário você consegue pontuar para mim, quais são aí os principais desafios que você enfrenta ao tentar acessar esse serviços

Mar: Irmão, no momento, por mais que as pessoas falem sobre nome social e tudo mais, ainda é muito transfóbico, sabe? Você acha que esses espaços não estão adequados a essa realidade? Falta muito ainda para termos um serviço de qualidade e acessível para todos

Pesquisadora: e você acha que a discriminação e a própria violência transfóbica, né? Que são direcionadas as travestis aqui dentro do recortedesse estudo.

Aí vai exerce o impacto negativo. No acesso dessas pessoas ao serviços básicos de assistência de saúde e até mesmo segurança pública tem que botar um nome feminino na frente e o nome de homem atrás de põnei Vitor.

Pesquisadora: Interessante você trazer essa informação que é até uma das perguntas aqui do roteiro. É se você já teve dificuldade em relação à documentação civil assim, como é que foi esse processo você consegue me contar um pouco sobre como foi

Mar: Pô, quando fui ver a minha retificação pela primeira vez, eu estava com a sentença do juiz. Fui ao cartório e eles se recusaram a fazer. A funcionária olhou para o meu nome de registro, viu que o meu nome de digitação era bíblico e ficou: 'Ah, por que você vai mudar de nome? Vai botar Thaís? Para quê? O seu nome é tão feio, tão simples...' Eu não sei, ela me chamou de feio e se recusou a fazer. Rasgou a peça e, assim, perdi a validade.

Pesquisadora: e você sente que há recurso adequado disponíveis para ajudara proteger os seus direitos e a segurança essa Segurança Pública assim nessas situações de violência.

Mar: Tenho não sei. Se tem eu não sei porque é desconhecido assim agora para nos agredir eu falo um monte falo.

Pesquisadora: Monte e dentro desse cenário de violência, né? Como é que você costuma lidar com essas situações envolvendo discriminação.

Mar: Olha, mano, eu juro para você que eu faço o máximo que posso para evitar isso. Eu não frequento muitos espaços assim, justamente por não querer ficar refém disso. Por exemplo, eu não vou ao médico regularmente; só vou quando realmente estou nos últimos casos, quando estou literalmente morrendo, porque não quero sofrer a negligência médica. Então, só vou quando já estou muito mal.

É impressionante, mano, e ainda assim, eu me ferrei. Eu tive uma infecção perianal e precisei ficar internada no Azevedo Lima. Mesmo com o nome social, tive que ficar no quarto com o nome de registro. Quando morei no hotel social da prefeitura e fui pegar minhas coisas, o saco de identificação tinha o meu nome de Jesus grandão e o meu nome social pequenininho embaixo.

Então, eu tento evitar ao máximo, justamente por isso, porque não consigo lidar com a situação. Normalmente, só me desperta outros sentimentos, como ansiedade, e depois um sentimento de impotência e depressão. Para evitar

sentir tudo isso, eu evito muito essas situações.

Pesquisadora: Esses Passos assim só intimus caso mesmo e você tem conhecimento de alguns serviços ou até recursos, né que estejam disponíveis para as travestis que enfrentam essa violência a discriminação

Mar: alguma coisa de programa é você tem conhecimento não sei existe eu te pergunto. Eu não sei não

Pesquisadora: tem conhecimento então de alguns serviços recursos que sejam destinados para lidar com essa violência assim e quais são as principais Barreiras que você enfrenta o que você conseguiria pontuar aqui quando você vai buscar ajuda o apoio após ser vítima de alguma situação de violência ou de criminalização dentro desses espaços.

Mar: Não entendi.

Pesquisadora: Quais são as principais Barreiras que você enfrenta. Quando você vai buscar apoio ou ajuda mesmo após ser vítima de uma violência transfóbica,

Mar: ninguém quer ouvir a gente todo mundo é mímica a gente ainda eu já ouvi que a gente tinha que ainda dá graças a Deus.

Então é muito isso nesse lugar desse silêncio silenciamento sabe o silenciar e minimizar a situação,

Pesquisadora: você acha que isso acaba com certeza e você acha que bom, você disse que não tinha conhecimento, né desses recursos desses serviços eu ia perguntar se eles são facilmente acessíveis e o que você acha que poderia ser feito para melhorar o acesso das pessoas travestis dentro desses serviços.

Mar: O que é jeito o que você acha que poderia ser feito para melhorar, né? O acesso as pessoas irem conseguirem desfrutar desse serviços públicos assim que as pessoas de paz de usar a nossa pauta como um chapéu e faça um e faça um equipamento e uma e equipamentos realmente acessíveis e de qualidade pra gente entendeu? Que é que as pessoas Parem de usar a nossa pauta com

Para poder conseguir coisa tipo, por exemplo, eu digo isso porque por exemplo ambulatório trans lá poderia ser um ambulatório mesmo Geral de inclusão de cidadania para gente várias coisas a gente só dou hormônio. Eles acham que a gente só vai sobreviver de hormônio, mas e uma casa eu preciso de uma casa e aí e aí eu vou chegar lá falando assim aqui no ambulatório todas eu quero uma casa que você Eu preciso de um mínimo básico, eu preciso comer e aí?

Mar: Ah não, a gente tem hormônio. Tá mas e aí eu vou eu vou me alimentar disso, meu café vai ser hormônio, meu almoço é seu hormônio.

Pesquisadora: E quando você procurou ou tentou receber algum tipo de apoio você conseguiria me falar, como é que foi essa experiência para você,

Mar: Eu só fui lá porque me obrigaram a ir, entendeu? Me ligaram e disseram: 'Ah, vai lá, você vai poder ser ajudada.' Chegando lá, foi péssimo. Então, tipo, não foi culpa minha, mas eu entendo que preciso fazer as coisas do meu jeito, na minha forma.

Ah, mas eu vou harmonizar por conta própria, porque não quero me submeter a essas situações. Eu não faço acompanhamento com endocrinologista porque não gosto de ter essa validação das pessoas, e isso já é uma outra forma de violência, né

Pesquisadora: E que tipo de apoio, né? Ou recurso assim você considera importante para ajudar as pessoas travestis que são vítimas dessas violências assim, você acha que poderia ser feito e que você acha importante para transformar essa realidade

Mar: Ae, mano, eu acho que as pessoas precisam fazer equipamentos realmente acessíveis e de qualidade, direcionados a gente. Eles devem pedir pela qualidade do acesso para nós, sabe? Que seja algo em que a gente se sinta representada, não porque nossa pauta foi usada como um chapéu, mas porque realmente nos sentimos inseridas ali.

Pesquisadora: E como você avalia o suporte oferecido pelo governo e pelas organizações não governamentais, como ONGs e centros de apoio para pessoas travestis?

Mar: Muda Brasil, para mim, não há Brasil. Eu já entendi isso, porque o governo até dá uma ajudinha, uma coisinha, mas é como aquele meme da Juju: 'Você não discrimina ninguém, né, Juju?' Não, esse aqui é só o biscoito da coisa, entendeu? É assim que eu vejo. Em relação às ONGs, porra, eu já morei em uma casa e, para mim, foi um ponto de venda na minha vida, então eu não recomendo muito. É sempre nesse lugar do zap, sabe?

Pesquisadora: e dentro da sua experiência, né? E com aquilo que você acredita. Você acha que a educação e a conscientização elas podem ajudar a reduzir essa violência da qual você é vítima e como é que isso seria para você assim como?

Mar: Isso seria possível através da educação. Eu acho que tem que partir de uma educação travesti; eu sou a favor da educação travesti. Mas não estou falando de professores travestis. Estou falando de uma educação que inverta os valores e invista na pirâmide, colocando as travestis no topo.

As pessoas vão entender, na prática, como a gente é. A gente é prático, não tem rodeios, não tem muita complicação.

Pesquisadora: Entendeu e falando um pouco sobre as suas perspectivas assim para o futuro é como você enxerga o seu futuro assim em termos de segurança e bem-estar considerando obviamente todos esses Desafios que você como

pontuou aqui para mim que a gente conseguiu conversar e que obviamente você enfrenta atualmente por se identificar enquanto uma travesti você assim como é que se enxerga o seu futuro dentro dessa realidade.

Mar: Olha, mano, eu já entendi que, por ser travesti, vou estar condicionada a passar por muita coisa. Mas eu consigo enxergar um futuro em que eu pelo menos consiga ter as minhas coisas que considero básicas. Muitas vezes, essas coisas me são negadas, como ter um teto e comida. Ah, mas você não vai ter uma vida, você não vai mais fazer isso ou aquilo. Mas, para mim, isso é o básico.

Pesquisadora: E quais são os seus maiores medos assim suas preocupações em relação ao futuro que você almeja considerando esse cenário de violência, meu maior medo além de queijo,

Mar: Mano, eu tenho medo de as pessoas considerarem algo contra mim por eu ser travesti. Tenho medo dessa conspiração. Tenho medo de morar perto da favela por causa disso, porque não sei se a minha presença, o meu corpo, vai estar condicionado a essa realidade de violência. Quando eu morei na comunidade do Sabão, eu só passei por situações de violência. Por exemplo, um cara estava falando sobre a minha neta e tal, e na verdade, era só um desrespeito mesmo por eu ser travesti. Então, esses são os medos que eu tenho, sabe? Essa conspiração, assim. Acho que isso é o que me impede, na verdade, de muitas coisas; eu colocaria isso como um desafio

Pesquisadora: E como você gostaria que a sociedade mudasse para garantir um futuro mais seguro, inclusive para você e

Mar: Olha, quando esses negros assumirem o poder, com todo respeito, travestis brancos à frente, é importante que, ao tomarmos o poder, mostremos o que é realmente igualdade e equidade. Não é uma equidade de uma Olimpíada de sofrimento, não se trata de quem sofre mais, mas sim de que todos nós sofremos. A questão é: você vai ficar se lamentando e caindo no chão ou vai buscar se levantar? Isso também envolve uma reparação histórica, né? Aqui se faz aqui se paga.

Dentro de tudo o que conseguimos conversar hoje, existe algo mais que você

gostaria de compartilhar sobre sua experiência como travesti e os enfrentamentos que você passa?

Eu já estou cansado. Estou há quase 10 anos como travesti, e isso é desgastante. Muitas vezes, você se pergunta se vale a pena, porque apanhamos sem motivo, principalmente no meu caso, que acredito que a decepção seja uma constante na nossa vida. As nossas relações são complicadas. Estou fazendo essa entrevista em um momento muito escuro da minha vida, me sentindo como uma vampira, sabe? Mas, ao mesmo tempo, acho engraçado isso. Consegui encontrar humor na vida. Não sei se é porque sou travesti ou preto, ou se já tomei tanta porrada que, mesmo assim, ainda estou aqui, gargalhando. Essa é uma forma de lidar com as pancadas que a sociedade me dá: eu rio, e isso me ajuda a respirar.

É sobre criar uma válvula de escape também. Nossos escapistas, né? Bom, Taís agradeço demais a sua participação. Muito obrigado.

Projeto: A face da violência transfóbica: um olhar sobre a experiência das travestis niteroienses

Instituição: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social- Universidade Federal Fluminense

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

Professor (a) orientador (a): João Bosco Hora Gois

Aluno (a): Becca da Silva Carnavale

Identificação da entrevista:

- **Número da entrevista:** 04
- **Entrevistador (a):** Becca da Silva Carnavale
- **Entrevistado (a):** Entrevistada 04 (código para anonimização)
- **Data da entrevista:** 10/04/2024
- **Horário da entrevista:** 16h00minhrs
- **Duração:** 01 hora e 05 minutos
- **Local da entrevista:** Rua Padre Anchieta, nº 78, Casa 02- Centro, Niterói - Residência da pesquisadora.

Dados demográficos do (a) sujeito (a):

- **Idade:** 29 anos
- **Estado civil:** Solteira
- **Cor- Raça- Etnia:** Branca
- **Residência:** Fonseca na Palmeira- Niterói/RJ
- **Identidade de gênero:** Travesti
- **Orientação sexual:** Hétero
- **Vínculo empregatício:** Desempregada

Contexto da entrevista:

- **Objetivo da entrevista:** Identificar as formas como a violência contra as travestis se expressam na conjuntura atual.
- **Contexto da entrevista:** buscamos capturar a complexidade e a variedade de experiências das travestis que vivem em Niterói, examinando de perto as formas como a violência transfóbica se manifesta em seu cotidiano e os mecanismos que utilizam para resistir e enfrentar essas violências.

Temas principais:

- Vivências na família
- Vivências no campo do Trabalho e emprego
- Vivências na escola
- Vivências nos locais de moradia
- Vivências no âmbito dos serviços
- Estratégias de enfrentamento
- Perspectivas para o seu futuro

Entrevista 04:

Pesquisadora: Dando início aqui a segunda entrevista do dia. Podemos começar então

Pesquisadora: Qual a sua idade

Terra: 29 anos

Pesquisadora: o que você diria sobre a sua origem racial

Terra: eu me vejo como uma pessoa branca.

Pesquisadora: Qual o seu estado civil

Terra: solteira

Pesquisadora: o seu local de residência

Terra: Niterói endereço Fonseca na palmeira.

Pesquisadora: Qual o seu nível de escolaridade tem ensino médio completo ou graduação

Terra: ensino médio completo

Pesquisadora: e qual é a sua situação de trabalho atualmente

Terra: então atualmente eu me encontro desempregada, já deixei várias currículos, mas é complicado.

Pesquisadora: bom a primeira pergunta que a gente tem aqui é sobre como era a sua evidência na sua família e eu queria que você me Contasse um pouco sobre a sua história pessoal assim no geral. Como é que foi essa história? Como você disse escreveria sua história.

Terra: Eu sempre fui mais tranquila. Né desde antes de me assumir, minha família nunca me desrespeitou sempre ficou na deles assim, mas claro observando, né? Tinha alguns comentários em algumas coisinhas, mas nada que para machucar para agredir sabe? Acho

que o povo sempre respeitou pelo menos na minha frente, né? Sempre respeitou assim, mas assim Acho que foi com a minha família.

Pesquisadora: e para você, como é que foi?

Terra: Como é que foi tudo para mim foi tipo foi tranquilo tenho nada para falar sobre isso

Pesquisadora: e como a sua família se comportou quando foi ficando assim, claro para eles que você se identificava enquanto uma travesti.

Houve aceitação houver algum episódio de violência de discriminação depois que foi ficando claro para eles assim essa transição

Terra: então quando começou né? É eu já é eu já era mais menininha. Todo mundo já viu de todo mundo já sabia um pouco, só que eu não fui aquela aquela não, foi aquela transição radical de um dia para noite sabe? Não foi uma coisa drástica foi uma coisa bem razoável aos pouquinhos uma coisa bem tipo leve é uma coisa que não desce para ninguém perceber sabe? Então foi o povo foi vendo foi percebendo aos pouquinhos bem pouquinho quando quando foram dar conta aí já tava já tinha feito a transição, mas aí só perceber muito depois né? Então assim foi tranquilo, não foi uma coisa. Como assim eu acho mais difícil, quando é da noite para o dia.

Tá que já é mais aí todo mundo leva aquele Impacto, né? Eu acho que é mais complicado, mas como eu fui devagarzinho, eu acho que foi mais suave assim para mim, entendeu?

Pesquisadora: Então você diria que houve ali uma aceitação

Terra: sim sim, tem ver algum episódio de violência assim quando ficou claro para eles assim, tipo meu Deus, ela é uma trava então na minha frente ninguém comentou nada todo mundo diz que já sabia algumas pessoas disse que já sabia que já sentia e não na minha frente não me agrediram com palavras e nem fizeram nada. Sabe para mim para eles foi super normal assim, mas agora por trás eu não sei também, né?

Pesquisadora: E como é que a sua relação assim com os seus familiares hoje, você diria que você tem enfrentado alguma dificuldade em se relacionar com eles por se identificar enquanto uma travestis você sente que como é que tá esse contato hoje assim

Terra: A parte do meu pai eu não tenho contato, né? Desde pequena, nunca tinha te contado, né? E depois que eu cresci, né? Também não tive mais contato agora a parte da família da minha mãe. Eh, eu acho que é normal, não tem muito o que falar assim ninguém não vejo ninguém me apedrejando e ninguém me julgando. Tipo assim, eu tive sorte, né? Querendo ou não? Porque muitos familiares são são podre né? A maioria né? São podre

ficam fazendo piadinha na na na mas eu acho que eles têm esse cuidado assim de não falar nada comigo. Talvez possa ser que no início alguém tenha comentado por trás assim. Tenha feito algumas piadinhas porque né querendo ou não, sempre tem uma piadinha, né, querida? Mas assim na minha frente nunca

Pesquisadora: e você poderia me descrever assim alguma situação que você tenha passado que você considera a discriminatória ou alguma situação de violência que você tem e vivenciado nesse seio familiar assim com a família da sua mãe ou com as pessoas que você tinham contato ali alguma violência é uma situação de discriminação que te atravessou assim que você conseguiria pontuar para mim

Terra: eu acho que não teve nenhuma. Que cada um era Cada um na sua casa, tipo moro lá com eles, né? Como eu com minhas familiares. Mas é cada um na sua casa a gente mal se ver assim um oi oi, tchau. Tchau, tudo bem, mas nunca teve essa essa coisa não.

Pesquisadora: Entendi na sua opinião assim de uma forma geral, qual foi o impacto né da sua identidade de gênero e de você se identificar enquanto uma travesti nessas relações, você tira que foi Impacto positivo Impacto negativo. Mudou alguma coisa, você percebeu.

Terra: Então eu acho que continua a mesma coisa, continua a mesma coisa, né? Porque antes de eu me assumir, né? Eu já era LGBT, né? Querendo ou não? Então ele já tinham esse olhar para mim e eu acho que não mudou em nada continuou na mesma coisa.

Pesquisadora: Em relação ao campo de trabalho assim de emprego, como é que foi a sua experiência com o mercado de trabalho?

Terra: Como é que tá sendo horrível Péssimo, né? Que até então antes do transicionar eu consegui trabalho fazia 1001. Coisas mandava currículo rapidinho era chamada, né? E eu sempre tive trabalho. Nunca fiquei desempregada aí depois da transição aí que veio o baque, né de de olhares na hora da de deixar currículo na hora de pôr a entrevista com olhares tortos. Nossa mudou totalmente antes era muito mais fácil agora atualmente tá complicado muita coisa

Pesquisadora: e você já enfrentou alguma dificuldade para conseguir um emprego manter qualquer relação de emprego que você tinha ou que você tem curso identificar enquanto uma travesti.

Terra: Acho que sim, né? Sim, sim, muito muito muito, muito, muito, muito muito muito e você já enfrentou algum tipo de discriminação ou violência no trabalho por ser uma travesti ou no ambiente que estava fazendo algum trabalho algum Job então quando eu fiz Algum freelancer tinha umas pessoas que me conheciam né antes da transição. Mas eu acho

que não foi tanta violência assim porque tinha duas pessoas lá que tava meio em dúvida, né? Não sabia muita coisa aí ficou me perguntando umas coisas assim estranha, né sobre a minha transição, mas eu acho que era meio que dúvida assim, mas mesmo assim, né? Eles não tem conhecimento né? Mas aí eu expliquei direitinho, mas agora eu acho foi tranquilo esse dia da só essas duas pessoas. Em que ficou fazendo me enchendo o saco, acho que é também é um pouco sem noção, né? Cima e para você assim, você acredita que a violência ela exerce o impacto negativo no acesso e na permanência das travestis no mercado de trabalho sim sim, muita coisa é um preconceito, né a sociedade machista, né? E não quer ver a gente ocupando os espaços, né os nossos corpos TRANS e é muito difícil e também entra aquela questão também dá entre a questão da passabilidade também, né? Quanto mais passável mais aceita você é né e entra isso também no dia do freelance, né? Porque também querendo. Nossa um pouco passável, então é o povo já meio que aceita mais do que uma que não é entendeu? Eles zombam menos

Pesquisadora: aí e dentro desse contexto assim, como é que você diria? Como foi a sua experiência na escola.

Terra: Então na escola faz tempo que foi uma criança na minha alegria, né? Meio delicadinha, já tinha um jeitinho de menininha, mas nunca fui escandalosa assim, mas mesmo assim tinha preconceito, né com alguns coleguinhas muito com as meninas não mas com os meninos, né? E daí tinha essas brincadeirinha, né de mau gosto bullying, né? Mas aí eu resolvi os bullying que eu sou dessas eu discutia mesmo e aí depois a gente se acertava e tava tudo bem, mas eu não tinha tracionado ainda então né? Mas mesmo assim eu tinha um jeitinho feminino, então isso dava isso fazia com que alguns me zoar

Pesquisadora: e quais desafios você acha que você enfrentou assim dentro desse contexto?

Terra: Na escola tinha dificuldade para ir para aula pelo que você ia passar os professores, chacoli uma coisa muito grave assim uma coisa sabe no meu caso foi sempre coisinhas pequenas, sabe zoação brincadeirinha, mas nada que ultrapassasse tipo é um espancamento coisa assim do tipo uma coisa maior sabe sempre foi coisinhas bobas que a gente se resolvia ali e então para mim foi tranquilo assim porque me zoava zoava também devolvia e seria o ritmo e não tinha medo na hora de ir para escola, eu ia para escola e é tranquila sabe tinha meus amigos também era super tranquilo

Pesquisadora: e você enfrentou alguma dificuldade.

Terra: Não tem na escola devido à violência que você sofria ali por conta de inger ser uma criança LGBT, não acho que eu acho que sempre foi tranquilo para mim sempre a questão da escola. Nunca tive nada grave assim para falar.

Pesquisadora: E para você. Você acredita que a violência ele exerce o impacto negativo no acesso e a permanência das travestis na educação na Educação Básica? Na graduação.

Terra: Com certeza é complicado, né? Você tá num local que todo mundo te trata diferente, que tudo que você tem um tratamento diferente como você fosse eh excluída, né? Isso gera várias coisas, né na cabeça da da gente é uma coisa. Sei lá estranha, você não se sente bem né? Já começa por aí, como é que você vai estar estudando se concentrando em algum alguma coisa e você não tá confortável e você não tá bem com olhares com fofquinhas com seu nome. Então é desconfortável, né? Quem é que vai se concentrar dessa forma e nós

Pesquisadora: eu gostaria de saber um pouco também sobre como é que eram as suas vivências. Assim de uns locais aonde você morou assim. E aí eu queria saber de uma forma geral. Como é que foi? Experiência ou se revelar travesti para as outras pessoas nesses lugares onde você morou, não sei se vocês já se mudou se continua morando no mesmo lugar, como é que foi essa experiência das outras pessoas olharem você revelar para essas pessoas que você eram uma travesti.

Terra: Então é no meu caso assim. Eu sempre tive amigos bem que são amigos mesmo, né de verdade pessoas bem é cabeça aberta assim digamos e assim eu fui me assumindo por foi percebendo e foi me acolhendo a maioria, né? Teve uns ou outros que depois não falaram nada também, mas a gente percebe que sumiram né uns outros a gente vê ali que sumiu do mapa, mas a maioria também eles chegaram junto falou Ai é isso, tudo bem? Tamo junto, né? Eu acho que foi eu acho que foi isso também e também uma eh no meu ciclo de amizade também, eu mantenho muito preso muito pelo respeito, né? Então assim eu não permito que venham é me desrespeitar e todo mundo já me conhece. Então assim eu dou essa liberdade.

Pesquisadora: e você diria que você enfrentou algum tipo de discriminação ou uma situação vexatória de violência na sua vizinhança por se identificar enquanto uma travesti.

Terra: Então na minha vizinhança atualmente foi tipo assim, sempre tem alguém que né? Principalmente os homens, né? Aí a gente está passando, né? Aí você vê assim de relance aquele cochicho um cochichando no ouvido do outro. Não sei o quê, não sei o quê. Olá já vai não sei o quê. Olha lá ó, vamos pegar você pega não sei o quê. Tipo nada a ver sabe umas coisas assim que a gente vê de relance assim também, mas nada assim para mim

parar para mim para mim constranger para ae e tal tal tipo comigo assim não aconteceu sabe na minha vizinhança até porque entre aquela questão da passabilidade que eu te falei, né? É quanto mais passável, você é menos chacota quanto né? Tem essa questão. Então pelo fato de eu ser um pouco mais passável, o povo não não se sente mais segura também que é uma questão também, né de não ser tão zuada digamos assim, então é o povo eu acho que eles vêem. Eles veem não sei como funciona, mas eu vejo que quem é mais passável, o povo não não agride tanto com palavras então assim comigo, ele tem com xixi tem um negocinho assim, mas nada de me parar e falar assim na minha cara, entendeu?

Pesquisadora: Entendi e tem alguma situação assim, você poderia me escrever alguma situação que tenha te marcado é de discriminação que você teve vivenciado pelo seu bairro algo que você lembra até hoje assim que te te te atravessou mesmo uma situação. Deixa eu ver de preconceito.

35 no meu bairro nunca teve né? Eu acho não estou conseguindo me lembrar se teve alguma coisa, mas eu acho que até hoje não teve assim uma coisa muito forte assim não teve só uma teve só uma situação que eu acabei de lembrar aqui que eu tava no final e tinha uma senhora, né? O cara. Acho que tinha uns 50 anos, sei lá e ele ficou cantando para mim cantando umas músicas nada a ver tipo soltando umas piadinha assim sabe os homens quer virar mulher, não sei o quê e tá todo mundo maluco, não sei o que tipo cantando uma música assim nada a ver e eu

Eu amo Deus, só isso sim, mas sei lá, eu acho que ele era bolsonarista.

Pesquisadora: E você acha que a violência ela exerce o impacto negativo na permanência das travestis, né? Nos seus locais de moradia. Você acha que a violência ela afeta a vida dessas travestis nesses lugares que elas precisam se mudar precisam procurar outros lugares.

Terra: Ah, afeta muito né? É muito é muito complicado, né? Você tá tá saindo de casa, você não tá fazendo mal para ninguém e o povo falando mal de você, né? O povo rindo da sua cara. Sei lá, eu acho que é muito complicado, né?

E se eu conseguiria descrever para mim os principais desafios que você enfrentou na sua comunidade sim, bairro vizinhança por se identificar enquanto uma travesti.

Na desafios É acho que o desafio mesmo é comigo mesmo, né de ter força de sair de casa não ligar para olhares não ligar para comentários, né? Eu acho que essa veio uma força de mim para superar isso,

Pesquisadora: mas é isso agora eu queria saber um pouquinho de como é que é a sua vivência assim no âmbito dos serviços, né dos serviços de proteção que são oferecidos pelo estado pelo município e eu queria que você me Contasse um pouco sobre Como foi a sua experiência, né? Enquanto uma travesti eu tentar acessar esse serviços básicos como assistente de saúde assistência social, como é que se você descreveria a sua experiência enquanto uma travesti ao acessar esse Serviços de Saúde e de assistência social que você tenha precisado.

Terra: Todo mundo precisa, né? Enfim, eu acho que A minha assim foi bem tranquilo, né? No meu caso eh, eu sempre fui bem tratada no hospital e na na aonde eu vou também pela aparência, né? Querendo ou não a aparência conta muito gente o povo julga pela aparência, então a pasta habilidade conta muito inclusive, fui eu fui num hospital, né numa clínica eu e uma amiga minha né que era menos passável e ela foi desrespeitada, né usar o pronome errado com ela e comigo foi super tranquilo assim me trataram de uma forma e trataram ela de outra forma, por isso que eu falo muito disso entre a passibilidade, né?

Pesquisadora: E nesses lugares assim, você enfrentou com uma situação de discriminação ao tentar acessar esse serviços acima de serviços básicos mesmo algum é serviço de saúde.

O exame que você precisou fazer ou alguma assistência social que você foi procurar no Cap no Cras, como é que vai ser descreveria assim

Terra: então quando eu vou muito pouco ao médico, né? Porque também eu fiz fico eh muito raro eu ficar doente. Vou muito pouquinho ao médico e sempre quando eu vou super hidratada, né? Eu já tenho minha documentação também retificada isso também ajuda então eu sou bem tratada nessa questão no Cras também já fui uma vez não aconteceu nenhum episódio, né de violência foi tudo ocorreu normal

Pesquisadora: e para você, a violência e discriminação direcionada de travestis, ela exerce o impacto negativo no acesso destas travestis no serviço básico de saúde de assistência de Segurança Pública, você acha que essa violência é essa discriminação direcionada de travestis, ela exerce o impacto negativo quando uma delas precisa acessar esse serviços

Terra: muito né?

Pesquisadora: Porque

Terra: Eh complicado você ir num local e tratar em você numa tratar em você no masculino, né? Aquilo que eu falo sempre é você não ser bem recepcionada, todo mundo ficar te olhando torto você chegar como se você fosse um meter, né? Isso é complicado. Às vezes

a gente até tem é pensa duas vezes antes de ir no médico, né? Porque muitas são maltratadas lá nessa nessa parte da Saúde.

E você já teve alguma dificuldade assim em relação a sua a sua documentação civil a retificação que você tava eh, você trouxe essa informação numa fala anterior assim, me conta um pouco sobre como foi esse processo para você então esse processo foi bem foi até mais rápido do que eu pensava, né? Que eu já eu tava com três meses de de transição só e daí eu fiquei sabendo do do mutirão que ia ter lá no Rio e daí eu já me informei logo. Fui correndo e Já fiz todo o procedimento assim para mim foi muito rápido. Foi simples, né? Até porque foi um mutirão gratuito, né? Que eu não tenho não tinha condições e nem tem de pagar então foi tudo foi tudo rápido assim simples para mim me ajudar tive assessoramento

Pesquisadora: então, você acha que esse auxílio assim que parte do do governo, né do município em relação a a a inclusão da diversa. Ah de respeito à identidade de gênero faz uma diferença para que vocês consigam é é trocar o documento, por exemplo ou acessar algo médico por alguma clínica que já saiba da diversidade já trate com um pouco mais de digamos. Cuidado profissionalismo essas questões.

Terra: Sim sim, eu acho que estamos caminhando, né? Então tamo indo caminhando aí

Pesquisadora: e você sente que há recursos adequados disponíveis para ajudar a proteger os seus direitos e a sua segurança em situações de violência.

Terra: Eu acho que não eu acho que não tem muita coisa ainda para acontecer.

Pesquisadora: Acho que ainda não e falando um pouco de violência, né falando um pouco de Segurança Pública, é como você costuma lidar assim com as situações de violência e discriminação que você enfrenta, o que que você faz? O que que você procura sua reação então?

Terra: É dependendo do local e da onde eu tiver eu me imponho, né? Eu peço e respeito eu dou eu dou uma resposta, né? Dependendo do local agora. Se for um local mais eh um local perigoso um local, né? Um arroz escuro é um negócio assim mais perigoso, né melhor a gente nem responder porque a gente senão a gente já pode até morrer, né? Então assim se for um desrespeito assim num shopping, né? Num local público assim alguma coisa. Dependendo dá para a gente se impor e tem outros momentos que não dá para a gente sentou não dá pra gente falar nada. Tem que engolir e fechar a boquinha senão né? É o peão pode acontecer

Pesquisadora: e você tem conhecimento de serviços ou recurso disponíveis para as travestis que enfrentam né? É a violência discriminação, eu tenho algum recurso se você conhece algum serviço ou recurso.

Terra: Horrível na rede Municipal ou no estado mesmo que você consiga recorrer em situações de violência e discriminação assim não.

Terra: Não.

Pesquisadora: E como é que você descreveria assim? Quais são as principais Barreiras que você enfrenta ao buscar ajuda o apoio após ser vítima de violência ou alguma situação de discriminação?

Terra: Então se se vier aconteceu alguma coisa, né comigo, eu acho que eu devo procurar sei lá na polícia, não sei se acha que esses recursos eles são facilmente acessíveis assim,

Pesquisadora: você acha que poderia ser feito para melhorar o acesso a esse serviço de proteção de assistência, eu acho que

Terra: Eu acho que deveria ter sei lá algum programa do governo alguma coisa direcionada ao público LGBT, né? Uma coisa mais firme, né? Porque é tudo muito assim ao Deus, Dará.

Pesquisadora: Mas é isso e você já procurou ou recebe algum tipo de apoio assim?

Pesquisadora: Em relação é obviamente esse serviço assim seja procurou apoio para assistência para algum tipo de proteção. Como é que foi essa experiência assim?

Terra: Ah, nunca procurei não.

Pesquisadora: E quais são os tipos de recursos assim que você der que você considera importante para ajudar as travestis que são vítimas de violência? Ok? E como você avalia o suporte que é oferecido pelo governo, né? E para algumas organizações não governamentais como ONGs eh coletivos, né? Que para as pessoas travestis assim, como é que vai ser avaliar esse suporte?

Terra: O que é oferecido pelo governo pela rede os poucos que tem né? É válido, né, mas eu poderia ter muito mais, né? Poderia ter muito mas é apoio, né? Onde o mundo que a gente não tem muita apoio, né? Sim, existe um pouquíssimo de pouquíssimos eu acho importante, né?

Pesquisadora: E você acredita que a educação e a conscientização elas podem ajudar a reduzir a violência transfóbica da qual você é vítima e quais são os caminhos assim que

precisariam ser percorridos através da educação para ajudar a reduzir essa violência transfóbica como você acha que seria isso,

Terra: eu acho que que o mundo ele é machista Né, desde que desde sempre todo mundo aprendeu a que travesti mulheres trans são demônios, né que vem muito da igreja essas fala. Sexy que são endemoniadas que são pessoas que vão para o inferno e né não é não e isso é passado para a sociedade toda né para para eles terem uma visão distorcida sobre nós eh e todo mundo eh, julga a gente e olha pra gente com olhar Editoria porque essa foi a educação eles foi educados. Né desde criança para nos xingar para nos ofender e eu acho que é tendo educação e sabendo essa nova geração, né? Tem na educação e e os professores mesmo explicando que cada um tem que respeitar o outro e crescer de outra forma, né? Essas crianças vão crescer com outra mentalidade, né?

Pesquisadora: Então você acha que a educação ela pode transformar

Terra: sim esse esse esse social a ponto de reduzir pelo menos algum nível, a violência que as travestis sofrem.

Sim, pode reduzir muito, né? Porque a nossa luta tá começando agora, né? Eh eh igual eh transformou Bia. Nunca vai deixar de existir é igual racismo, né? Sempre tem um ou outro mas tem a lei ali para dizer ó. Isso é errado, né? E a pessoa pensar duas vezes antes de cometer de cometer um um crime, né? Elas vão pensar não isso aqui eu sou preconceituosa, mas eu não posso falar isso, né? Que isso é errado então se se forem educado de pelo menos eles vão se reter um pouco mais né? Esses preconceituosos

Pesquisadora: e falando um pouco sobre as suas perspectivas assim pro futuro, como é que você enxerga enxerga o seu futuro em termos de segurança e o seu próprio bem-estar assim considerando aí obviamente os desafios que você enfrenta e que a gente conseguiu pontuar ao longo dessa entrevista por se identificar enquanto uma travesti.

Terra: Futuro com segurança. Pode ser que a gente está caminhando para isso, né? Mas ainda tá um pouquinho longe, né? Não vejo muita segurança ainda não ainda dá um pouquinho longe então você acha que você não consegue enxergar um futuro com segurança totalmente. Ainda ainda ainda tem um meio é totalmente não

Pesquisadora: e quais são os seus maiores medos ou preocupações em relação ao futuro considerando a violência transfóbica que você e outras travestis passam e que tá intrínseca no contexto social, né na sociedade no geral a transfobia.

Terra: Eh, como é que você quais são seus maiores medos e preocupações em relação ao futuro.

Ah eu tenho eu tenho medo do futuro, né de não sei explicar muito bem essa questão assim, sei lá.

Pesquisadora: E como você gostaria que a sociedade ela mudasse para garantir um futuro mais seguro, inclusive para vocês de mais travestis que sofrem essa violência transfóbica é dentro da sociedade brasileira assim como você gostaria de enxergar a sociedade, o que que você acha que poderia mudar que faria uma diferença para te manter segura para garantir o direito à vida,

Terra: então acho que a educação né? Tudo começa com educação, né ensinando as crianças a respeitar o próximo né com as suas com as suas particularidade que o mundo é diverso, né? Você tem que respeitar o branco preto a travesti o gay, tem que saber respeitar, né? Tudo começa com o respeito então eu acho que a educação poderia é uma boa aliada para um futuro melhor bom a gente já tá chegando aqui no final

Pesquisadora: e eu queria saber se tem alguma se você gostaria de compartilhar, né mais alguma coisa sobre a sua experiência.

Enquanto uma travesti e essa estratégia de enfrentamento que você utiliza da forma como as pessoas se enxergam para a sociedade no geral assim tem algo mais que você gostaria de compartilhar nesse sentido.

Terra: Eu acho eu acho que não sei. Pode ficar à vontade, pode fluir, não sei fugiu aqui na mente.

Pesquisadora: Tem mais nada que você gostaria de compartilhar assim sobre o que a gente conversou sobre seu futuro sobre seus medos segurança

Terra: não.

Projeto: A face da violência transfóbica: um olhar sobre a experiência das travestis niteroienses

Instituição: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social- Universidade Federal Fluminense

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

Professor (a) orientador (a): João Bosco Hora Gois

Aluno (a): Becca da Silva Carnavale

Identificação da entrevista:

- **Número da entrevista:** 02
- **Entrevistador (a):** Becca da Silva Carnavale
- **Entrevistado (a):** Entrevistada 02 (código para anonimização)
- **Data da entrevista:** 08/04/2024
- **Horário da entrevista:** 10h00minhrs
- **Duração:** 01 hora e 13 minutos
- **Local da entrevista:** Rua Padre Anchieta, nº 78, Casa 02- Centro, Niterói - Residência da pesquisadora.

Dados demográficos do (a) sujeito (a):

- **Idade:** 22 anos
- **Estado civil:** Solteira
- **Cor- Raça- Etnia:** Negra
- **Residência:** Centro- Niterói/RJ
- **Identidade de gênero:** Travesti
- **Orientação sexual:** Pansexual
- **Vínculo empregatício:** Desempregada

Contexto da entrevista:

- **Objetivo da entrevista:** Identificar as formas como a violência contra as travestis se expressam na conjuntura atual.
- **Contexto da entrevista:** buscamos capturar a complexidade e a variedade de experiências das travestis que vivem em Niterói, examinando de perto as formas como a violência transfóbica se manifesta em seu cotidiano e os mecanismos que utilizam para resistir e enfrentar essas violências.

Temas principais:

- Vivências na família
- Vivências no campo do Trabalho e emprego
- Vivências na escola
- Vivências nos locais de moradia
- Vivências no âmbito dos serviços
- Estratégias de enfrentamento
- Perspectivas para o seu futuro

Entrevista 02:

Perfil das Entrevistadas:

Qual a sua idade?

Ai, mais uma vez essa pergunta... tenho 22 anos, mas a alma já passou dos 40, viu?

O que você diria sobre a sua origem racial?

Olha, sou preta, e parece que isso incomoda algumas pessoas. Já sou invisibilizada por ser travesti, agora soma isso à questão racial... vai vendo.

Qual o seu estado civil?

Solteira. E como boa travesti, ou acham que eu não sou digna de amar ou querem fetichizar. Só as duas opções, né?

Qual o seu local de residência?

Niterói, minha querida. E sim, me perguntam isso sempre como se fosse estranho eu morar aqui, né? “Nossa, travesti de Niterói? Ué, a cidade não é evoluída assim, não?”

Qual o seu nível de escolaridade (se tiver graduação, qual)?

Graduação? Querida, eu sobrevivi ao ensino médio com uma mão na cabeça e outra no coração. Mas ainda pretendo estudar mais, se o mundo me der paz.

Qual a sua situação de trabalho atualmente?

Ai, amor, trabalho no que aparece, né? Porque mercado formal? Tá difícil, viu? Às vezes faço uns bicos, mas quem dera ter estabilidade...

Vivências na Família:

Conte-me um pouco sobre a sua história pessoal.

Ah, minha história? Nasci, cresci e sobrevivi... que já é muita coisa. Cresci na periferia e já era "diferente" desde cedo. Ouvia de tudo: "Isso é jeito de menino?" Aham, era sim. E virei o que sou com muito orgulho.

Como sua família se comportou quando foi ficando claro que você é uma travesti? Houve aceitação? Houve violência após isso?

Aceitação? Isso é piada, né? Não houve quebra-pau, mas também não houve festa. Eles fingem que não veem, e eu finjo que não me importo.

Como é sua relação com seus familiares hoje?

Relação? É cordial, digamos assim. Não é todo dia que sou chamada de "traveco", então já é um avanço.

Poderia descrever alguma situação de discriminação ou violência que tenha vivenciado na sua família?

Sim, poderia. Mas, sinceramente, acho que essa resposta ia demorar uns 10 minutos e a gente não tem tanto tempo, né?

Na sua opinião, qual foi o impacto de você ser travesti nas suas relações familiares?

Ah, acho que virei a "ovelha rosa choque" da família. Sabe como é, não só diferente, mas gritante. Eles aceitam na medida que a distância emocional permite.

Vivências no Campo do Trabalho e Emprego:

Como foi a sua experiência com o mercado de trabalho?

Ah, um sonho! Não, brincadeira. É um pesadelo. Me olham torto desde a entrevista, se é que eu chego até lá.

Você já enfrentou dificuldades para conseguir ou manter um emprego por ser travesti?

Difícil é o emprego me querer, querida. Manter? O trabalho me escorre pelos dedos antes de eu conseguir uma vaga.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência no trabalho por ser uma travesti?

Se eu consegui o trabalho? Ah, é um festival de olhares, comentários velados e piadinhas "sem querer". Mas, nossa, como eu sou exagerada por falar isso, né?

Poderia descrever alguma situação de violência que tenha vivenciado no ambiente de trabalho?

Um chefe que “esqueceu” meu nome e só me chamava de "moço". Achei tão respeitoso, sabe? Só que não.

Para você, a violência exerce um impacto negativo no acesso e permanência das travestis no mercado de trabalho?

Claro que sim! Parece que a gente não pode existir sem ser um problema. Violência tá em tudo, não só no tapa, mas na exclusão.

Vivências na Escola:

Conte-me um pouco sobre como foi a sua experiência na escola.

Nossa, um inferno em vida! Escola pública, travesti e preta? É um combo de sofrimento, né? Mas sobrevivi, já falei.

Quais desafios você enfrentou no ambiente escolar por ser uma travesti?

Ah, o de sempre: piadas, isolamento, professor que não quer te chamar pelo nome social... basicamente, eu era a "esquisita" da turma.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência na escola por se identificar enquanto uma travesti?

Menina teve uma vez que até gritaram “traveco” no meio do corredor. Só faltou alguém jogar uma pedra e acender a fogueira.

Poderia descrever alguma situação de violência que tenha vivenciado em seu ambiente escolar?

Bom, além dos gritos e insultos, tinha o bom e velho bullying diário, né? Mas é claro que ninguém via nada.

Você enfrentou alguma dificuldade para manter-se na escola devido à violência que sofria por conta da sua identidade de gênero?

Sim, sair de casa era uma batalha. E não falo nem das aulas, falo de só chegar na escola em paz, sem ouvir algo horrível no caminho.

Para você, a violência exerce um impacto negativo no acesso e permanência das travestis na educação básica?

Com certeza! Não é só estar na escola, é sobreviver a ela.

Vivências nos Locais de Moradia:

De uma forma geral, como foi sua experiência ao revelar-se travesti para outras pessoas nos lugares onde você morou?

Olha, o bairro sempre tem aquele grupinho que cochicha e acha que você é a diversão deles. Eu ignoro, mas tem dia que cansa, viu?

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência em sua vizinhança por se identificar enquanto uma travesti?

Sim, claro. Já tentaram me intimidar, jogar piadinhas, e teve uma vez que me perguntaram se eu fazia "programa". Imagina, nem conhecem, mas já julgam.

Vivências no Âmbito dos Serviços:

Conte-me um pouco sobre como foi sua experiência ao tentar acessar serviços básicos, como assistência à saúde e assistência social?

Uma piada de mau gosto. Atendente sempre com cara de quem quer rir ou quem já tá te julgando só de bater o olho.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência nestes espaços ao tentar acessar esses serviços?

Sim, fui mal atendida várias vezes, e teve uma vez que até se recusaram a me chamar pelo nome social.

Estratégias de Enfrentamento:

Como você costuma lidar com situações de violência ou discriminação?

Às vezes, eu ignoro. Outras, eu respondo com ironia e sigo em frente. Não posso dar trela pra ignorância alheia, mas cansa, viu?

Perspectivas para o Futuro:

Como você enxerga seu futuro em termos de segurança e bem-estar?

Futuro? Vai depender se a sociedade vai me permitir existir com dignidade. A luta é diária e não vejo um futuro cor-de-rosa, não.

Considerações Finais:

A verdade é que ser travesti não é só glamour, amor. É uma luta diária por reconhecimento e respeito, e isso não é chato, é cansativo.

Projeto: A face da violência transfóbica: um olhar sobre a experiência das travestis niteroienses

Instituição: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social- Universidade Federal Fluminense

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social

Professor (a) orientador (a): João Bosco Hora Gois

Aluno (a): Becca da Silva Carnavale

Identificação da entrevista:

- **Número da entrevista:** 03
- **Entrevistador (a):** Becca da Silva Carnavale
- **Entrevistado (a):** Entrevistada 03 (código para anonimização)
- **Data da entrevista:** 20/04/2024
- **Horário da entrevista:** 13h00minhrs
- **Duração:** 01 hora e 15 minutos
- **Local da entrevista:** Rua Padre Anchieta, nº 78, Casa 02- Centro, Niterói - Residência da pesquisadora.

Dados demográficos do (a) sujeito (a):

- **Idade:** 18 anos
- **Estado civil:** Solteira
- **Cor- Raça- Etnia:** Parda
- **Residência:** Morro do palácio- Niterói/RJ
- **Identidade de gênero:** Travesti
- **Orientação sexual:** Pansexual

Contexto da entrevista:

- **Objetivo da entrevista:** Identificar as formas como a violência contra as travestis se expressam na conjuntura atual.
- **Contexto da entrevista:** buscamos capturar a complexidade e a variedade de experiências das travestis que vivem em Niterói, examinando de perto as formas como a violência transfóbica se manifesta em seu cotidiano e os mecanismos que utilizam para resistir e enfrentar essas violências.

Temas principais:

- Vivências na família
- Vivências no campo do Trabalho e emprego
- Vivências na escola
- Vivências nos locais de moradia
- Vivências no âmbito dos serviços
- Estratégias de enfrentamento
- Perspectivas para o seu futuro

Entrevista 03:

Qual a sua idade?

Tenho 18 anos. Passei por muita coisa, mas me sinto mais forte do que nunca.

O que você diria sobre a sua origem racial?

Sou parda, filha de mãe preta e pai branco. Cresci lidando com as contradições dessa mistura.

Qual o seu estado civil?

Solteira, e às vezes me pergunto se algum dia vou conseguir viver uma relação verdadeira e sem fetiche. Não é fácil confiar em alguém quando a gente vê o quanto é objetificada.

Qual o seu local de residência?

Moro em Niterói, em uma área mais simples. É engraçado como as pessoas acham que Niterói é só Icaraí, mas tem muita realidade dura por aqui também. Principalmente nas comunidades periféricas.

Qual o seu nível de escolaridade (se tiver graduação, qual)?

Ensino médio completo, e só. Sonho com a faculdade, mas a vida tem sido corrida demais. Não é falta de vontade, é falta de oportunidade.

Qual a sua situação de trabalho atualmente?

Faço bicos, trabalho por conta própria. Um pouco de venda de cosméticos, maquiagem, às vezes ajudo em festas. Nunca consegui nada fixo.

Vivências na Família:

Conte-me um pouco sobre a sua história pessoal.

Cresci em uma família grande, de muitos irmãos. Desde cedo eu sabia que era diferente. Fui tentando me entender e, quando me assumi, foi um choque. Pra mim e pra eles.

Como sua família se comportou quando foi ficando claro que você é uma travesti? Houve aceitação? Houve violência após isso?

Não houve muita aceitação, não. Meu pai ficou calado, minha mãe chorou. Depois, virou aquela situação de "não vamos falar sobre isso". Já foi pior, mas nunca foi bom.

Como é sua relação com seus familiares hoje?

Mantemos contato. Não é uma relação aberta, mas estável. Eles respeitam até onde conseguem, mas sinto que muitas coisas ainda são um tabu.

Poderia descrever alguma situação de discriminação ou violência que tenha vivenciado na sua família?

Ah, aquela velha história de ouvir que você está “envergonhando a família”. Sempre foi muito doloroso, mas aprendi a blindar o coração.

Na sua opinião, qual foi o impacto de você ser travesti nas suas relações familiares?

Foi como construir um muro. Existe amor, mas é um amor cheio de barreiras e silêncios. Até quando a gente tenta se aproximar, parece que tem uma distância que não dá pra atravessar.

Vivências no Campo do Trabalho e Emprego:

Como foi a sua experiência com o mercado de trabalho?

Triste. Eu sempre soube que, sendo travesti, meu caminho seria cheio de portas fechadas. Já tentei várias vezes me inserir, mas a realidade é que as pessoas não querem contratar alguém como eu.

Você já enfrentou dificuldades para conseguir ou manter um emprego por ser travesti?

Sim, várias. O mais comum é nem ser chamada para entrevistas. Quando consigo, percebo rapidamente que meu lugar ali é temporário, como se estivessem só esperando uma desculpa pra me mandar embora.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência no trabalho por ser uma travesti?

Sim, teve uma vez que um colega fez piadinhas na frente de todos. Ri para não chorar, mas aquilo me machucou. E ninguém fez nada, como se fosse normal.

Poderia descrever alguma situação de violência que tenha vivenciado no ambiente de trabalho?

Uma vez, o chefe me olhou de cima a baixo e perguntou se eu “me achava mulher de verdade”. Engoli seco, sorri, e no dia seguinte saí do trabalho. Sabia que ali eu não tinha futuro.

Para você, a violência exerce um impacto negativo no acesso e permanência das travestis no mercado de trabalho?

Com certeza. Quem vai querer ficar em um ambiente onde se sente humilhada, não respeitada? É difícil demais seguir em frente.

Vivências na Escola:

Conte-me um pouco sobre como foi a sua experiência na escola.

Escola foi um pesadelo. Eu era “o esquisito” da turma. Não sabia bem como me posicionar ainda, então sofria calada. Nunca fui uma boa aluna, não por falta de capacidade, mas porque a cabeça estava sempre cheia de medo.

Quais desafios você enfrentou no ambiente escolar por ser uma travesti?

Eu sofria bullying constante. Eram insultos diários, risadas às escondidas, aquela sensação de que eu era o alvo o tempo todo. Não podia nem andar pelo pátio sem ouvir algo.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência na escola por se identificar enquanto uma travesti?

Sim. Uma vez, o professor me mandou para o fundo da sala porque disse que “não podia causar distração” pros outros alunos. Eu só queria estudar, como qualquer outra pessoa.

Poderia descrever alguma situação de violência que tenha vivenciado em seu ambiente escolar?

Lembro de um grupo de meninos que me cercou no banheiro e começou a me chamar de vários nomes horríveis. Tive que sair correndo e, depois disso, evitei o banheiro da escola até me formar.

Você enfrentou alguma dificuldade para manter-se na escola devido à violência que sofria por conta da sua identidade de gênero?

Sim, e foi por isso que mal consegui terminar o ensino médio. A cada dia era um desafio, uma batalha para me manter ali, enquanto tudo ao meu redor dizia que eu não pertencia àquele espaço.

Para você, a violência exerce um impacto negativo no acesso e permanência das travestis na educação básica?

Sem dúvida. Como vamos aprender se estamos constantemente em alerta, esperando o próximo ataque, o próximo comentário? É sufocante.

Vivências nos Locais de Moradia:

De uma forma geral, como foi sua experiência ao revelar-se travesti para outras pessoas nos lugares onde você morou?

Sempre foi difícil. As pessoas te olham com desconfiança, medo, e até repulsa. Já me mudei várias vezes por causa disso. Sempre tentando encontrar um lugar onde me sentisse segura.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência em sua vizinhança por se identificar enquanto uma travesti?

Sim, constantemente. Desde olhares tortos até comentários cochichados quando passo pela rua. Já deixaram bilhetes anônimos na minha porta dizendo que eu “não era bem-vinda”.

Vivências no Âmbito dos Serviços:

Conte-me um pouco sobre como foi sua experiência ao tentar acessar serviços básicos, como assistência à saúde e assistência social?

Horrível. Sempre uma luta para ser tratada com respeito. Os olhares desconfiados dos atendentes, o descaso nos serviços, parece que ser travesti nos desqualifica para merecer um bom atendimento.

Você enfrentou algum tipo de discriminação ou violência nestes espaços ao tentar acessar esses serviços?

Sim, na saúde pública já fui chamada de “senhor” várias vezes, mesmo corrigindo o nome. Fui ignorada em filas de atendimento e até sugeriram que meu problema de saúde era “falta de vergonha na cara”.

Estratégias de Enfrentamento:

Como você costuma lidar com situações de violência ou discriminação?

Eu me fecho. Tento não deixar me afetar tanto, mas é difícil. Sabe, a gente acaba se acostumando a sobreviver. Não deveria ser assim, mas é a realidade.

Perspectivas para o Futuro:

Como você enxerga seu futuro em termos de segurança e bem-estar?

A gente tenta ter esperança, né? Mas confesso que fico com medo do futuro. Não sei até que ponto as coisas vão melhorar pra nós. Tento acreditar que vai.

Considerações Finais:

Ser travesti é um ato de resistência. A gente vive num mundo que não foi feito pra gente, e cada dia é um desafio. Mas, apesar de tudo, eu sigo firme.

